

**DILEMAS SÓCIO-AMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO: OS CASOS
DAS LAGOAS DO VIGÁRIO, DOS PRAZERES E DO SAPO EM
CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

CLAUDIMÉIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - R.J.
JUNHO – 2009**

**DILEMAS SÓCIO-AMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO: OS CASOS
DAS LAGOAS DO VIGÁRIO, DOS PRAZERES E DO SAPO EM
CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

CLAUDIMÉIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais".

Orientador: Prof. Marcos A. Pedlowski

Campos dos Goytacazes - R.J.
JUNHO – 2009

DILEMAS SÓCIO-AMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO: OS CASOS DAS LAGOAS DO VIGÁRIO, DOS PRAZERES E DO SAPO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

CLAUDIMÉIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

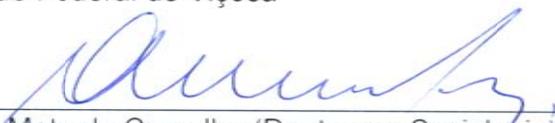
"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais".

Aprovada em: 09/06/2009

Comissão Examinadora:



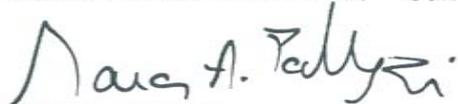
Prof. Klemens Augustinus Laschewski (Doutor em Geografia)
Universidade Federal de Viçosa



Prof. Ailton Mota de Carvalho (Doutor em Sociologia)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro



Prof. Hernan Armando Mamani (Doutor em Planejamento Urbano e Regional)
Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes



Prof. Marcos A. Pedlowski (Doutor em Planejamento Regional)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro

Esta dissertação é dedicada aos meus pais, Adão Gomes de Almeida e Maria do Rosário Almeida, por tudo que eles representam para mim. Às minhas irmãs Edinéia e Siderléia, pelo amor, apoio e confiança, e ao meu sobrinho Lucas, que é a jóia mais preciosa da família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tornar possível todas as minhas conquistas e por me conceder uma família abençoada que sempre esteve ao meu lado em todas as minhas decisões.

Aos meus pais e minhas irmãs, pela compreensão e apoio na realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Doutor Marcos A. Pedlowski, que acompanhou cada passo deste trabalho com dedicação e sabedoria, dando o apoio e incentivo necessário para a realização do mesmo.

Aos meus queridos amigos Renan Carvalho, Erica Sarzedas e mais recentemente Arianne, por tornar minha estadia na cidade de Campos mais feliz.

Aos amigos das antigas, Denise Rolim, Alessandro da Silva Guimarães e Thuane que acompanharam toda minha trajetória e torceram por mim.

Aos estudantes do CCH Gisele, João, Hully, Vitor, Mariane, Júlia, Alê, Paulinho Hip-Hop, Pedro Campeão, Davi, Fred Graniço, Iolanda, Fernando, Daniel e Rafael Lobo, pelo convívio, amizade e todos os momentos que passamos juntos.

Aos funcionários da UENF, em especial Luiz, Raquel e Solange da Direção do CCH, Ana Paula Caputo e aos motoristas André, Luiz e Alessandro.

Agradeço aos colegas de Laboratório, Filipe Duarte, Felipe Medeiros, Alice Terra, Diego Belo, Beatriz, Kissila Neves e Ludmila Lunhadad pelo companheirismo, e em especial Júlio Cezar de Oliveira por todos os serviços prestados que contribuíram para o bom andamento deste trabalho e de igual forma a Fabiano, que foi fundamental na realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE TABELAS	X
RESUMO	XI
INTRODUÇÃO	1
ESTRUTURA DO TRABALHO	3
CAPÍTULO 1	
SOCIEDADE URBANA: DA FORMAÇÃO DAS CIDADES ÀS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS	4
1.1 O processo evolutivo das Cidades	4
1.1.1 O Modo de Produção Capitalista e seus impactos na produção do espaço urbano	7
1.2 A industrialização como marco na transformação das cidades modernas	8
1.3 Cidade e Natureza: os aspectos ambientais na produção dos espaços urbanos.....	11
1.3.1 As cidades utópicas e suas principais contradições na relação entre Cidade, Homem e Natureza.....	13
1.3.2 As principais mudanças ocorridas no pensamento sobre as relações entre Cidade, Sociedade e Natureza	16
1.4 A produção dos espaços desiguais dentro das cidades e a questão da Justiça Ambiental.....	17
1.5 As diferentes etapas da urbanização brasileira	22
1.5.1 Início da urbanização brasileira: Os períodos Colonial e Imperial.....	22
1.5.2 As mudanças e continuidades de um processo de urbanização baseado nas raízes do período colonial.....	25
1.5.3 Os reflexos da industrialização no processo de urbanização brasileira	27
1.5.4 Da problemática urbana à busca por Justiça Ambiental no Brasil	32
1.6 Histórico da formação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes	35
1.7 Justificativa do Estudo	39
CAPÍTULO 2	
ESTRUTURA METODOLÓGICA	40
2.1 Descrição da área de estudo	40
2.2 Instrumentos de coleta de dados.....	43
2.2.1 Aplicação de questionários	43

2.2.2	Entrevistas semi-estruturadas com os informantes principais	44
2.2.3	Coleta de dados secundários.....	46
2.3	Procedimentos analíticos.....	46
2.3.1	Questionários.....	46
2.3.2	Entrevistas	47
2.4	Distribuição da população amostral.....	47
CAPÍTULO 3		
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS		
49		
3.1	O perfil sócio-econômico da população vivendo no entorno das lagoas	49
3.1.1	As condições gerais de moradia nas áreas estudadas	50
3.2	Os principais problemas sócio-ambientais existentes e a priorização de suas soluções.....	54
3.3	Definindo responsabilidades na solução dos problemas existentes	58
3.4	Relação entre Ambiente e sociedade	61
3.5	As conseqüências sócio-ambientais da proximidade das áreas urbanas com as lagoas	64
3.6	Abordagem qualitativa das entrevistas realizadas com os diferentes atores pesquisados.....	67
3.6.1	Objetivo das entrevistas.....	67
3.6.2	A questão do saneamento básico aos olhos da Águas do Paraíba: o enfoque no problema no aspecto cultural	68
3.6.3	A atuação dos movimentos sociais nas áreas de estudo.....	70
3.6.4	A inserção das questões ambientais na pauta de discussões: os diferentes olhares sobre o problema	74
3.6.5	Principais mudanças ocorridas nas áreas pesquisadas e a atuação do poder público no agravamento dos problemas socioambientais.....	77
3.6.5.1	A Lagoa do Vigário: fracionamento e degradação acelerados por uma intervenção urbanística da PMCG.....	78
3.6.5.2	A Lagoa do Sapo: de loteamento clandestino a canteiro de obras da PMCG.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS		
83		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
85		
ANEXOS		
90		

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa de localização da área de estudo, Município de Campos dos Goytacazes/RJ.....	35
Figura 2:	Mapa da malha urbana de Campos dos Goytacazes, indicando a localização das lagoas cujo entorno foi pesquisado.....	40
Figura 3:	Visão aérea da Lagoa do Vigário e de seu entorno	41
Figura 4:	Visão aérea da Lagoa do Sapo e seu entorno	42
Figura 5:	Visão aérea da Lagoa dos Prazeres e seu entorno	43
Figura 6:	Distribuição das faixas de renda familiar	50
Figura 7:	Condições gerais das moradias	51
Figura 8:	Área interior de uma residência do bairro Jardim Carioca.	52
Figura 9:	Manilhas construídas na Viela do bairro Jardim Carioca.	53
Figura 10:	Mudanças necessárias para melhorar a qualidade de vida dos moradores	57
Figura 11:	Aterramentos realizados pelos moradores na Rua Soldado Salvador Rosa, localizada nas imediações da Lagoa do Sapo	58
Figura 12:	Lançamento de entulho na Lagoa do Vigário	59
Figura 13:	Despejo de lixo e entulhos nas proximidades da sede da Secretaria Municipal de Defesa Civil	59
Figura 14:	Responsáveis em realizar as mudanças no bairro.....	60
Figura 15:	Significado da palavra “Meio Ambiente” para as populações pesquisadas	62
Figura 16:	Principais mudanças ocorridas nas proximidades das lagoas a partir do processo de formação dos bairros	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da população amostral por área estudada.....	48
Tabela 2: Grau de escolaridade por região	49
Tabela 3: Principais problemas existentes nos bairros segundo os moradores	54
Tabela 4: Destino final do esgoto residencial nas áreas estudadas (%)	56
Tabela 5: Principais fatores que tem contribuído para degradação ambiental	63
Tabela 6: Atitudes adequadas para contribuir na preservação ambiental	64

DILEMAS SÓCIO-AMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO: OS CASOS DAS LAGOAS DO VIGÁRIO, DOS PRAZERES E DO SAPO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

CLAUDIMÉIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

Orientador: Prof. Marcos A. Pedlowski

RESUMO

Desde que surgiram as primeiras cidades, seu espaço tem se apresentado como palco de diferentes dinâmicas que interagem e incidem nas relações sociais. Contudo, ao ser muitas vezes reduzido aos interesses individuais de determinadas frações de classes, como também pelos determinantes políticos e econômicos, contribuiu ao longo do tempo para a formação de espaços desiguais, que tem relegado boa parcela da população a toda sorte de infortúnios e ao agravamento dos problemas socioambientais atuais. O presente trabalho realiza uma discussão acerca dos problemas socioambientais que afligem as populações residentes no entorno da Lagoa do Vigário, Lagoa dos Prazeres e Lagoa do Sapo, localizadas na área urbana do município de Campos dos Goytacazes (RJ), procurando demonstrar que os problemas enfrentados por estas populações são decorrentes do processo evolutivo que marcou a formação do espaço urbano campista, que foi caracterizado por grandes desigualdades, das quais contribuíram para que os setores mais pobres da população fossem segregados espacialmente, tendo que ocupar, em sua maioria, áreas ambientalmente frágeis, marcadas pelas desigualdades sociais e degradação ambiental, que contextualizam situações de injustiça ambiental.

Palavras Chaves: Espaço urbano, problemas sócio-ambientais, segregação sócio-espacial.

SOCIOENVIRONMENTAL DILLEMAS IN THE URBAN SPACE: THE CASE OF THE URBAN LAKES IN CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ, BRAZIL

CLAUDIMÉIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

Advisor: Prof. Marcos A. Pedlowski

ABSTRACT

Since cities were create their space became the setting for different dynamics that interact and affect social relations. However, the fact these dynamics were often adjusted to match the interest of class fractions and their economic and political interests contributed to the formation of unequal spaces that leave most of the population to a myriad of social and environmental problems. The present study aims at making a discussion on the socioenvironmental problems affecting the population living on the surroundings of three urban lakes (i.e.; Vigário, dos Prazeres e do Sapo) located in the periphery of the Campos dos Goytacazes city. The goal of this study is to demonstrate that problems affecting the population living there arise from an evolutionary process that marked the formation of a highly unequal urban space in Campos dos Goytacazes. Such inequities have fuelled a process of spatial segregation that impose on the poor to live in environmentally fragile areas and immersed in social inequity and environmental degradation

Keywords: urban space, socioenvironmental problems, sociospatial segregation.

INTRODUÇÃO

O urbano enquanto categoria de análise foi pensado por Lefebvre (1999) como a expressão das relações sociais que se dão numa determinada realidade, ao mesmo tempo em que incide sobre elas. Desta forma, o urbano se apresenta como um elemento que, juntamente com outros, interage na construção do espaço na cidade¹. A cidade, por outro lado, é para Lefebvre a estrutura física onde essas relações ocorrem, aparecendo como a projeção da sociedade sobre um dado território, apresentando-se como realidade presente, imediata, dado sensível, arquitetônico. Neste sentido, a cidade se apresenta numa realidade histórica, representada por movimentos de mudanças gerais e particulares que se transformam continuamente no tempo.

A cidade, enquanto espaço dinâmico e complexo é palco de inúmeros acontecimentos, mas de uma maneira geral seu desenvolvimento está atrelado ao modo de produção vigente em cada momento histórico. Neste sentido, a produção do espaço urbano atual resulta de conjunturas específicas que remontam às diferentes dinâmicas pelo qual tem passado o modo de produção capitalista desde o século XVI, quando a partir da Europa se deu início ao projeto de ocidentalização da sociedade mundial. Por outro lado, a observação do desenvolvimento histórico da América Latina indica que, na busca para se igualar aos países que haviam realizado a primeira Revolução Industrial, optou-se pela adequação das economias nacionais às exigências da lógica capitalista de produção. Para tanto, foram realizados esforços que permitiram o aparecimento de formas modernas de produção e reprodução econômica centradas no desenvolvimento industrial. No caso brasileiro em particular, o início da transição de uma economia agrária e de uma sociedade rural, para uma economia moderna e de caráter urbano se deu a partir da década de 30 do século XX. Este processo acabou forçando um movimento migratório campo-cidade em todo o país, que resultou num curto período de tempo, em profundas mudanças na estrutura interna das cidades brasileiras, cujo crescimento rápido contribuiu para a formação de bolsões populacionais caracterizados pela segregação sócio-espacial e/ou exclusão econômica.

¹ Mesmo reconhecendo que o urbano não é uma característica exclusiva das cidades, estando presente também nas relações sociais do meio rural, neste trabalho, sempre que utilizarmos este termo estaremos nos referindo às relações urbanas ocorridas na cidade.

A cidade idealizada sob o lema do desenvolvimento e do progresso chegou ao século XXI com uma imagem associada à violência, poluição, tráfego caótico, enchentes e dentre outros inúmeros problemas, o aumento das periferias urbanas, cuja concentração da pobreza é homoganeamente disseminada, perpassando pela segregação e/ou exclusão sócio-espacial. Neste sentido, Maricato (2003) afirma que uma das faces mais importantes da desigualdade social, e que termina sendo parte promotora da mesma, é evidenciada pelas estratégias adotadas na produção do espaço urbano. Maricato argumenta ainda, que o controle do Estado por grupos minoritários, mas influentes, da sociedade brasileira, tem por muitas vezes subordinado as ações governamentais aos interesses individuais de determinadas frações de classe, relegando o restante da população a toda sorte de infortúnios, que vêm contribuindo para o agravamento dos problemas sócio-ambientais atuais.

A análise da distribuição espacial das populações pobres e a ocorrência de processos de degradação ambiental no interior das cidades brasileiras indicam que parte significativa das áreas ambientalmente relevantes nos espaços urbanos está sob estresse em função dos modelos dominantes de expansão. Neste sentido, a presente dissertação tem como objetivo discutir a problemática sócio-ambiental enfrentada pelas populações residentes no entorno de três lagoas urbanas localizadas em Campos dos Goytacazes (RJ), buscando ainda compreender a percepção de diferentes atores sobre estas questões, e as ações necessárias para superá-las.

Para alcançar tais objetivos, este trabalho baseou-se nas seguintes questões de pesquisa:

- 1) Em que medida a exposição às conseqüências negativas trazidas pela urbanização periférica sobre a integridade de ecossistemas aquáticos resulta num grau maior de mobilização social das populações atingidas?
- 2) Até que ponto a institucionalização de instâncias participativas na política ambiental implica na democratização do acesso a serviços urbanos?

ESTRUTURA DO TRABALHO

O Capítulo 1 dá um panorama geral do processo de formação das cidades, fazendo um apanhado histórico sobre as principais mudanças ocorridas nos espaços urbanos, com ênfase especial a partir da expansão do modo de produção capitalista, apresentando as diferentes abordagens existentes acerca do destino das cidades, não apenas com base em processos políticos, econômicos e sociais, mas também com a inclusão das questões relativas à degradação do ambiente natural. Ao tratar da produção dos espaços desiguais nas cidades contemporâneas, foi feita uma discussão acerca da segregação sócio-espacial, introduzindo este conceito a partir da abordagem dos princípios da Justiça Ambiental. Ainda neste capítulo buscaremos analisar o processo evolutivo da urbanização brasileira, que vai desde o período colonial até o momento atual, apresentando as principais mudanças ocorridas na produção do espaço urbano brasileiro e suas conseqüências na formação de espaços desiguais.

No Capítulo 2 é apresentada a metodologia adotada na realização deste trabalho, bem como os métodos de coleta de dados e os procedimentos analíticos que foram utilizados na análise dos mesmos.

Já no Capítulo 3 é realizada uma descrição e análise dos dados obtidos no trabalho de campo. Por fim, abordaremos as principais considerações dos resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

SOCIEDADE URBANA: DA FORMAÇÃO DAS CIDADES ÀS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS

1.1 O processo evolutivo das Cidades

A partir da sedentarização do Homem, abriu-se a possibilidade para originar as primeiras cidades, como consequência de uma organização social mais complexa a partir da divisão social do trabalho. Sposito (2008, p.19) destaca que “o processo de divisão do trabalho, que traduziu numa estrutura de classes, criou as condições necessárias à origem urbana”. Neste sentido, vale destacar que a existência da cidade pressupõe mudanças de diferentes ordens, dadas pela divisão social de classes, de modo que no processo produtivo e sua distribuição, os homens já iniciaram com formas de participação diferenciada. Castells (1983) visualiza esta divisão social de classes como uma *expressão* e desdobramento da capacidade técnica e nível organizacional das sociedades antigas, que representou a passagem de uma economia baseada na produção de subsistência para uma economia mercantil, em que os excedentes da produção passaram a ser comercializados.

Rolnik (1995) afirma que a divisão do trabalho se deu nas diferentes esferas da vida social, estando presente, desde a administração do excedente alimentar, até o comando das eventuais guerras, no diálogo com os deuses, na produção artesanal e na produção agrícola. Esta divisão estabeleceu uma diferenciação das atividades produtivas no campo e na cidade, como também permitiu a especialização do trabalho no interior da cidade. Outro desdobramento deste processo foi a criação do mercado, viabilizado pela possibilidade de trocas e colaboração entre as pessoas. Assim, o atendimento das necessidades do mercado urbano possibilitou, dentre outras coisas, a especialização dos ofícios, e o desenvolvimento de técnicas de trabalho que aperfeiçoaram a produção em geral.

Contudo, a expansão das cidades, enquanto espaço de trocas econômicas e sociais, foi limitada em certos momentos históricos. O período das invasões bárbaras na Europa ocidental, por exemplo, significou o retorno de uma economia de subsistência e o declínio da cultura urbana, devido ao esvaziamento das cidades, pelo temor da população aos saques e à falta de alimentos. Por outro lado, o isolamento geográfico das cidades feudais para se protegerem dos inimigos e

rigores climáticos, tornava pouco viável a comunicação entre as diferentes cidades, de modo que cada uma possuía leis próprias para os diferentes aspectos da vida social, como também para a economia e a política (Carvalho et. al., 2005).

Segundo Carvalho et. al. (2005), já no século XII as cidades voltaram a ser o palco privilegiado para a existência de relações sociais diferenciadas do meio rural, com diferentes formas de residência, de trabalho e de viver em conjunto. Neste período, elas eram estruturadas e governadas por uma classe dominante que instaurou progressivamente novos meios de controle social, econômico, político e ideológico. No século XIII, ficou bem visível sua transformação em primazias senhoriais, que produziam o necessário para a vida social dos poderosos laicos ou eclesiásticos que ocupavam o topo da pirâmide social então existente. De acordo com Carvalho et. al., nas cidades eram abrigados todos os trabalhadores necessários para amoldar os recursos agrícolas que afluíam aos mercados, e para garantir o atendimento das necessidades das classes mais abastadas.

Quando os espaços urbanos voltam a ocupar lugar de destaque, a partir das mudanças ocorridas nas relações de trabalho, principalmente, devido a sua especialização, à separação do trabalho manual do intelectual, e o domínio do saber científico sobre a prática, foram fatores determinantes que influenciaram diretamente as relações de poder no interior dos espaços urbanos, possibilitando o surgimento de sociedades com nítidas separações espaciais entre as diferentes classes, e a transformação dos excedentes alimentares em instrumentos de poder militar e dominação política a serviço das classes dominantes (Rolnik, 1995; Carvalho et. al. 2005).

Castells (1983) argumenta que as primeiras cidades funcionavam como um local de gestão, domínio e primazia social do aparelho político-administrativo, sendo assim a expressão espacial de uma complexa rede social, determinada pelo processo de apropriação e re-investimento do produto gerado pela força de trabalho. Neste sentido, a cidade se caracterizava como sendo um lugar geográfico, que permitia a fixação de uma superestrutura político-administrativa com um nível considerável de complexidade social. De maneira similar Sposito (2006; 2008) afirma que a origem das cidades se explica pelos seus aspectos sociais e políticos, sendo por excelência um lugar de dominação e não de produção. Haja vista, alguns atributos inerentes aos espaços urbanos, tais como concentração demográfica, infraestrutura, equipamentos e edificações, não podem ser dissociados do conjunto de

elementos de natureza ideológica, que possibilitam as classes dominantes de ampliar territorialmente seu domínio político.

Por outro lado, Weber (2004) afirma que, embora muitos associem a idéia de cidade somente ao tamanho da população (ou outros aspectos), a cidade Antiga baseava-se na existência de uma sede senhorial-territorial que era o ponto de apoio para a sua gestão patrimonial, enquanto complexo distinto do campo. Assim, para Weber, as cidades eram, ao mesmo tempo, sede de um senhor territorial ou príncipe, e localidade de um mercado permanente, cuja realização de troca de bens não era ocasional, mas regular. Tal situação implicava no fato de que a população satisfazia suas necessidades cotidianas com o comércio local, seja pela produção local ou com produtos trazidos de fora. Nestes termos cabe acrescentar que a cidade, na perspectiva weberiana, é um tipo ideal que congrega uma unidade política e econômica, caracterizada pela praça e pelo mercado.

Weber ainda argumentava que, em diferentes graus, a cidade se apresentava, assim como ocorre atualmente, como um local de consumidores. Afinal, para consolidar as oportunidades aquisitivas dos artesãos e comerciantes, era decisiva a existência de consumidores residindo naquelas cidades, que pertenciam a categorias econômicas variadas. No entanto, embora Weber reconhecesse o mercado como principal ponto de apoio para as atividades econômicas desde a Antiguidade, a cidade não era vista por ele apenas enquanto um assentamento humano com mercado permanente, mas também como local de gestão e primazia do poder.

A despeito das diferentes hipóteses para a formação das cidades, é importante destacar que, ainda que em proporções variadas, a cidade é apresentada como sendo um espaço de dominação e poder. Castells (1983) e Sposito (2008) ressaltam que a imagem da cidade também sempre esteve associada aos diferentes modos de produção vigentes de cada momento histórico. Neste sentido, o comércio e posteriormente, o avanço do Capitalismo, tiveram papel decisivo no seu desenvolvimento, que influenciaram uma série de questões ligadas à imposição de formas de socialização, comportamentos, normas e valores, não se restringindo, assim, aos aspectos puramente econômicos.

1.1.1 O Modo de Produção Capitalista e seus impactos na produção do espaço urbano

Segundo Sposito (2008), o Capitalismo surgiu na cidade, transformando-a no centro dinâmico de uma economia urbana que lentamente se reconstituiu na Europa. A autora ainda acrescenta que a “cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo” (p. 30). O fato é que já na fase do Capitalismo Mercantil, as cidades se tornaram importantes centros da vida social e política da Europa. Assim, a economia deixou de ter como ponto de apoio a produção agrícola e a propriedade fundiária, e a Aristocracia, perdeu para a burguesia o papel preponderante na gestão do processo social. A cidade tornou-se então o principal espaço de sustentação de uma nova ordem ideológica, que buscou padronizar formas de produção e socialização, na tentativa de adequar a vida econômica, social e política ao novo momento histórico, identificado pelo binômio do desenvolvimento e progresso.

De acordo com Latouche, as cidades que se consolidaram com base neste binômio, difundidos pelo Capitalismo, internalizaram o processo de crescimento econômico praticamente como sinônimo de desenvolvimento humano. Além disso, Naves (2004) acrescenta que a concepção de Natureza, apropriada por esta crença ideológica, implicou na instrumentalização do meio natural, com o uso indiscriminado dos recursos naturais, sem que houvesse qualquer preocupação com suas possíveis conseqüências.

Neste sentido, Souza (2005) argumenta que a noção de desenvolvimento que guiou as sociedades modernas foi controlada por uma ideologia etnocêntrica e acrítica, que teria transformado este conceito em algo domesticado, conformado a orientar uma “mudança” dentro dos limites definidos pela essência do *status quo*. O corolário de tal domesticação teria sido o esvaziamento do debate sobre o significado do desenvolvimento, que no âmbito do Capitalismo passou a expressar uma expansão ilimitada do crescimento econômico, gerando um sistema de privilégios que cria e reproduz assimetrias estruturais no que se refere às chances de satisfação de necessidades individuais e coletivas (Souza, 2005). Sobre isso, Souza afirma que o modelo hegemônico de desenvolvimento foi definido antes pelos meios do que pelos fins, visto que a ausência de formas universalistas de acesso aos meios de produção fez com que a satisfação das necessidades tenha sido desigual, atendendo apenas uma fração privilegiada da sociedade.

1.2 A industrialização como marco na transformação das cidades modernas

O processo de desenvolvimento das cidades idealizadas pelo Capitalismo foi marcado por diversas etapas. A passagem de uma economia doméstica para a de manufatura, e depois para a de fábrica, representou significativas mudanças que marcaram a história das cidades capitalistas. O surgimento das cidades industriais foi possibilitado pela concentração de mão-de-obra, criação de um mercado consumidor, e pela intensificação da produção industrial. Este desenvolvimento se tornou viável, tanto pelo capital acumulado, quanto pelo desenvolvimento técnico-científico, que resultaram na primeira Revolução Industrial (Sposito, 2008).

Segundo Harvey (2005), a partir da eclosão da Revolução Industrial no Século XVIII, o modo de produção capitalista torna-se um marco na transformação das cidades, tornando-as espaços complexos e dinâmicos, resultantes da ação articulada de agentes com diferentes interesses, decorrentes estes da inter-relação dos distintos contextos daquele momento histórico. Harvey destaca que a ascensão do Capitalismo permitiu que as cidades assumissem um papel central nas diversas relações que se estruturam e dão vida ao próprio sistema capitalista.

De maneira similar, Engels (1985) indica tal momento histórico como aquele que consolidou de forma contundente os mecanismos de produção e reprodução do Capitalismo, já que seus impactos foram traduzidos em novas formas de pensar e de agir sobre os espaços urbanos. De acordo com Engels a Revolução Industrial representou o surgimento de uma nova forma de vida (i.e.; a urbano-industrial), que implicou no estabelecimento de um novo estado de coisas, onde a urbanização tornou-se um componente da industrialização capitalista, e a cidade no centro de absorção de inúmeras mudanças e problemas decorrentes deste processo.

Ao tratar da situação da classe trabalhadora na Inglaterra, logo que se iniciaram os processos de migração do campo para a cidade, como fruto do avanço da industrialização, Engels enfatiza que o crescimento das cidades industriais permitiu o surgimento de uma nova classe social (i.e. o proletariado) - e com ela iniciou-se a luta de classes - além da concentração da riqueza nas mãos de uma minoria detentora do capital, e ainda, a segregação sócio-espacial que se colocava evidente, com separações nítidas entre pobres e ricos, expressas pelas condições de vida do proletariado naquele momento, que apresentavam sinais de miséria

absoluta, evidenciada pelos casos de óbitos causados pela fome; doenças ocasionadas pela falta de infra-estrutura básica como saneamento e esgoto principalmente; moradias em condições precárias; o alto custo de vida em oposição aos baixos salários, e ainda, a exploração extrema dos trabalhadores nas fábricas, cuja carga horária ultrapassava quinze horas diárias. Neste contexto, o autor focaliza a propriedade privada como eixo norteador do próprio sistema capitalista, tendo a indústria como importante expressão de sua evolução na sociedade moderna, que influenciou fortemente nos processos de urbanização dos países capitalistas, como também contribuiu para os problemas que daí emergiu.

Assim como Engels recorreu à formação da sociedade urbano-industrial para entender as transformações ocorridas no contexto da cidade, Sposito (2008) aponta o processo de industrialização como o traço mais marcante da sociedade contemporânea, representando a principal atividade econômica desde então, que implicou numa transformação radical nas formas pelas quais a sociedade se apropria e transforma a Natureza. Assim sendo, o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes de urbanização, não apenas no papel desempenhado pelas cidades, mas principalmente na sua estrutura interna, de modo a adequá-las às necessidades do próprio Capitalismo.

Castells (1983) aponta que a organização do espaço ligada à industrialização determinou de uma maneira mais ampla a predominância da cidade sobre o campo. O autor acrescenta que existiria uma relação íntima entre cidade e indústria, com estas instalando-se em áreas dotadas de determinados elementos funcionais, em particular matérias-primas e meios de transporte, provocando com isso o surgimento de distritos industriais e o avanço do processo de urbanização. De maneira similar, Lefebvre (1999) considera que o processo gerado pela industrialização dominou e absorveu a produção agrícola. Desta forma o autor reserva o termo “sociedade urbana” para aquelas sociedades que nasceram da industrialização, uma vez que as relações emergentes da propriedade privada da terra, a partir do capital industrial, teriam ocasionado a expulsão de camponeses das pequenas propriedades, e a intensificação de latifúndios para a produção industrial em larga escala. Tal processo teria alimentado a migração de mão-de-obra disponível no campo para as cidades, fornecendo a força de trabalho necessária para manter o nível de produção industrial.

Neste sentido, a industrialização não apenas permitiu a expansão da malha urbana, como também contribuiu para a reconfiguração das cidades, dando assim

um novo sentido de ordem para os espaços urbanos. Castells (1983) argumenta que a ausência de controle da atividade industrial e a organização espacial influenciada pelo mercado, refletiram na evolução de cidades como o que, para muitos, poderia definir de desordem urbana. No entanto, Garcia (2008, p.22) explica que ao contrário disso representar a desordem, a evolução das cidades industriais significou num novo sentido de ordem dos espaços urbanos, adotando critérios representados pelos mecanismos de controle, regulação e ordenamento, legitimados pela Razão e pela Ciência como forma de alcançar os objetivos delineados pela ideologia capitalista.

Por outro lado, Silva (2006) aponta que a dinâmica social e produtiva estabelecida pela evolução do capitalismo demandou um maior nível de desenvolvimento técnico, e causou uma ampliação da divisão territorial do trabalho. Para Silva, esta combinação de fatores ampliou as diferenças sociais e espaciais no interior das cidades, onde a ordem social passou a ser diretamente subordinada à lógica do mercado. Esta idéia de ordem se refletiu então nas diferentes esferas da sociedade, estabelecendo novas formas de interação social, orientadas pela noção de individualidade, e pela constante busca do sucesso individual, criando assim novas formas de manifestação social.

Harvey (2005) acrescenta que, tais formas de interação social se cristalizaram na forma da organização espacial, da expansão geográfica e da intensificação de desejos e necessidades sociais no interior das cidades. Para Harvey, a cidade passou a se apresentar então, enquanto uma força propulsora do processo de acumulação do capital, e conseqüentemente do processo de reprodução dos meios de produção capitalistas. Sendo assim, a superação de barreiras espaciais (através da revolução nos meios de comunicação e transporte; a concentração de grandes capitais; a necessidade de minimizar os custos de circulação de mercadorias, e o atendimento da demandas do mercado em relação à indústria) serviram para elevar a aglomeração humana em grandes centros urbanos. Tal processo teria feito com que as cidades passassem a ser a principal expressão do capitalismo.

Contudo, Harvey explica que a dinâmica capitalista, ancorada nos grandes centros urbanos, longe de ser um processo livre de contradições, tem como traços mais marcantes a privatização da terra e da moradia, a segregação sócio-espacial, a intervenção reguladora do Estado, e a conseqüente luta pelo domínio do espaço pelas diferentes classes sociais. O corolário deste processo teria sido a criação de

um acentuado grau de estratificação e segmentação social no âmbito da vida urbana.

1.3 Cidade e Natureza: os aspectos ambientais na produção dos espaços urbanos

1.3.1 A dicotomia existente na relação Homem x Natureza

Segundo Lenoble (1969) apud. Dulley, (2004) a origem do termo Natureza está relacionada com a palavra latina *natura* que se refere ao sentido de nascer. Desta forma, a Natureza é pensada inicialmente como algo ligado ao estado original, associada tanto às coisas como aos hábitos sociais, já que se entende que toda mudança radical na ordem humana altera sua natureza. Esta idéia, de acordo com Oliveira (2002) remonta as raízes históricas do dualismo conceitual que envolve o termo. De acordo com a autora, desde Kant a Natureza era pensada como algo exterior ao homem, representada pelos objetos e processos que existem fora da sociedade, concebido como algo criado por Deus os elementos internalizados no processo de produção social, como rochas, rios, árvores, por exemplo. Por outro lado, ela também estava associada como algo inerente ao homem, como parte do seu interior, simbolizada pela sua racionalidade e inteligência, por exemplo, que denotavam a “coisas que fazem parte da natureza humana”.

A construção da história humana e o aprofundamento do conhecimento cada vez maior sobre os meandros da Natureza permitiram a construção cada vez mais dicotômica entre o Homem e a Natureza. Dulley considera que a partir da necessidade de sobrevivência o homem ampliou sua capacidade física e intelectual, que permitiram aperfeiçoar métodos de reproduzir, no seu habitat, produtos necessários ao seu sustento, desenvolvendo novos instrumentos de trabalho, criando ainda novas formas de se relacionar com a Natureza, que passou estar a serviço dos seus interesses.

Sobre isso, Sposito (2008) afirma que, com a fixação do homem à terra, através do desenvolvimento da agricultura e domesticação de animais, foi estabelecida uma nova relação Homem/Natureza, delimitada pelo domínio permanente do homem sobre o território, justificado pela sua necessidade de plantar. As mudanças nessa relação representaram novas técnicas que culminaram

em novas formas de uso e apropriação dos recursos naturais. Com o desenvolvimento da agricultura e de técnicas de irrigação, a natureza passou a ser “domesticada” pelo Homem, gerando desde então uma relação conflituosa entre Sociedade Humana e Natureza, caracterizada por uma visão de separação e poder. Nesta perspectiva, Dulley (2004) afirma que, o meio ambiente característico da espécie humana, corresponderia à natureza conhecida, e esta estaria subjugada aos interesses do seu sistema social produtivo.

Tendo este pensamento iniciado pelas sociedades antigas e posteriormente difundido pela sociedade moderna, Oliveira (2002) acrescenta que a Natureza foi ao longo da história pensada por duas vertentes ocidentais, destacando na primeira concepção manifestada pela sua hostilidade, enquanto a outra visão foi orientada pela idéia naturalista que a percebe como algo harmonioso, mas que, ao ser tocada pelo Homem é destruída, retomando a dicotomia Sociedade-Natureza. Essas duas vertentes são carregadas de sentidos que orientaram os pressupostos da filosofia, de modo que, desde Descartes, o mundo e as coisas são vistos a partir de uma perspectiva dicotômica, que separa matéria/espírito, que dissocia o espírito, a inteligência humana do “restante”.

Posteriormente, a física newtoniana alcançou, de forma plena, o projeto que havia sido posto por Descartes, tratando da razão humana, colocada em sua plenitude. Através de princípios básicos, propôs explicar a ordem natural que rege todo universo, em que tudo pode ser reduzido a princípios universais que podem explicar o mundo em sua totalidade. Em consequência disso, evoluiu uma noção antropocêntrica em que o Homem passou a ser o centro do universo. Através do poder e da razão, o homem conhece, calcula, explica e subjuga o mundo e, conseqüentemente, o seu meio natural. Desta forma, a Natureza passa a ser entendida como algo passível de se adequar, não somente às necessidades humanas, como às suas vontades individuais e coletivas, ocorrendo desde então, uma ressignificação da Natureza dada pela cultura e pela ciência.

Deste então o Homem, reconhecido como ser superior, dotado de inteligência e de cultura, submeteu a Natureza aos seus diferentes interesses, que incluíam os de ordem econômica. Na medida em que as sociedades capitalistas foram evoluindo, o conceito de Natureza foi sendo cada vez mais dissociado de uma relação harmônica com o Homem. Contudo, Marcondes (1999) afirma que com o pensamento utópico das primeiras cidades ideais, ocorridas no período renascentista, houve uma tentativa de mudar esse quadro.

1.3.1 As cidades utópicas e suas principais contradições na relação entre Cidade, Homem e Natureza

De acordo com Marcondes (1999), a tentativa de integrar os aspectos urbanos com a beleza idílica da Natureza encontrada apenas no campo, ocorreu a partir da crescente preocupação da relação Homem x Natureza. Tal tentativa acabou resultando em esforços para associar os espaços urbanos aos aspectos naturais que só encontrados em espaços distantes das áreas urbanas. A autora afirma que as preocupações em torno da integração entre Cidade, Homem e Natureza surgiram desde o período Renascentista, quando surgiram as primeiras formulações do que poderiam ser as chamadas “cidades ideais”. Naquele período, a água era vista como um elemento natural indispensável para a beleza e atendimento às necessidades das populações urbanas, sendo esta idéia superada a partir de obras como a “A utopia” de Thomas More, publicada em 1516, que ao conceber modelos utópicos de cidades, visualizou não apenas a necessidade de assegurar o suprimento de água nas cidades, mas também incluiu a necessidade de colocação de jardins e de um cinturão verde. Segundo Freitag (2001), More idealizou uma sociedade perfeita, propondo uma vida mais digna a todos os seus membros, como forma de criticar as instituições políticas e sociais existentes, cujas leis e o aparato estatal considerava como formas de dominação dos mais ricos contra os mais pobres.

Num período posterior, que é definido por Marcondes como o período maneirista, a cidade passou a ser pensada a partir dos aspectos formais, cujos traçados geométricos e regulares davam a idéia de cidades fortificadas, o que terminava por favorecer e gerar um processo de isolamento sócio-espacial, resultando num isolamento físico das mesmas em relação à paisagem natural. Marcondes atribui ao Iluminismo a responsabilidade pelo surgimento de uma concepção de naturalismo urbano orientado na busca da restauração da Natureza perdida. Esta idéia acabou sendo amplamente difundida na construção dos modelos ideais de cidades que buscavam incorporar elementos naturais na estrutura urbana. Assim, segundo Marcondes, a partir do Século XIX houve o surgimento de uma nova forma de vislumbrar a evolução das cidades, com base na separação cidade-campo, onde era preconizada a separação dos espaços verdes das áreas industriais.

Essa forma de imaginar a cidade acabou evoluindo para o modelo de Cidade-Jardim que foi idealizado pelo urbanista inglês Ebenezer Howard² na obra “Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform”, publicada em 1898. Esta obra foi revisada e reeditada em 1902 sob o título de Garden Cities of Tomorrow. Howard (1996) baseou-se em alguns aspectos das cidades utópicas renascentistas para propor seu modelo de cidade ideal, acrescentando em seus esquemas outros elementos que compunham as cidades como as indústrias e ferrovias.

De forma objetiva, o modelo de Cidade-Jardim idealizado por Howard deveria resultar numa cidade cuja população máxima deveria ser de 30.000 habitantes, que ocuparia uma área urbana de 400 hectares, tendo na sua vizinhança cerca de 2.000 habitantes em terrenos agrícolas circundantes, ocupando então uma área total equivalente a 2.020 hectares. A cidade de acordo com Howard é apresentada por meio de diagramas, sendo descritas da seguinte forma:

“Os diagramas mostram uma cidade circular dividida em seis setores. Estes são delimitados por seis bulevares arborizados com 36m de largura, que se irradiam no Parque Central e se estendem até o perímetro externo, circundado pela ferrovia que, após envolver a cidade, transforma-se em estrada de penetração no ambiente rural. Completam a estrutura viária da Cidade-Jardim, cinco avenidas, também arborizadas, concêntricas ao Parque Central. A terceira delas, a Grande Avenida, possui largura de 128 metros (...). Nesta cidade, uma forte atenção é dada aos cuidados sanitários junto à trama urbana (...). A segunda grande preocupação de Howard mostra a possibilidade de se alojar a baixo custo, além de alta qualidade ambiental, a população precariamente instalada nas cidades industriais existentes e podendo concomitantemente, gerir este empreendimento” (Howard, 1996, p. 41).

A partir de Howard, os demais autores que idealizaram as cidades utópicas, adicionaram na prática, apenas à incorporação de alguns elementos naturais no espaço urbano. Neste sentido, a tentativa de integração entre cidade, sociedade e Natureza, que é defendida por Marcondes como a principal contribuição dos pensadores das cidades ideais, tem sido duramente criticada. Por exemplo, Rolnik (1995), embora reconhecendo que a ideologia das cidades utópicas privilegiou os aspectos naturais na produção do espaço urbano, afirma que estas utopias também contribuíram para uma forma de planejamento urbano que passou a pensar a cidade como algo mecânico, que poderia ser projetado e modificado, tornando a cidade algo racional, calculado e previsível. Para exemplificar a imagem mecânica do pensamento utópico das cidades ideais, Rolnik destaca exatamente a Ilha de Thomas Morus.

² Um ano após escrever este livro Ebenezer Howard fundou a Associação Garden-Cities como forma de viabilizar seu projeto, criando em 1903 a primeira cidade-jardim que ficou conhecida como Letchworth.

Por outro lado, Harvey (1982) considera que a preocupação em associar os aspectos naturais no interior do ambiente urbano foi, na prática, uma forma de estímulo para aumentar a produção capitalista. Para o autor, o modo de produção capitalista transformou a sociedade numa grande engrenagem, adaptando suas formas de socialização à produção de mais-valia. Neste sentido, a preocupação dos capitalistas em disciplinar a sociedade de acordo com seus preceitos, influenciou diretamente na vida social e moral dos trabalhadores, adequando seu local de vida às exigências do local de trabalho, preservando fora dos muros das fábricas, o equilíbrio necessário que impedisse o colapso fisiológico do trabalhador. Isto teria repercutido, dentre outros aspectos, na maneira do Homem interagir com a Natureza, que se baseou na contradição entre, a degradação ambiental contínua nos postos de trabalho (já que as principais matérias-primas das fábricas estavam ligadas aos recursos naturais não renováveis) e a mistificação da Natureza enquanto conceito de tempo livre. Tal mistificação reduziu na prática a Natureza como “algo a ser ‘consumido’ no decurso de uma pausa recuperadora daquilo que era de fato uma relação degradante, na mais fundamental de todas as atividades humanas: o trabalho.” (Harvey, 1982; p. 27). Segundo Harvey, essa relação ficou cristalizada nas paisagens urbanas, sob forma de parques e áreas verdes, que trouxeram o ar bucólico do campo para o ambiente urbano, invocando assim imagens associadas à Natureza, e com o objetivo precípua de estimular os trabalhadores a recarregarem suas energias para enfrentar o desgastante ambiente de trabalho das indústrias.

No entanto, em que pese as reais intenções dos utópicos das cidades ideais, um fato inegável é que suas contribuições têm sido duradouras no que se refere à busca de uma relação mais harmoniosa entre a sociedade com o ambiente natural. A crescente preocupação acerca dos efeitos da evolução capitalista nos diferentes aspectos que constituem a sociedade atual tem levado estudiosos de diversas áreas do conhecimento a se dedicarem a uma análise mais profunda do ambiente urbano, que tem se apresentado como palco dos processos sociais da sociedade capitalista (Corrêa, 1999). Desta forma, o espaço urbano tem sido um foco preferencial de análise devido à riqueza com que se expressam as diferentes dinâmicas que compõem a trama da rede das relações sociais no seu interior e que, muitas vezes, são expressas de maneira concreta na forma e no tipo de apropriação do ambiente natural em que as formas urbanas surgem e evoluem.

1.3.2 As principais mudanças ocorridas no pensamento sobre as relações entre Cidade, Sociedade e Natureza

Diante do acelerado processo de degradação ambiental e humana que configuram as paisagens das cidades contemporâneas, as formulações teóricas que giram em torno do urbano permeiam diferentes aspectos que compõem a sociedade capitalista. Assim, os trabalhos criados pela chamada Escola de Chicago representaram um marco importante no tratamento das questões urbanas, tendo como ponto de partida a obra intitulada “The City”, publicada em 1925 por Robert Park, R. McKenzie e Ernest Burgess. Ainda que possuindo ligeiras nuances entre si, os teóricos da Escola de Chicago pensavam a urbanização como um processo organizado a partir de um modelo de interação entre os homens e seu ambiente físico. De acordo com Castells (1983), a contribuição mais importante desses teóricos se refere à delimitação dos problemas que caracterizam a “questão urbana”, que foram por eles relacionados às práticas sociais, políticas e econômicas das cidades contemporâneas.

Deste modo, as preocupações com o destino das cidades, iniciadas pela Escola de Chicago, desembocaram na década de 1960 numa nova etapa do pensamento urbano, que passou a problematizar não apenas com base em processos políticos, econômicos e sociais, mas também incluindo as questões ambientais. É importante frisar que as preocupações de cunho ambiental surgiram devido ao início de um colapso ambiental a nível mundial, em decorrência da forma desenfreada que foram adotados princípios de desenvolvimento econômico capitalista pautado, sobretudo, na exploração indiscriminada dos recursos naturais não renováveis, que resultou num conjunto de eventos relacionados a uma degradação ambiental cada vez maior.

De acordo com Oliveira (2004) o debate em torno dos problemas causados pelas formas dominantes de apropriação da Natureza passou a ocupar um papel relevante nos estudos urbanos. Isto teria então levado a um crescente interesse pela temática ambiental, não apenas por pesquisadores, mas também por movimentos sociais, fossem eles de cunho ambientalista ou não. A publicação de livros e artigos como “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson em 1962, e a “Tragédia dos Comuns” de Garrett Hardin em 1968, foram alguns marcos da nova etapa do pensamento ambiental, passando o termo “meio ambiente” a designar a soma das condições externas que dão sentido à vida, de modo que, tanto a natureza quanto o

homem são partes integrantes deste meio ambiente, ao mesmo tempo que se relacionam entre si e com outros seres e espécies.

É importante destacar que a novidade trazida pelo termo “meio ambiente” é que passou a indicar que a Natureza, integra uma complexa rede de relações que se entrecruzam continuamente no tempo. A evolução deste conceito fez com que, na Constituição Federal brasileira, definisse no artigo terceiro da Lei Federal nº 6.938/81 (já alterada pela Lei Federal 7.804 de 18 de julho de 1989) o termo meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas”.

O fato é que no conceito de meio ambiente foram inseridos elementos tão variados quanto complexos, que vão desde o direito ao uso e transformação dos sistemas naturais até os deveres da sociedade em mantê-los preservados, atentando-se ainda aos padrões de distribuição dos malefícios gerados pelo funcionamento da sociedade. Deste modo, a sociedade passou a ser então pensada como estando numa relação direta com o ambiente, e, em função disto, tornou-se impossível separar os processos de formação do espaço das suas repercussões ambientais. Estas, por sua vez, integraram-se nas pautas de discussões das diferentes esferas sociais, onde a relação entre sociedade, cidade e Natureza passou a se integrar de fato, emergindo num período mais recente o conceito de Justiça Ambiental, que começou a ser usado para explicar como a distribuição das conseqüências negativas das formas dominantes de apropriação da Natureza terminam recaindo sobre os setores mais pobres e politicamente marginalizados da sociedade.

1.4 A produção dos espaços desiguais dentro das cidades e a questão da Justiça Ambiental

De acordo com Maricato (1995) do ponto de vista institucional, o Estado-Nação é o sistema pelo qual todos os outros níveis institucionais estão subordinados, assumindo assim um papel centralizador na formação dos espaços modernos. Para a autora, esta prerrogativa tem exigido a modernização constante do Estado para que este possa suprir as demandas originadas pela sociedade nacional, ao mesmo tempo em que procura se adequar às novas realidades

impostas pelo funcionamento da economia mundial. Assim sendo, o Estado-Nação tem sido fortemente pressionado a responder tanto às necessidades reais dos seus cidadãos, quanto àquelas geradas pelo funcionamento dos mercados (i.e.; interno e externo).

Por outro lado, Marques e Bichir (2001) argumentam que o Estado-Nação é responsável pela reprodução geral da dinâmica capitalista, tendo como prioridade os investimentos que auxiliem na acumulação de capital e gastos públicos que legitimem a sociedade capitalista. Neste sentido, o Estado-Nação tenderia a introduzir continuamente elementos no processo de urbanização e produção das cidades que sejam capazes de garantir a reprodução capitalista. Assim sendo, desde que as cidades imaginárias dos pensadores utópicos foram idealizadas, foi dada uma grande importância à ação do Estado no tocante da construção e transformação dos espaços urbanos. Assim, a ação do Estado incluiria desde a preocupação com a circulação de fluxos de pedestres, de veículos e mercadorias, até a ordenação regular e repetitiva das ruas. Isto seria feito com base na racionalização da produção do espaço urbano, sob a responsabilidade do Estado em controlar a evolução da cidade.

Segundo Santos (2004), quando o Estado escolhe investimentos prioritários para uma determinada demanda, como no caso de investimentos maciços de infraestrutura e transporte em áreas de relevância econômica, este termina causando uma falta de investimentos em outros setores ou regiões que não tem a mesma importância econômica. Este tipo de opção comprometeria a qualidade de vida de segmentos da população urbana que deixam de ser assistidos pelas políticas de governo, comprometendo ainda a sua localização no interior dos espaços urbanos. Além disso, Santos, destaca que as ações do Estado podem contribuir, por um lado para o desenvolvimento de determinadas regiões e, por outro, para o isolamento geográfico e empobrecimento de outras. Isto se daria pela seletividade dada ao espaço para os diferentes níveis de produção industrial, privilegiando pontos que dispõem de vantagens locais significativas que atendem aos interesses da classe capitalista. As desigualdades geradas por este processo têm como consequência direta a segregação sócio-espacial.

Ao discutir a questão da segregação sócio-espacial, Villaça (1998), enfatiza o papel do Estado, apresentando-o como um dos principais responsáveis pelos contrastes sociais existentes na sociedade contemporânea. Além disso, Villaça afirma que a segregação dos espaços urbanos transforma seletivamente os lugares,

de modo a atender as demandas das classes dominantes, que ao se auto-segregarem, atraem para si equipamentos centrais e não-centrais que são deslocados pelo Estado em sua direção, passando então a ter maior acesso a serviços urbanos (públicos e privados). Em função deste processo de segregação, os mais pobres ficariam de posse de uma infra-estrutura urbana desintegrada, marcada pela ausência de investimentos econômicos, onde predominariam habitações precárias; sistemas de ensino inadequados; desemprego crônico; elevados índices de pobreza e serviços públicos altamente sobrecarregados. A este cenário, Silva (2006) acrescenta que tais efeitos refletem desde a ocupação irregular do solo urbano até o interior das moradias.

Nessa perspectiva, o sistema urbano é então considerado como sendo uma unidade de consumo coletivo composta por um aparato de serviços públicos necessários à reprodução do sistema capitalista, tendo o Estado como planejador de sua distribuição espacial. Harvey (1996) sugere que a política e a ideologia contemporâneas são dominadas por injustiças e segregações espaciais, onde a ausência de intervenções públicas nos espaços periféricos é produto de mecanismos estruturais ligados à dinâmica mais geral do sistema econômico. Uma consequência deste processo de acumulação seria a internalização do processo de produção do espaço urbano, na mesma lógica do mercado. De acordo com Leite & Pereira (2005), esta dinâmica refletiria diretamente na dinâmica social vigente nas cidades, que expressariam as contradições geradas pela divisão de classes e pela distribuição desigual dos recursos públicos.

Castells (1983) argumenta que a segregação gerada pelas desigualdades da sociedade contemporânea se refere a um “processo pelo qual o conteúdo social do espaço torna-se homogêneo no interior de uma unidade e se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores, em geral conforme a distância social derivada do sistema de estratificação” (p. 186). Por outro lado, Lefebvre (1999) ao considerar o espaço como algo social e politicamente construído, reconhece que, com o avanço do capitalismo, o espaço se tornou mercadoria, e assim sua homogeneização se dá pela subordinação do mesmo ao valor de troca. Ao mesmo tempo em que ele se torna homogêneo, a valorização diferenciada entre os lugares (de acordo com sua capacidade de criar condições de reproduzir a dinâmica do capitalismo) representaria a produção de uma hierarquia do espaço, que conduziria a sua fragmentação, representada pela propriedade privada do solo, que é negociada com base nas regras do mercado e na especulação imobiliária. De acordo com Lefebvre

essa hierarquização do espaço, representaria de forma mais abrangente os processos de segregação sócio-espacial, seja pelo valor diferenciado do solo, de acordo com seu grau de importância, como também pelos investimentos econômicos em áreas mais privilegiadas, além da ação do Estado no ordenamento do espaço urbano.

Seja pelas ações pontuais do Estado, ou pela sua ausência, como também pela atuação de outros atores importantes que detém o poder econômico, a segregação sócio-espacial reflete os contrastes existentes entre ricos e pobres, que muitas vezes são representados pela localização de bairros informais em áreas de risco social e ambiental. Sobre isso, Sabatini (2001) sugere que a segregação, associada aos padrões sociais existentes entre as diferentes regiões da cidade, onde prevalecem desigualdades de renda e qualidade de vida, reforça a idéia de que a ocupação do espaço incorpora outros fatores, que vão além das estruturas desiguais de distribuição de serviços, acesso, posse e controle de territórios, mas também ao acesso aos recursos naturais neles contidos.

A esta inovação proposta por Sabatini é possível ainda incorporar algumas idéias trazidas pelo Movimento por Justiça Ambiental, que sugere ser os malefícios sociais gerados pela segregação, também refletidos na distribuição desigual dos prejuízos trazidos pela degradação ambiental, visto que estes afetam principalmente os segmentos mais pobres da população, que normalmente habitam em regiões insalubres e com alto risco ambiental. Esses riscos são definidos por Veyret (2007) como resultantes de uma associação entre riscos naturais que podem ser agravados pela atividade humana e pela forma de ocupação do território. Veyret enfatiza que os riscos ambientais podem ser provenientes da própria ação da Natureza, através dos processos físicos (i.g.; erupção de vulcões, terremotos, maremotos, tornados, etc.) sendo os mesmos por ela denominados como riscos “naturais”. Alguns riscos naturais podem, no entanto, ser agravados pelas atividades humanas e pelo processo de ocupação territorial. Deste modo a ação humana é capaz tanto de amenizar quanto de agudizar tais riscos. Além disso, Veyret ainda argumenta que os riscos, mesmo tendo origens diferentes (i.e.; sociais, ambientais, geopolíticas, econômicas) acabam sendo traduzidos sob a forma de riscos sociais, visto que diferentes fatores de risco interagem, podendo pertencer simultaneamente a diversas categorias. Contudo, independente de sua origem, tais riscos terminarão sendo sociais, e remetidos em última instância aos processos de segregação e fragmentação urbana. No entanto, estes riscos são, de acordo com Herculano (2008),

obscurecidos e/ou dissimulados pela extrema pobreza, e pelas péssimas condições gerais de vida que ela gera.

Lima e Roncaglio (2001) acrescentam que a articulação da idéia em relação às questões ambientais no conjunto das relações sociais foi ampliada quando o conceito de meio ambiente passou a incluir direitos e reivindicações, não mais pautados apenas nos recursos naturais e no cuidado com as áreas verdes e animais, colocando ainda, o homem, não apenas como agressor, mas muitas vezes, vítima de situações de desigualdades concernentes às questões ambientais, caracterizando os conflitos ambientais, que para Roncaglio e Lima são conflitos sociais que têm a natureza como suporte, revelando muitas vezes os interesses privados em detrimento ao bem da coletividade.

A partir da reação a esta realidade de injustiças de cunho social e ambiental é que surgiu, especialmente a partir da experiência acumulada por comunidades étnicas segregadas no interior das cidades norte-americanas, o paradigma da Justiça Ambiental. Este conceito nasceu no início da década de 70 do Século XX, a partir da ação de movimentos sociais norte-americanos preocupados com a situação de populações de baixa renda, socialmente discriminadas, e que viviam em condições de vulnerabilidade social e ambiental. Estes movimentos buscaram chamar a atenção dos governantes e órgãos competentes quanto à exposição aos riscos ambientais experimentados por estas populações, em função de viverem nas proximidades de depósitos de lixo químicos e radioativos ou de indústrias com efluentes poluentes (Herculano (2002; 2006). A situação em que estas populações se encontravam foi rotulada como “Injustiça Ambiental”. Segundo Herculano, este termo passou desde então a designar “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis”.

O debate teórico iniciado nos EUA explicitou a existência de uma relação direta entre os problemas sociais e os problemas ambientais nas sociedades urbanas contemporâneas. Desde o seu nascedouro, o principal objetivo dos defensores da Justiça Ambiental seria reduzir as disparidades geradas pelo uso e acesso diferenciados dos recursos ambientais, de forma a alcançar um tratamento mais justo (a partir de um significativo envolvimento do conjunto da sociedade) na formulação e cumprimento das leis que impeçam que os custos ambientais das operações urbano-industriais continuem recaindo de forma quase total sobre

minorias étnicas e classes sociais, econômica e politicamente marginalizadas. É importante salientar que nesta concepção haveria raízes comuns para as injustiças sociais e a degradação ambiental, em populações que têm sua qualidade de vida comprometida pelo estado de pobreza que se agrava e pela alocação desigual dos riscos ambientais (Bullard, 2001; Acselrad, 2004a).

Herculano (2008) aponta que há uma crescente preocupação teórica no sentido de associar os impactos criados pelas desigualdades de classe à problemática da poluição ambiental e às conseqüentes ameaças à saúde coletiva no interior das cidades. A autora argumenta que o conceito de Justiça Ambiental ganhou espaço nas discussões voltadas para esta temática por permitir uma ampliação do escopo de análise de problemas que até então eram tratados separadamente.

1.5 As diferentes etapas da urbanização brasileira

1.5.1 Início da urbanização brasileira: Os períodos Colonial e Imperial

Durante muitos séculos, as cidades brasileiras eram praticamente independentes, não havendo muita comunicação interna entre as mesmas. De acordo com Santos (2008) elas se apresentavam como subespaços de um grande arquipélago, das quais evoluíam de acordo com suas próprias lógicas internas e muitas vezes com suas relações com o exterior. Por outro lado, Brito et. al., (2001) afirma que já nos períodos colonial e imperial o Brasil possuía cidades de grande importância, principalmente no âmbito econômico. Embora o campo se apresentasse enquanto local central da atividade produtiva da economia brasileira, as cidades funcionavam como o centro administrativo e financeiro, onde eram feitas as ligações com o financiamento e o comércio internacionais. Esta situação conferia às cidades um papel fundamental, que viabilizava os interesses mercantilistas europeus em relação às colônias, o que contribuiu para a formação de sedes do capital mercantil nas principais cidades existentes durante aquele período. Assim, as cidades funcionavam como pólos que concentravam tanto as atividades burocráticas, ligadas à administração colonial, quanto as atividades administrativas, comerciais e financeiras ligadas à produção agroexportadora.

Maricato (1997) acrescenta que o surgimento dos núcleos urbanos do período colonial vinha acompanhado da construção de igrejas suntuosas, que ocupavam um lugar de destaque nas cidades. A estreita relação da Igreja Católica com o Estado lhe garantia poderes que legitimavam sua influência sobre a sociedade de modo geral. Em função disto, o papel do Estado era confundido com o da Igreja na manutenção da ordem política e social. Além disso, os proprietários de escravos se apresentavam como os principais representantes dos interesses da aristocracia, cabendo a eles resolver os problemas administrativos e os conflitos que emanavam da formação de uma sociedade marcada desde o seu nascedouro pela desigualdade. Os donos de escravos também tiveram um papel importante na formação das cidades através de seus investimentos na construção de estradas, e na realização de obras de melhoramentos necessárias ao funcionamento dos vilarejos que mais tarde seriam elevados ao status de cidades.

No entanto, é importante enfatizar que ao longo dos dois primeiros séculos do período colonial, o processo de urbanização se deu de forma bastante modesta no Brasil, ficando restrito às regiões costeiras. Apesar deste cenário, as cidades de Recife, Olinda e Salvador tiveram destaque especial durante o período do domínio holandês, quando foi intensificado o processo de urbanização. A partir da queda da produção açucareira e a ascensão da exploração do ouro, as cidades começam a ganhar novas dimensões, deixando de se concentrar apenas no litoral, avançando para o interior do país. Neste sentido, o centro dinâmico da economia se deslocou para o centro-sul, e em 1763 a capital terminou sendo transferida para o Rio de Janeiro que abrigava o porto por onde era escoado a maior parte do ouro extraído no Brasil. Além das atividades relacionadas à mineração, outros fatores foram preponderantes para o avanço da ocupação territorial do Brasil, entre eles a formação de novas rotas criadas pelos bandeirantes, e ainda a expansão da pecuária. A combinação destes fatores possibilitou a formação de vilarejos, permitindo a ampliação do território brasileiro para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

De acordo com Maricato (1997) e Rolnik (1999), a ausência de normas urbanísticas propiciou a formação de um traçado urbano onde predominavam ruas estreitas e tortuosas na maioria das cidades brasileiras. Uma primeira tentativa de estabelecer normas para a ocupação do solo nos territórios de domínio português ocorreu durante as chamadas Ordens Filipinas, que foram instituídas durante a união das Coroas da Espanha e Portugal no período de 1540 a 1640, entretanto, foi

apenas entre 1750 e 1777 que foi instituída uma política de urbanização no Brasil, a partir da iniciativa do marquês de Pombal, que incentivou a criação de vilas, seguindo as mesmas normas utilizadas no território de Portugal (Maricato, 1997). A legislação estabelecia normas para lotes, quadras e fachadas, e a organização do sistema viário em forma de xadrez era recomendado. A partir desta mudança, os espaços públicos e privados começaram a obedecer um traçado mais preciso. Desta forma, várias cidades brasileiras, guiaram-se pelo modelo da cidade de Lisboa, após sua reconstrução em 1755, depois ter sido totalmente destruída por um terremoto seguido de incêndio (Maricato, 1997).

Maricato nota ainda que apesar das autoridades coloniais buscarem inspiração nas cidades européias para dar um tom moderno às cidades brasileiras, estas não foram contempladas com serviços básicos de infra-estrutura. Assim, durante todo o período colonial, a maioria das cidades brasileiras não possuía calçamento nas ruas, concentrando apenas nas cidades mais importantes alguns serviços de infra-estrutura básica, e principalmente, grandes obras de edificações. Por outro lado, no que se refere ao saneamento, Maricato (1997, p. 13) argumenta que este serviço nunca fez parte da preocupação da Coroa portuguesa. Essa postura se refletiu de maneira drástica nas condições de vida da população das cidades através do surgimento e/ou retorno de inúmeras epidemias. No entanto o processo de urbanização brasileiro começou a mudar em 1808 a partir da vinda da família real para o Brasil. A partir disso, a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a ser impactada por essas mudanças, uma vez que foi a cidade que acolheu os integrantes da Coroa que se refugiaram no território brasileiro. Essas mudanças somadas às disputas que marcavam a vida política do Império culminaram em importantes transformações no cenário urbano brasileiro.

A promulgação da Lei de Terras em 18 de Setembro de 1850 proibiu a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra. Segundo Rolnik (1999) essa lei representou não apenas a distinção entre o solo público e o solo privado, mas implicou no fato de que a terra passou a adquirir o estatuto de mercadoria, já que seu novo status jurídico permitia que fosse utilizada como hipoteca para a concessão de empréstimos bancários, substituindo rapidamente o valor comercial do escravo após a abolição da escravidão em 1888. Esse conjunto de medidas e acontecimentos refletiu tanto no processo de construção da cidade, como na legalidade urbana. Rolnik destaca que a partir deste período, a cidade passou a ser pensada e projetada antes do momento de edificação, respeitando

normas e procedimentos que delimitavam os espaços públicos dos espaços privados. Essas preocupações urbanísticas, no entanto, representavam uma importância que ia além dos limites técnicos e estéticos dos utópicos das “cidades ideais”, pois criavam uma estratégia que visava maiores investimentos na compra de imóveis urbanos, principalmente pelos fazendeiros de café, que buscavam fontes alternativas de investimentos para fazer frente aos baixos retornos oferecidos pelo café ao final do século XIX. Essa nova realidade refletiu profundamente nos processos de segregação urbana do país, que passou a ser determinante para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais e para fixação de valores no mercado imobiliário. Sendo este último, de acordo com Costa e Peixoto (2007) de grande relevância para a canalização de poupanças e investimento privados dispersos.

1.5.2 As mudanças e continuidades de um processo de urbanização baseado nas raízes do período colonial

Brito et. al. (2001) afirma que apesar das primeiras cidades brasileiras terem surgido ainda no período colonial, o país chegou ao final do século XIX com maior parte da população vivendo ainda nas áreas rurais. Assim, no início do século XX, as cidades mais importantes eram Belém e Manaus ao Norte; Salvador, Recife e Fortaleza no Nordeste; Porto Alegre e Curitiba no Sul; Cuiabá no Centro-Oeste, e São Paulo e Rio de Janeiro que era a Capital da República, na região sudeste (Brito et.al., 2001). Além disso, é importante indicar que em função da proclamação da República e da intensificação de mão-de-obra livre ao final do Século XIX e início do Século XX, o processo de urbanização começou a ganhar uma nova dinâmica, período este em que o Estado de São Paulo passou a assumir um lugar de destaque na economia brasileira, tornando-se de fato o centro mais dinâmico do país (Rolnik, 1999; Brito et.al., 2001).

Por outro lado, as cidades brasileiras do início do século XX, ainda apresentavam características herdadas do período colonial. De acordo com Ianni (1996) a urbanização brasileira, que teve suas raízes ligadas à sociedade colonial, refletia naquele período o peso de estruturas jurídico-políticas e sociais, que carregavam os resquícios do período colonial, especialmente no tocante à relação dos setores dominantes e do Estado com os segmentos mais pobres e politicamente

marginalizados da sociedade. De maneira complementar Maricato (2000) afirma que o processo de urbanização brasileira carregou todo o peso da nossa formação social e política, sendo caracterizada assim por defasagens e continuidades, que se contrapunham à dinâmica da modernização que o novo momento histórico exigia. Maricato acrescenta ainda, que as estruturas dessa urbanização nunca romperam com os interesses hegemônicos das estruturas políticas coloniais. Em função disso, as expectativas depositadas no crescimento e na modernidade das cidades brasileiras durante as primeiras décadas do século XX (que refletiam o anseio das elites urbanas de superar a imagem do Brasil arcaico representado pelo campo) foram frustradas, visto que o universo urbano que se desenvolveu, não superou com as características que marcaram a vida social brasileira desde seu processo de formação (Maricato, 2000; 2003).

Apesar dessas características, que implicavam numa continuidade dentro do processo de urbanização herdadas do período colonial, é importante destacar que a ação do Estado para assegurar o crescimento urbano a partir do século XX ocorria na medida em que se acelerava o processo de expansão das cidades, garantindo assim as condições de infra-estrutura e serviços necessários para o seu ordenamento. Neste sentido, Rezende (2007) ressalta que as intervenções públicas urbanas, articuladas e promovidas pelo Estado brasileiro foram orientadas sob a ideologia higienista/cientificista. Tais intervenções buscavam, em tese, promover o re-ordenamento urbano, destruindo tudo aquilo que impedia o tom imponente das cidades. Esta maneira de formular a transição da cidade colonial para a moderna culminou com a demolição de favelas, cortiços e mocambos, para impor um traçado de modernidade às principais cidades brasileiras. O autor argumenta que ao mesmo tempo em que os urbanistas buscavam embelezar as cidades, o Estado estava preocupado com a realização de obras de saneamento básico para a eliminação das epidemias, o que acabou refletindo de maneira positiva na melhoria da qualidade de vida da maioria da população urbana.

Entretanto, Maricato (2000; 2008) argumenta que este projeto de modernização das cidades brasileiras lançou as bases de um urbanismo à moda da periferia, pois ao mesmo tempo em que se buscava dar um novo visual às cidades, e diminuir os problemas relacionados à falta de saneamento básico, foram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de recorte capitalista. Isso teria favorecido a formação de conglomerados de pobreza, para onde se dirigiam aqueles segmentos da sociedade que não tiveram condições de arcar com os custos

da cidade moderna, já que com o avanço da especulação imobiliária, o valor do solo urbano aumentou significativamente nas áreas servidas de serviços públicos e coletivos. Rezende (2007) destaca que o ordenamento urbano que emergiu a partir das profundas remodelações e adequações ocorridas desde o início do século XX, permitiu que os interesses e aspirações das elites dirigentes se sobressaíssem, ficando assim atreladas a uma nova forma de ordenamento e funcionalidade do espaço urbano, vinculada prioritariamente aos interesses da produção e reprodução do capital.

1.5.3 Os reflexos da industrialização no processo de urbanização brasileira

A industrialização brasileira iniciou-se no mesmo período em que a produção cafeeira começava a despontar de forma expressiva na economia do país. As primeiras indústrias têxteis foram implantadas em meados do século XIX, concentrando-se no centro-sul do país, em regiões onde a produção do café era mais significativa. Apesar de outros produtos se apresentarem com importância relativa, (e.g.; açúcar e algodão), o café assumiu, naquele período, um lugar de destaque, tendo dominado a economia brasileira por mais de um século, influenciando assim diretamente no desenvolvimento urbano do país e na melhoria da comunicação entre os Estados (a partir da construção de estradas), tendo também possibilitado o surgimento de muitas cidades, como nos casos de Muriaé e Juiz de Fora, em Minas Gerais, e Vassouras, no Rio de Janeiro (Maricato, 1997; Brito et.al., 2001).

No entanto, apesar de ser alicerçada pelo capital acumulado com a exportação do café, a indústria brasileira foi mantida inicialmente a duras penas, e o desenvolvimento foi freado por uma série de fatores, que incluíam, entre outras questões, os interesses divergentes da burguesia e dos comerciantes e financiadores urbanos, somados aos interesses ingleses que queriam ampliar mercado para seus produtos industriais. Além disso, as dívidas que o Brasil já havia contraído após a instalação da Família Imperial portuguesa, também foi outro fator que atrapalhou o seu desenvolvimento industrial, visto que boa parte dos lucros adquiridos com a exportação de bens primários era utilizada para saldar parte da uma crescente dívida externa (Maricato, 1997). Este quadro contribuiu para a manutenção, até a década de 30 do Século XX, de uma economia tipicamente agro-

exportadora. Neste sentido, o crescimento urbano só passou a ser representativo após o primeiro surto industrial ocorrido naquela década, que serviu para ampliar as relações mercantis entre as diferentes regiões brasileiras. Brito et. al. (2001) sugere que as cidades, a partir daí, deixaram de ser apenas locais das atividades administrativas, comerciais, financeiras e culturais, passando a ser também o local da produção, com grande exército de mão-de-obra disponível.

Desse modo, a partir do impulso dado pela industrialização na década de 30, o mercado interno brasileiro ganhou um papel cada vez mais crescente na elaboração de uma nova lógica econômica e territorial. Assim sendo, a transição de um país agrário-exportador para urbano-industrial, com a implantação das indústrias de base, permitiu uma diferente orientação nas relações sociais. Essa nova orientação passou a demandar necessidades, inclusive de ordem espacial-geográfica, que marcaram esta etapa da produção capitalista no Brasil. Em relação ao urbano, esta situação acabou introduzindo novos processos e formas urbanas, que implicaram no surgimento de dinâmicas econômicas e papéis, cuja finalidade seria garantir as melhores possibilidades para a reprodução capitalista no contexto sócio-espacial brasileiro. De acordo com Santos (2008) a industrialização representou um “processo social complexo, que tanto incluía a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipar o território para torná-lo mais integrado, ativando assim o processo de urbanização” (p. 30). De maneira complementar, Rolnik e Nakano (2000) sugerem que o processo de industrialização contribuiu para o fortalecimento do mercado interno, o desenvolvimento das forças produtivas, e a diversificação e modernização da sociedade brasileira. Contudo, estas transformações teriam refletido diretamente no processo de urbanização, causando assim profundas mudanças, desde a ocupação do solo urbano até o interior das moradias.

A segunda fase da industrialização brasileira foi marcada pela adoção da chamada política de substituição de importações que, determinada pelas dificuldades de abastecimento do mercado interno, coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial. A partir da adoção desta política houve realização de investimentos maciços em infra-estrutura, que possibilitaram a ampliação das fronteiras do desenvolvimento nacional. Segundo Santos (2008) a construção de estradas de rodagem e a interligação das estradas de ferro que eram antes totalmente desconectadas, deram início ao processo de integração do território brasileiro. Estes investimentos visavam ainda atender as demandas das regiões com

maior dinamismo econômico, cujo crescimento urbano se dava em escala cada vez maior.

As políticas de cunho desenvolvimentista adotadas pelo regime militar de 1964 possibilitou outro período de dinamização econômica. De acordo com Santos (2008) dentre os fatores que foram preponderantes para o impulso da expansão industrial durante o regime militar estão o aumento da classe média, bem como a inclusão dos setores mais pobres da população num processo de consumo mais diversificado, a partir da disponibilização de linhas de crédito. Na medida em que a economia apresentava sinais de crescimento, a proporção da população habitando nas áreas urbanas também passou a aumentar rapidamente. Brito et. al. (2001) argumenta que as migrações internas representaram o elo entre as mudanças estruturais ocorridas na sociedade e na economia brasileira, que implicaram na aceleração do processo de urbanização. Brito afirma ainda que as décadas de 30 e 40 foram marcadas por significativas transformações no Brasil, não apenas a nível territorial, mas da própria sociedade, que se tornou cada vez mais urbana. Nas décadas seguintes, a população urbana aumentou progressivamente, sendo que já em 1970, 55,9% da população brasileira viviam em áreas urbanas, ultrapassando pela primeira vez na história o contingente populacional vivendo em áreas rurais. Estes percentuais se tornaram cada vez mais representativos nos anos subsequentes, atingindo no ano de 2000 um total de 81,2% a população urbana do país (Brito et.al., 2001). Por outro lado, Rezende (2007) argumenta que o aumento da população urbana contribuiu diretamente para o aumento da reserva de mão-de-obra disponível para a produção e reprodução do capital.

1.5.4 O crescimento das cidades e a produção de espaços desiguais

Os diferentes teóricos que se detiveram em trabalhar com a temática urbana compartilham a posição de que os problemas gerados e/ou agravados pela urbanização transformaram as cidades num ambiente complexo e cheios de contradições. No caso brasileiro, é possível constatar que já no final do século XIX, quando a urbanização ainda era bastante incipiente, e nem mesmo havia se iniciado o processo de industrialização no país, boa parcela da população já arcava com os custos de uma urbanização desigual. De acordo com Maricato (1997) os habitantes vivendo nas cidades naquele período, já conviviam com fatores negativos, como a

pobreza generalizada, elevados índices de criminalidade e problemas relacionados à saúde; fatores estes que eram causados pela ausência de infra-estrutura básica e elevado grau de insalubridade na maioria das residências. Além disso, o congestionamento habitacional era outro problema comum, derivado da falta de recursos financeiros por parte dos segmentos mais pobres da população. A urbanização crescente do final do século XIX e início do século XX acarretou um aumento na demanda por moradia, transporte e serviços urbanos coletivos. Contudo, os projetos de reforma urbana daquele período não contemplaram tais demandas, o que terminou por agravar o quadro de miséria dos segmentos da população que já viviam em condições de precariedade.

Por outro lado, os projetos modernizadores executados no início do século XX conjugaram uma série de medidas que buscavam construir uma paisagem urbana que simbolizasse “o salto para o futuro”, ou seja, deixando de lado os resquícios de uma sociedade que até bem pouco tempo fora marcada pelo escravismo e com características tipicamente rurais. No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, enquanto o Estado procurava ampliar a capacidade do seu porto para a acomodação de grandes navios e ampliar o sistema viário para permitir uma melhor circulação das mercadorias, também foram realizadas obras que procuravam dotá-la de uma estrutura. Em teoria essas medidas procuravam transformar o espaço urbano carioca, de forma a torná-lo mais atrativo para investimentos externos, no entanto, uma consequência imediata desses esforços foi a desapropriação de casas e prédios antigos, para a construção de edifícios que não eram acessíveis às populações de baixa renda. Estas acabaram, na prática, sendo expulsas para cortiços ou lugares, que mesmo estando localizados em áreas centrais, eram desprovidos de qualquer tipo de investimento, fosse público ou privado.

A partir do avanço da industrialização na segunda metade do Século XX, as cidades brasileiras ganharam novas formas, ocorrendo importantes transformações no ambiente construído. Segundo Silva (2006), o rápido salto demográfico da população naquele período, teria representado a introdução de uma nova lógica social e uma nova maneira de produção e apropriação do espaço urbano. O fato marcante desta transformação foi que, a velocidade com a qual se processou o aumento da população urbana brasileira, foi maior do que a experimentada pelos países capitalistas mais avançados. Apenas no decorrer de um século, o Brasil saiu de uma população urbana que girava em torno de 10% em 1890 para alcançar 75,5% em 1975.

Apesar da ligação direta que houve entre crescimento populacional e crescimento industrial, o desempenho da economia não refletiu em mudanças significativas para a sociedade de modo geral, que continuou sem o atendimento necessário de suas demandas, agravando com isso a questão da pobreza urbana, na medida em que o modelo econômico vigente implicou no surgimento de um modelo espacial marcado por separações nítidas entre os diferentes segmentos da sociedade, de acordo com a renda que dispunham. Este modelo de separação espacial foi especialmente prejudicial aos grandes contingentes de migrantes que procuravam os centros urbanos em busca de oportunidades, mas que acabaram sendo relegados ao setor informal da economia, onde não lhes eram garantidos direitos trabalhistas, nem renda fixa (Maricato, 2000; Santos, 2008).

A concentração dos conglomerados humanos nos grandes centros brasileiros nas últimas décadas gerou, de acordo com Souza (2005), no curso de suas transformações, inúmeros problemas sociais, que muitas vezes já existiam e acabaram sendo ampliados, ou que eram apenas latentes, e eclodiram de maneira dramática, concebendo o espaço urbano, muitas vezes como uma arena de lutas, marcadas por conflitos, inclusive de caráter social e ambiental. Uma das características marcantes desse processo são as formas de apropriação do solo, que normalmente refletem as condições de vida dos segmentos sociais.

Como consequência disso, surgiu nas cidades brasileiras grandes áreas de ocupação irregular do solo urbano por parte dos setores excluídos da economia formal que, sem ter condições de comprar terrenos e/ou casas pelo mercado formal, acabavam se instalando em localidades rejeitadas pelo mercado imobiliário privado ou em áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas, muitas vezes localizadas nas proximidades de corpos hídricos e encostas íngremes (Maricato, 2000; 2008). Além disso, o processo de construção das habitações ocorria sem qualquer recurso técnico, nem participação das diferentes esferas de governo. A faceta mais óbvia deste processo foi o surgimento e expansão das favelas.

Este modelo de urbanização desigual acabou refletindo nos mais diferentes aspectos da vida cotidiana das cidades, sendo que suas consequências são mais perceptíveis com a grande concentração humana em áreas ambientalmente sensíveis. Na maioria das cidades brasileiras, a degradação ambiental não ocorreu apenas pela construção de habitações nas proximidades de rios, mangues e lagoas, mas também pela contaminação dos recursos hídricos, dos solos e pela destruição da vegetação nativa. Segundo Pedron et. al. (2006), a degradação ambiental foi

exponencializada pela falta de estrutura e saneamento básico, que afetou negativamente a qualidade de vida das populações vivendo nestas áreas.

Outro fator que contribuiu para a produção de espaços desiguais e o aumento da pobreza urbana brasileira, é destacado por Rolnik e Nakano (2000) os impactos gerados pela reestruturação econômica internacional a partir da década de 1980, que contribuíram tanto para ampliar as desigualdades sociais já existentes no país, como também serviram para diminuir o ritmo da urbanização, principalmente das grandes metrópoles, que mesmo crescendo mais do que o restante do país, diminuiu seu ritmo. Torres (2004) e Maricato (2003) afirmam que as prioridades estabelecidas pelo Estado para responder às pressões decorrentes da estabilização e expansão do crescimento econômico, resultaram na aplicação de investimentos em áreas interessantes para o desenvolvimento e a acumulação de capital, relegando a um plano secundário aqueles setores que não eram vistos como imprescindíveis à ampliação da acumulação capitalista.

Os novos padrões de produtividade dados pela reestruturação econômica, resultou na adoção generalizada de reformas neoliberais, baseados na flexibilização e terceirização das relações e processos de trabalho. Esse novo cenário econômico também trouxe reflexos na direção da expansão da malha urbana, a partir dos padrões locacionais definidos pela iniciativa privada, que influenciaram para diminuir o ritmo da expansão urbana das metrópoles, e aumentar o fluxo populacional dos municípios de porte pequenos e médios. Entretanto, a fragmentação e dispersão do espaço urbano iniciada por este processo, contribuíram para a formação de espaços desiguais, derivados da seletividade de investimentos, afetando de maneira singular algumas populações, que acabaram arcando com a maioria dos impactos negativos desse processo (Rolnik e Nakano (2000); Manfredo, 2007; Santos, 2008).

1.5.4 Da problemática urbana à busca por Justiça Ambiental no Brasil

Segundo Souza (2005), a visão dominante acerca do processo de “desenvolvimento” em países periféricos como o Brasil, ficou restrita de forma mais direta aos esforços de modernização, estando assim associada a uma visão unilateral e economicista da realidade. Nesse sentido, os ideólogos desta concepção restrita de desenvolvimento teriam deixado de levar em conta que o mesmo é carregado de significados, que não se restringem aos aspectos econômicos. Em

função disto, fatores fundamentais como os custos sociais e ambientais das políticas de crescimento econômico foram negligenciados, bem como a questão da repartição desigual desses custos entre as diferentes classes sociais (Souza, 2005). Segundo Furtado (1972), as políticas de desenvolvimento acelerado adotadas por sucessivos governos brasileiros, tiveram, dentre outras conseqüências, o aprofundamento da dependência externa que ampliaram a inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho. Esta dependência teria contribuído para o aumento da exploração e deterioração das condições de vida da maioria da população brasileira, tendo como base a abundância de mão-de-obra e os baixos salários oferecidos pelas indústrias. Furtado também creditava ao aumento da dependência, o aumento da exploração dos recursos naturais, aprofundando uma dinâmica que já houvera marcado outros ciclos econômicos ocorridos na história brasileira.

Segundo Lima e Roncaglio (2001) as estratégias de modernização e desenvolvimento daquele período foram organizadas pautando-se, sobretudo, nos modelos centrados no papel do mercado e do Estado, provocando inquietações de ordem cultural, política e social. Além disso, Roncaglio e Lima afirmam que a preocupação com o uso dos recursos ambientais e o eventual risco de degradação e/ou potencial de extinção evoluiu, em períodos mais recentes, para um reconhecimento tácito de que, as questões ambientais estão diretamente ligadas, não apenas às questões econômicas, mas também às questões sociais, tendo a cidade como palco principal dos diferentes conflitos que emergem dessa relação.

A partir de tais constatações, a temática da Justiça Ambiental chegou ao Brasil sob a forma de discussão acerca das desigualdades sócio-ambientais geradas pelo modelo de desenvolvimento dominante, que teria destinado maiores cargas de danos sócio-ambientais às populações vivendo em situações de risco em função de sua vulnerabilidade sócio-econômica, tendo como marco inicial de sistematização e divulgação dessa temática, a coleção intitulada Sindicalismo e Justiça Ambiental, publicada pela Central Única dos Trabalhadores – CUT/RJ, no ano de 2000 (Herculano, 2002; Acselrad, 2004).

A partir do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ, no ano de 2001, o movimento por justiça ambiental brasileiro consolidou-se através da criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, que buscou desde então redesenhar uma nova linha de pesquisa e de ação no campo do Ambientalismo e da Sociologia Ambiental, procurando contrapor as problemáticas ambientais com as

sociais, contemplando as desigualdades de classes concomitantemente com a problemática da poluição ambiental, trazendo para discussão as conseqüentes ameaças à saúde de populações que vivem em condições de vulnerabilidade social e ambiental (Herculano, 2002).

Nesta perspectiva, Acselrad (2002) afirma que o movimento por justiça ambiental brasileiro, tem procurado evidenciar que o mercado, em vez de ser um instrumento de superação da promoção da justiça social e ambiental, é o principal responsável pelas inúmeras desigualdades existentes no Brasil, que se evidenciam, dentre outras formas, pelas desigualdades sociais na exposição aos riscos ambientais decorrentes de uma lógica que extrapola a simples racionalidade abstrata das tecnologias.

Deste modo, a temática da Justiça Ambiental apareceu no Brasil com o intuito de trazer para o núcleo das formulações temáticas sobre o assunto, questões como as conseqüências trazidas pela carga desigual do passivo ambiental, as quais têm uma relação direta entre a pobreza e aumento da degradação ambiental, que muitas vezes é mascarada ou até mesmo obscurecida, dado o amplo leque de agudas desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira. Sobre isso, Herculano (2008) argumenta que a exposição desigual aos riscos tem sido obscurecida pela extrema pobreza em que setores significativos da população se encontram, e pelas péssimas condições gerais de vida a ela associadas.

Finalmente, Acselrad (2004) afirma que os riscos a que os setores mais pobres da população urbana estão expostos, relacionam-se normalmente com situações como enchentes e deslizamentos de terras, mas que outras menos comuns (ou menos divulgadas) são ocasionadas pelas proximidades de moradias e/ou circulação humana em áreas próximas de substâncias químicas perigosas (e.g.; depósitos de lixo tóxico). Além disso, o autor aponta para o fato de que devido à vulnerabilidade das populações que convivem cotidianamente com estes riscos, e ao baixo grau de participação nas tomadas de decisões presentes na cultura política brasileira, esses problemas permanecem latentes e, muitas vezes invisíveis, devido à naturalização dos mesmos por parte das diferentes esferas políticas e sociais que compõem a dinâmica da sociedade brasileira.

1.6 Histórico da formação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes

As áreas de estudo que abrangem esta pesquisa (i.e.; Lagoa do Vigário, Lagoa do Sapo e Lagoa dos Prazeres) estão localizadas no município de Campos dos Goytacazes, região norte do Estado do Rio de Janeiro (Figura 1). Este município possui uma área total de 4.469 km², e representa 10% do território fluminense.

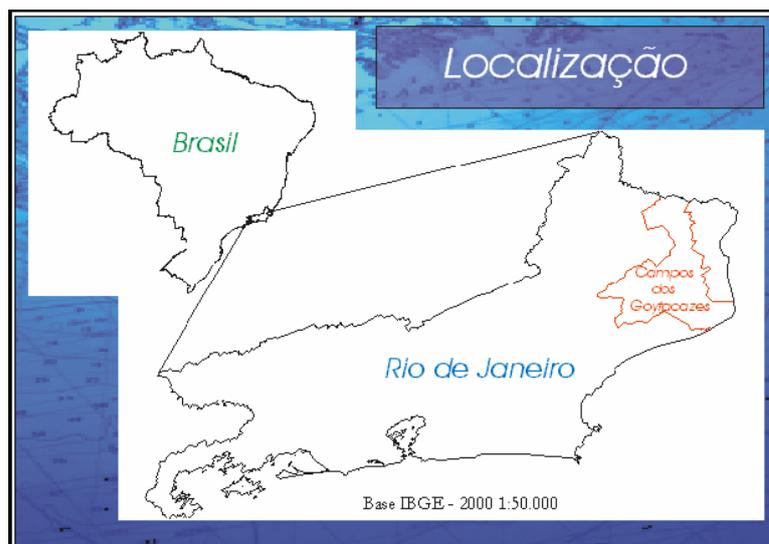


Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo, Município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Fonte: Base IBGE - 2002

No século XVII o território onde hoje está o município de Campos era habitado por índios Goitacás, Guarulhos e Puris (IBGE, 2002). Após várias tentativas frustradas de ocupação na planície goitacá, a colonização da região pela Coroa Portuguesa tornou-se possível com a chegada dos jesuítas beneditinos que, com seu sucesso pacificador com os índios, criaram as condições necessárias para o avanço do domínio português. Em 1627, o Governador-Geral Martim Corrêa de Sá doou algumas glebas de terras aos capitães Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antônio Pinto Pereira, João de Castilhos, Gonçalo Corrêa de Sá, Manuel Corrêa e Duarte Corrêa, pelo envolvimento destes nas lutas realizadas contra os índios e piratas (Campos dos Goytacazes: Perfil 2005, 2006).

Após a emancipação da Capitania por ordem do Governador-Geral, ocorrida em 1677, foi instalada a Vila de São Salvador, que em grande parte era ocupada por criadores de gado, progredindo posteriormente para a produção de cana-de-açúcar que se expandiu pelas proximidades entre o Rio Paraíba do Sul e Lagoa Feia. No

entanto, mesmo com a expansão da produção açucareira, a agropecuária manteve um papel importante na economia da região. Já o cultivo do café foi responsável pelo desenvolvimento das localidades de Cardoso Moreira e Italva, que mais tarde foram desmembrados do município de Campos. Contudo, a produção de gado leiteiro ainda é uma atividade econômica significativa nas partes oeste e nordeste do município. As atividades rurais comandaram a economia de Campos dos Goytacazes por um longo período. Assim, foi com base numa economia essencialmente rural que o vilarejo foi elevado à condição de cidade em 28 de março de 1835, com o nome de Campos dos Goytacazes.

Vale destacar ainda que a área urbana do município de Campos só começou a se expandir quando o mercado do açúcar estimulou a expansão dos canaviais por todo o seu território (TCE-RJ, 2004). O início das obras de melhoria na infraestrutura da cidade começou em 1837, sob a direção do engenheiro Major Bellegarde e do Brigadeiro Miranda e Britto. A partir deste período, a área urbana de Campos começou a ganhar um novo formato, principalmente ao longo das margens do Rio Paraíba do Sul. As intervenções urbanas realizadas nas áreas marginais ao Paraíba do Sul buscavam modernizar a estrutura de toda a cidade. Antes destas intervenções, naquela área existiam portos e estabelecimentos comerciais que, aos poucos, foram sendo eliminados (Alves, 1995).

A expansão da cana-de-açúcar na segunda parte do século XIX ficou evidente a partir da implantação de centenas de engenhos, que chegaram a totalizar 245 em 1875. O aumento da produtividade açucareira implicou na substituição dos engenhos por usinas, sendo que a primeira foi construída em 1879 (TCE-RJ, 2004). Segundo Alves (1995), a riqueza produzida pela lavoura açucareira criou condições suficientes para a ascensão de uma aristocracia poderosa que influenciou politicamente na região. A expansão do sistema produtivo açucareiro, a partir da substituição gradativa dos engenhos a vapor pelos engenhos centrais e usinas, também foi de fundamental importância para o aumento da comunicação entre a área central do município com o seu interior (Lamego, 1974; Alves, 1995). Naquele mesmo período a circulação pela cidade foi facilitada pelo aparecimento da ferrovia, visto que o município tornou-se o principal centro ferroviário da região norte fluminense (TCE-RJ, 2004).

Em 1890 a população urbana de Campos dos Goytacazes já era bastante significativa, aumentando substancialmente nas décadas seguintes, alcançando em três décadas um total de 69.759 habitantes, sendo que a população total do

município somava 175.850 habitantes (Alves, 1995). O processo de expansão da malha urbana campista intensificou-se no final do século XIX e no início do século XX, quando várias intervenções urbanas importantes foram realizadas para permitir uma modificação da sua estrutura espacial. Estas intervenções priorizaram o embelezamento da cidade, a melhoria de suas condições funcionais e a adaptação da estrutura urbana às necessidades da classe capitalista emergente (Faria, 2003; 2005).

O período compreendido entre 1890 a 1930 teve uma notável influência da Associação Comercial que foi criada por capitalistas para impor seus interesses na sociedade campista. Segundo Alves (1995), essa influência se destacava tanto na política quanto no meio social, pois a Associação Comercial estava representada na Câmara Municipal e na imprensa. Na Câmara Municipal essa influência foi concretizada na forma de projetos que viabilizassem as reformas urbanas que resultariam no embelezamento da cidade (Alves, 1995). Faria (2005) afirma que tais intervenções visavam remodelar o espaço urbano campista, a fim de transformar, sanear e ajustar as práticas de coexistência social a partir de imperativos ditados pelas novas forças políticas e sociais que se instauraram a partir da proclamação da República. Durante este período ocorreu ainda a demolição de antigos casarões para a construção de modernos edifícios. Além disso, ruas centrais foram calçadas e alargadas, com ênfase especial para as ruas 13 de Maio, 7 de Setembro e do Rosário, onde as atividades comerciais eram mais intensas. As obras realizadas na região central de Campos não apenas contribuíram para a modernização de toda a paisagem da cidade, como também para sua adequação aos interesses das classes dominantes.

Assim, as mudanças ocorridas durante aquele período foram decisivas para a expulsão das camadas populares do centro da cidade para as regiões periféricas. Sobre isso, Alves (1995) afirma que:

“(...) no processo de urbanização não cabiam os quitandeiros, vendedores ambulantes, as quituteiras que sobreviviam da venda do produto do seu trabalho, os meninos de recado, os exercícios de capoeiragem. Já não se entendia a presença das lavadeiras com seus gritos e algazarras na Beira-Rio, rua essa de maior movimento, entrada da cidade. Gradativamente iam desaparecendo os trapiches, bancas de pescado e, com o correr dos tempos, os portos. Junto a eles, as lavadeiras da beira do rio. Uma nova ética do trabalho se instituía, disciplinadora do espaço. As camadas populares foram expulsas do centro da cidade, ocupando os subúrbios. Essa ação repressiva dos delegados de polícia se articulava com as medidas legislativas municipais” (p. 90-91)

Dentre os projetos de modernização que foram idealizados ao longo do século XX para organizar o espaço urbano de Campos destaca-se o Plano Saturnino de Brito de 1902, que se tornou o principal projeto de intervenção pública visando a organização e transformação do espaço urbano campista. Aquele plano, formulado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, era composto por intervenções destinadas a modificar o meio físico e o uso do solo e das águas da área urbana de Campos. O Plano continha ainda uma série de diretivas para o ordenamento do espaço urbano, a partir de uma concepção que alterava profundamente a estrutura interna da cidade (i.e.; a distribuição das habitações populares; o formato do sistema viário; a localização de cais, jardins e cemitérios; a organização dos serviços de limpeza e iluminação pública; o serviço de coleta de lixo e o abastecimento de água e esgotamento sanitário).

A partir do Plano Saturnino de Brito, o processo de urbanização em Campos passou por diferentes fases, já que no período de 1901 a 1915, a cidade foi planejada a partir dos princípios higienistas. Além disso, durante o período de 1915 a 1930 uma série de operações de embelezamento e a ampliação dos espaços urbanos foram realizadas na área urbana de Campos. Essas mudanças permitiram que a cidade se transformasse, ao longo dos anos, num complexo mosaico, da transição entre o moderno e o antigo, representado pela manutenção parcial da sua herança colonial, que reflete não somente nos traços arquitetônicos de prédios antigos ainda existentes no Centro da cidade, como também na manutenção de uma ordem política baseada nas relações clientelistas de favores, e de uma organização social pautada nos interesses de uma pequena elite detentora do poder político e econômico da região.

No que se refere às obras de melhoria da cidade, elas foram freadas a partir da Revolução de 30 e início da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). O período foi marcado por constantes mudanças de prefeitos na cidade e, conseqüentemente, do corpo técnico que acompanhava cada administração. Esta alternância acabou impedindo a continuidade das obras públicas que eram iniciadas em cada gestão anterior. Contudo, esta estagnação foi rompida em 1939, quando um novo ciclo de intervenções foi iniciado na estrutura espacial da cidade (Faria; 2000). Faria ressalta que essas intervenções públicas contribuíram para o embelezamento da cidade, dando-lhe uma melhor funcionalidade, já que melhorava o acesso a determinados lugares a partir da reforma e ampliação de ruas que normalmente eram estreitas e tortuosas, além de adaptar a cidade aos interesses da economia capitalista e das

classes dominantes. No entanto, Faria afirma que estas intervenções também foram responsáveis pelo aumento da segregação social dos segmentos mais pobres da população, que acabaram sendo empurrados cada vez mais para regiões periféricas da malha urbana campista.

Neste sentido, a análise da evolução histórica da cidade de Campos indica que esta possui algumas das características marcantes que compuseram a modificação da paisagem urbana das cidades brasileiras em diferentes momentos históricos. Esta evolução ficou então materializada em termos espaciais através dos processos de fragmentação e dispersão do tecido urbano, associada a mecanismos de segregação sócio-espacial. Em função deste modelo evolutivo, houve no interior da maioria das cidades brasileiras o surgimento de problemas socioambientais, que ficam evidenciados tanto pelas condições gerais e de localização das moradias, como também pela distribuição desigual de infra-estrutura urbana e das amenidades ambientais.

1.7 Justificativa do Estudo

Os problemas sócio-ambientais resultantes da lógica dominante do sistema capitalista de produção, que se concentram especialmente nos segmentos mais pobres da população, decorrem da desigualdade na ocupação econômica e ambiental do solo urbano. Neste quadro, há uma evolução no processo de degradação de ecossistemas naturais, e na distribuição socialmente desigual de seus custos. Sendo assim, um objetivo deste trabalho é ampliar a discussão em torno de uma temática ainda pouco abordada nos estudos regionais. Uma expectativa de natureza aplicada é que, com a disseminação das análises e dados inseridos nesta dissertação, a questão da problemática sócio-ambiental vivida pelas populações pobres que residem no entorno de áreas ecologicamente sensíveis, seja pensada por um conjunto de atores que possam influenciar na formulação e execução de políticas públicas de cunho social e ambiental, cujo intuito, seja a promoção dos direitos civis e sociais dos segmentos mais pobres, incluindo o direito à vida em condições marcadas pela conservação e dos serviços ambientais.

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA METODOLÓGICA

2.1 Descrição da área de estudo

As áreas que foram incluídas no presente estudo estão situadas na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, ao norte da zona urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, no distrito de Guarus, onde ficam localizados 25 dos 79 bairros existentes na área urbana campista (Figura 2).

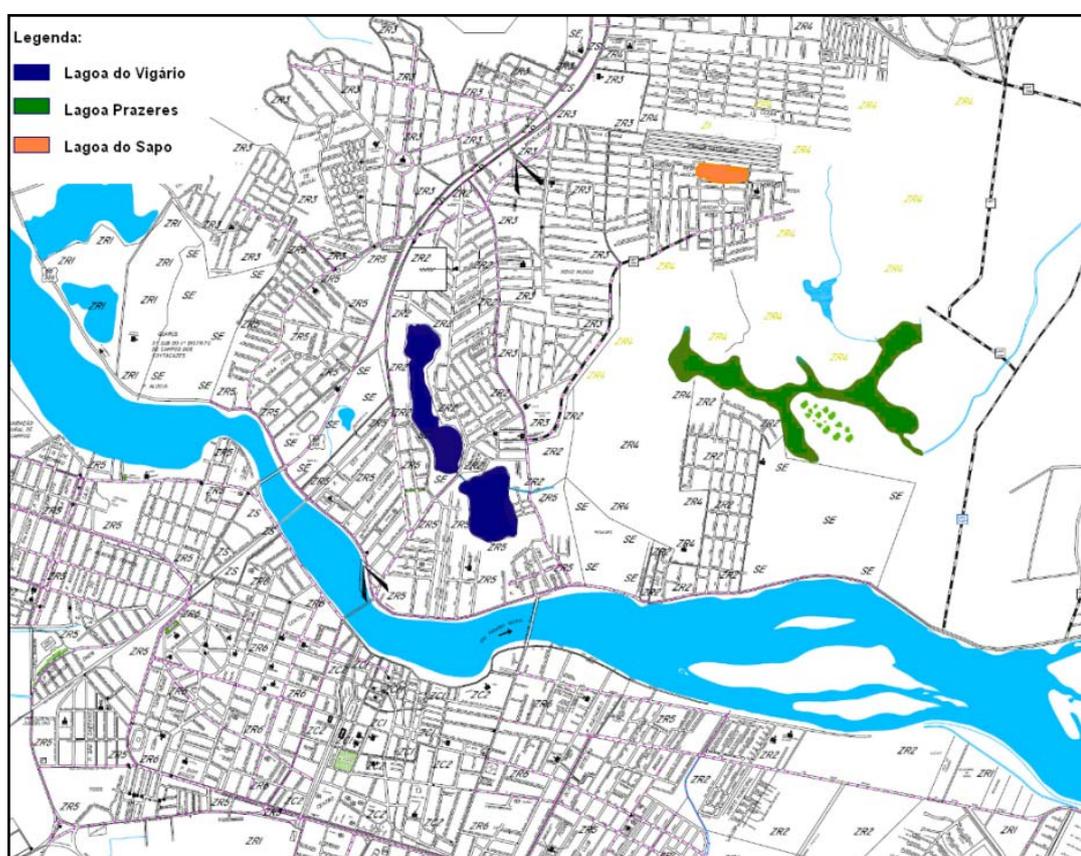


Figura 2: Mapa da malha urbana de Campos dos Goytacazes, indicando a localização das lagoas cujo entorno foi pesquisado.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

A região de Guarus permaneceu com características tipicamente rurais até meados de 1944, quando as intervenções urbanísticas realizadas em Campos permitiram que essa área fosse finalmente inserida na zona urbana (Alves, 1995). Segundo Faria (2000), a análise dos diferentes planos urbanísticos realizados para organizar o espaço urbano de Campos revela que Guarus apareceu constantemente

como um elemento de interesse dentro dos projetos de reforma e intervenção urbana. No entanto, Alves (1995) afirma que foi apenas a partir do Plano de Desenvolvimento Físico Territorial Urbano de Campos (PDUC) de 1979 que a região de Guarus começou a se transformar. Por outro lado, o crescimento urbano acelerado que ocorreu desde então, contribuiu para que a população daquela localidade chegasse a 115.863 habitantes no ano de 2000 (IBGE, 2002).

Dos três ecossistemas lacustres incluídos neste estudo, a Lagoa do Vigário é certamente onde os efeitos da expansão da malha urbana estão mais evidentes, (Figura 3).



Figura 3: Visão aérea da Lagoa do Vigário e de seu entorno
Fonte: Vilson Corrêa – Fotos São Paulo

O segundo ecossistema, que fica localizado no bairro Santa Rosa era denominado como Lagoa do Sapo até a realização de uma intervenção de retificação por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quando passou a ser oficialmente identificada como Lagoa Azul. Esta área, que inicialmente foi ocupada por populações que adquiriram seus lotes através da compra de terrenos em condições irregulares e sem o mínimo de infra-estrutura básica, passou por uma rápida transformação na taxa de ocupação de seu entorno após a construção de um conjunto habitacional pelo governo do Estado do Rio de Janeiro (Figura 4)



Figura 4: Visão aérea da Lagoa do Sapo e seu entorno

No entanto, a coleta de dados realizada nesta área não incluiu moradores deste conjunto habitacional, visto que optamos por privilegiar a população que vive há mais tempo na área, que se encontra mais vulnerável aos riscos provenientes da proximidade espacial com a lagoa (no lado direito da imagem).

Já no bairro Parque Prazeres (Figura 5) está localizada a Lagoa dos Prazeres, que diferentemente das demais localidades pesquisadas, possui um entorno com menores interferências antrópicas.



Figura 5: Visão aérea da Lagoa dos Prazeres e seu entorno

Contudo, a problemática sócio-ambiental dessa região não é tão diferente das demais, de modo que as características das populações são bastante homogêneas, à medida que suas moradias vão se aproximando dos cursos d'água.

2.2 Instrumentos de coleta de dados

Nesta pesquisa foram utilizados diferentes instrumentos de coleta de dados, sendo eles: aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas com os informantes principais e coleta de dados secundários.

2.2.1 Aplicação de questionários

O processo de coleta de dados que foi realizado junto às populações residentes no entorno das três lagoas incluídas no presente estudo, envolveu o uso de questionários, que incluíam perguntas abertas e fechadas.

A primeira parte do questionário consistiu em um levantamento demográfico dos entrevistados, tendo como principais variáveis mensuradas, a distribuição da população por sexo, idade, escolaridade e ocupação econômica. A partir deste

instrumento de coleta de dados, foi possível identificar os principais problemas sociais e ambientais vivenciados pelos entrevistados, a relação estabelecida entre populações pesquisadas com seu ambiente Natural, além de suas contribuições na busca por mudanças na sua qualidade de vida e ambiental.

2.2.2 Entrevistas semi-estruturadas com os informantes principais

Este trabalho também realizou entrevistas semi-estruturadas com os representantes dos diferentes segmentos da sociedade, buscando apreender suas principais ações, conjuntas e/ou isoladas, na busca por mudanças de cunho social e ambiental. Além disso, também procuramos identificar através das entrevistas o envolvimento desses segmentos na formulação e execução de políticas públicas de ordenamento sócio-espacial das áreas de estudo. Desta forma, os entrevistados contemplados nesta pesquisa foram:

Representantes dos movimentos sociais organizados:

- Presidente da Associação de Moradores do bairro Jardim Carioca:
João Acácio Filho
Data da entrevista: 07/09/08
- Presidente da Associação de Moradores do bairro Santa Rosa:
Tatiana Cristina Nunes Guedes
Data da entrevista: 02/10/08
- Presidente da Associação de Moradores do bairro Parque Prazeres:
Amilson de Lima Rangel
Data da entrevista: 16/11/08
- Presidente da Federação das Associações de Moradores de Campos - FAMAC:
Ângela Maria Barbosa de Souza
Data da entrevista: 20/11/08
- Historiador e ambientalista:
Prof. Aristides Sofiatti Netto
Data da entrevista: 18/01/09

As principais questões direcionadas aos representantes dos movimentos sociais organizados que atuam nas diferentes áreas pesquisadas, estiveram relacionadas com sua atuação enquanto grupos de pressão junto aos órgãos competentes no atendimento das demandas das populações, como também na

participação do poder decisório na formulação e execução das políticas públicas municipais. Também foi verificado se estes grupos participam de alguma maneira na preservação ambiental dos bairros e quais suas principais contribuições para a melhoria da qualidade de vida das populações pesquisadas.

Representantes de órgãos públicos municipais

- Secretária Municipal de Planejamento Urbano:
Silvana Castro
Data da entrevista: 17/10/08
- Secretário Municipal de Meio Ambiente:
Carlos Ronald Macabu Arêas
Data da entrevista: 03/11/08

Em relação aos representantes dos órgãos públicos, procuramos identificar o papel ocupado pelo Estado a nível local, tanto no que refere à formulação e execução de políticas públicas, como também no tratamento dispensado aos aglomerados humanos residentes em áreas de relevância ambiental e de risco.

Representante da empresa Águas do Paraíba

- Representante da empresa Águas do Paraíba:
Adelfran Lacerda de Matos
Data da entrevista: 22/09/08

A empresa Águas do Paraíba, prestadora dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto do município de Campos dos Goytacazes, tem um papel fundamental na execução de trabalhos que podem interferir diretamente na qualidade de vida da população como também no ambiente Natural. Neste sentido, procuramos identificar quais os trabalhos realizados na área de saneamento básico por parte da empresa nas localidades pesquisadas.

Moradores antigos dos bairros pesquisados

- Silvano Santos: morador do bairro Santa Rosa
Data da entrevista: 15/08/08
- Odemir Francisco Pereira: morador do bairro Jardim Carioca
Data da entrevista: 11/09/08
- Salvador da Costa Onório: morador do bairro Jardim Carioca

Data da entrevista: 08/10/08

- Almir Gonçalves: morador do bairro Parque Prazeres
Data da entrevista: 22/10/08

Diante a ausência de informações oficiais sobre as áreas estudadas, a pesquisa coletou relatos de moradores mais antigos em cada uma das lagoas, visando à obtenção de informações sobre as principais mudanças ocorridas no entorno, em função do avanço do processo de urbanização. No caso específico da Lagoa do Vigário, os relatos obtidos permitiram reconstruir o processo de ocupação da região nas últimas três décadas, o que possibilitou entender melhor as transformações ocorridas naquele local desde então. Já no entorno da Lagoa dos Prazeres, com base nos relatos de um dos moradores mais antigos do local, um esforço similar de reconstrução histórica foi realizado, com uma ênfase nas transformações ocorridas no ecossistema da lagoa propriamente dito. Enquanto isto, no caso da Lagoa do Sapo, além da colaboração de um morador antigo da região, contamos ainda com o parecer ambiental da lagoa realizado pelo Prof. Aristides Soffiati Neto.

2.2.3 Coleta de dados secundários

A realização da coleta de dados secundários focalizou a obtenção do parecer ambiental da Lagoa do Sapo; mapas e fotos aéreas das áreas de estudo, que foram digitalizados; dados sócio-econômicos da população pesquisada obtidas pelo IBGE; legislação ambiental municipal e Plano Diretor Urbano da cidade de Campos dos Goytacazes realizado no ano de 1997.

2.3 Procedimentos analíticos

2.3.1 Questionários

Inicialmente foi confeccionado um questionário que foi submetido a uma pequena amostra de 5 entrevistados de cada região pesquisada, utilizado como pré-teste, para verificar a necessidade de possíveis ajustes no instrumento de coleta de

dados. Tão logo foi formulado o questionário pré-teste, criamos um livro de códigos, onde as variáveis foram codificadas e em seguida foi estabelecida uma base de dados, utilizando o *software* SPSS 16 para o lançamento e cruzamento dos mesmos. Após a análise dos dados coletados no pré-teste, algumas mudanças foram necessárias no instrumento, para ajustar algumas perguntas à realidade das populações pesquisadas. Em seguida, os mesmos procedimentos foram adotados com o questionário definitivo (anexo 1), tanto no que refere à criação do livro de códigos, quanto no armazenamento dos dados no *software* SPSS 16, que possibilitou a criação de tabelas e gráficos.

2.3.2 Entrevistas

As entrevistas realizadas com os informantes principais foram previamente definidas por um roteiro para cada grupo de entrevistados (anexo 2). De acordo com a necessidade algumas perguntas foram acrescidas, como forma de melhor compreender as questões inicialmente levantadas. Sempre que possível as entrevistas foram gravadas, enquanto outras foram realizadas por e-mail devido à indisponibilidade de horário persistente de alguns entrevistados em conceder entrevista. Aquelas que foram gravadas, em seguida foram transcritas.

Os dados obtidos através das entrevistas foram todos categorizados, e sempre que possível foram comparados, a fim de identificar os diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto.

2.4 Distribuição da população amostral

O trabalho de campo realizado nesta pesquisa consistiu na aplicação de 150 questionários nas comunidades vivendo no entorno das lagoas do Vigário, do Sapo e dos Prazeres. O número de questionários aplicado em cada comunidade foi estabelecido a partir do número total de habitações localizadas no entorno de cada lagoa, levando ainda em conta a distribuição das mesmas ao longo do seu perímetro (Tabela 1). Este mesmo critério foi estabelecido para a escolha dos informantes principais entrevistados em cada uma das comunidades.

Tabela 1: Distribuição da população amostral por área estudada

Lagoa	Questionários Aplicados	Número de bairros
Vigário	70	05
Prazeres	50	01
Sapo	30	01
Total	150	07

CAPÍTULO 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 O perfil sócio-econômico da população vivendo no entorno das lagoas

A partir dos dados coletados, procedeu-se uma análise acerca das principais variáveis que pudessem permitir uma caracterização das condições sócio-econômicas das famílias estudadas de acordo com sua localização. Em termos etários, a população pesquisada concentra-se acima de 30 anos de idade, sendo que 14,7% estão no intervalo de 36 a 40 anos, 10,0% na faixa de 41 a 45 anos e 35,9% acima de 45 anos de idade. A amostra foi fortemente influenciada por representantes do sexo feminino que totalizaram 75% do total de entrevistados. Das mulheres entrevistadas, somam-se 45,5% com idade a partir de 41 anos. Já em relação aos homens, a grande maioria está representada até 40 anos de idade, que totalizam 53,9% do universo masculino.

No que se refere à educação, foi possível identificar que os habitantes das três localidades possuem baixos níveis de escolaridade (Tabela 2).

Tabela 2: Grau de escolaridade por região

Localidades	Analfabeto (%)	Ensino Fundamental (%)			Ensino Médio (%)			Superior (%)
		A	B	C	A	B	C	
Lagoa do Vigário	2,9	51,4	4,3	10,0	5,7	5,7	17,1	2,9
Lagoa do Sapo	16,7	63,3	10,0	3,3	3,3	0,0	3,3	0,0
Lagoa dos Prazeres	4,0	60,0	2,0	8,0	4,0	0,0	22,0	0,0
Total geral	6,0	56,7	4,7	8,0	4,7	2,7	15,3	1,3

A = Incompleto B = Cursando C = Completo

No entanto, a população residente no entorno da Lagoa do Vigário possui níveis de escolaridade ligeiramente melhores. Isto provavelmente se deve tanto a fatores locacionais, visto que a área fica mais próxima da região central da cidade, como também porque ali já estão as famílias com maior poder aquisitivo.

Esta relação entre educação e renda ficou evidente a partir da análise da distribuição da renda nas três áreas estudadas (Figura 6).

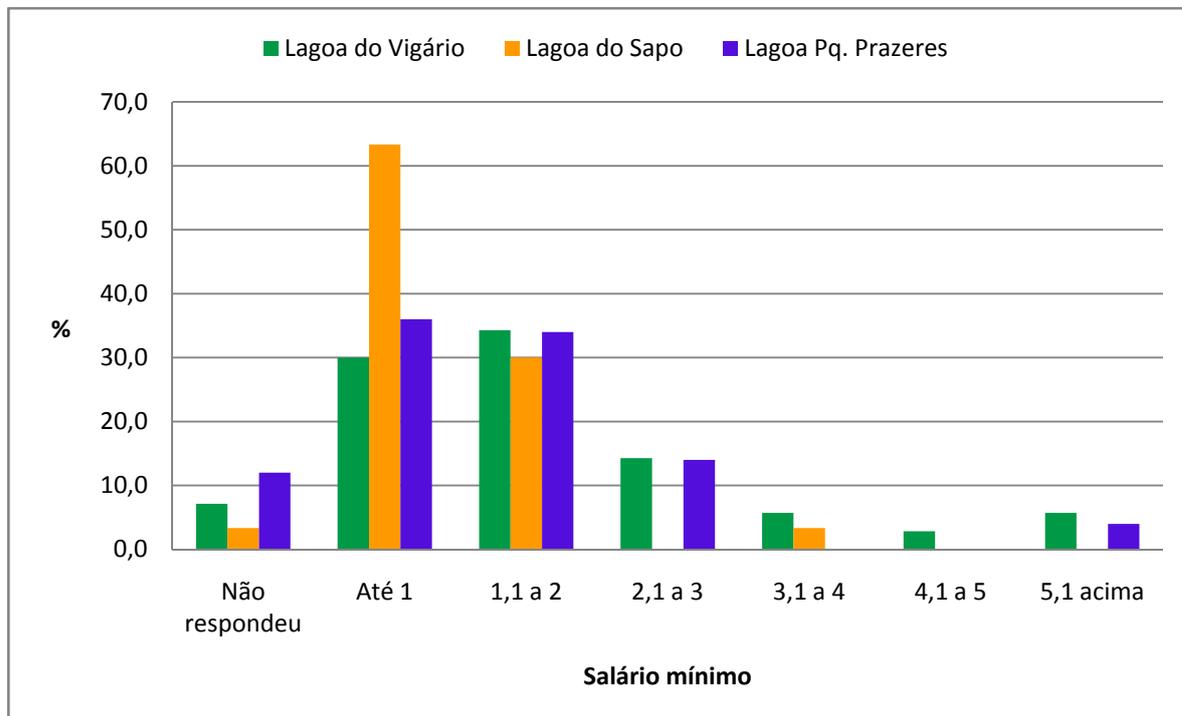


Figura 6: Distribuição das faixas de renda familiar

As diferenças de renda analisadas levaram em conta o local de residência, o que torna evidente que os moradores da Lagoa do Sapo possuem os menores níveis de renda. Este resultado pode estar associado ao fato de que a Lagoa do Sapo é a área mais distante do núcleo urbano principal de Campos. Sua localização dificulta o processo de locomoção dos moradores em busca de emprego e renda. Assim, não chega a ser surpreendente que no entorno da Lagoa do Sapo o índice de desemprego tenha alcançado 10% da amostra. Além disso, mesmo entre aqueles que declararam estar empregados, 36,4% declararam estar trabalhando em serviços relacionados à construção civil (e.g.; ajudante de pedreiro, servente, pedreiro e pintor) que, muitas vezes, são temporários e realizados de forma informal.

3.1.1 As condições gerais de moradia nas áreas estudadas

Os resultados obtidos mostram que nas três áreas estudadas, os lotes normalmente contêm mais de uma unidade residencial. O fato é que em 31,3% dos casos, o tamanho médio das moradias era relativamente pequeno em função da

construção de mais de duas unidades por lote. A exigüidade de espaço livre nos lotes foi agravada pelo número de habitantes por domicílio, cujo número médio foi de cinco pessoas por unidade residencial. Além disso, é importante notar que em 17% dos casos, o número de pessoas vivendo em cada unidade estava acima da média. Além da falta de espaço, as moradias também se encontravam afetadas por vários elementos que comprometiam a sua salubridade (Figura 7).

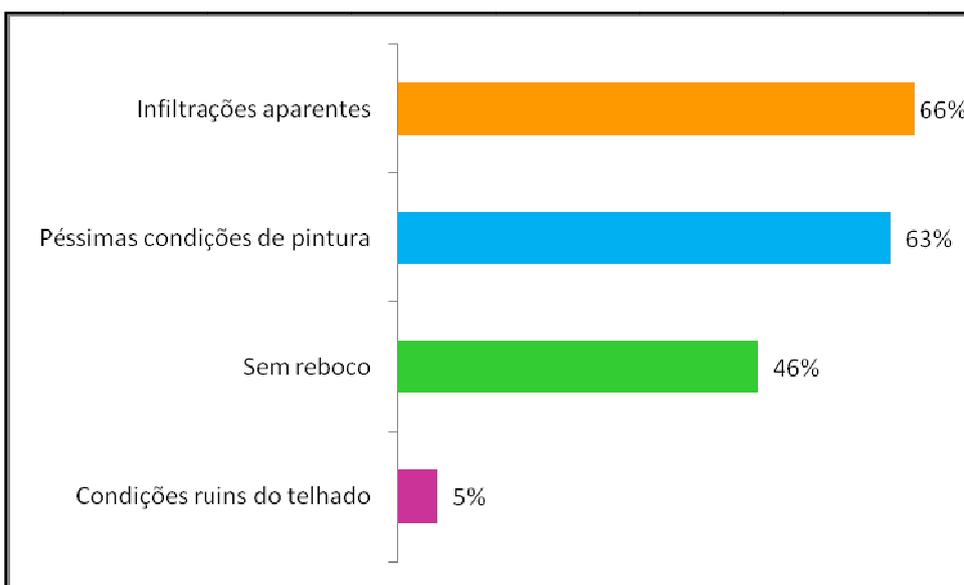


Figura 7: Condições gerais das moradias

Além dos problemas estruturais, as moradias das três áreas também se encontravam constantemente sob risco em função de inundações que ocorrem anualmente durante o período chuvoso. É importante frisar que nas três áreas estudadas foram identificadas residências que se encontravam constantemente inundadas, mesmo na ausência de chuvas. Nestes casos, o principal motivo da invasão das águas estava diretamente associada à proximidade das residências em relação aos espelhos d'água das lagoas³, indicando suas localizações em áreas consideradas de risco. O fato é que nas três localidades estudadas existem famílias morando nas margens imediatas das lagoas. Neste sentido, é praticamente impossível acessar a faixa marginal das lagoas do Vigário e dos Prazeres, sem passar por quintais ou muros, quando não por diques construídos com lixo e

³ De acordo relatos obtidos com moradores do entorno da Lagoa do Vigário, é muito comum a presença de infiltrações nos cômodos mais baixos das casas, mesmo em períodos secos em função da proximidade com a lagoa.

entulhos, que são rotineiramente depositados nos ecossistemas aquáticos, de modo a aumentar a extensão dos lotes.

Assim sendo, no bairro Jardim Carioca (próximo da Lagoa do Vigário) foram identificadas algumas residências condenadas pela Secretaria Municipal Defesa Civil, em função do alto teor de umidade no interior das residências (Figura 8).



Figura 8: Área interior de uma residência do bairro Jardim Carioca.

Além de conviverem com a insalubridade causada pelo alto teor de umidade dentro de suas residências, a população das três áreas estudadas também convive com a eclosão de esgoto *in natura* em muitas ruas de seus respectivos bairros. No caso do bairro Jardim Carioca, durante o trabalho de campo foi possível observar que as manilhas instaladas para servir o sistema de esgotamento sanitário não vêm suportando a carga que é lançada diariamente, ocasionando constantes entupimentos e transbordamento do esgoto (Figura 9).



Figura 9: Manilhas construídas na Viela do bairro Jardim Carioca.

De acordo com os moradores do local, quando as manilhas estão muito cheias, estas não conseguem dar vazão aos detritos, e muitas vezes ocorre do esgoto retornar para os canos que vão para as residências, invadindo as casas. A esta precariedade advinda da situação da rede de esgoto, é somado o fato das galerias de águas pluviais serem antigas e de estarem com uma vazão aquém do necessário, ficando assim sobrecarregadas pela instalação de ligações clandestinas de esgotos.

Além da convivência com problemas oriundos da situação precária e da insalubridade existente no interior de suas residências, a maioria das famílias vivendo nas áreas estudadas se encontra exposta a uma série de vetores de doenças, devido ao acúmulo de lixo e esgoto *in natura* nas áreas próximas às residências, que contribui para a proliferação de insetos e roedores. Esse quadro ainda é agravado pela circulação de crianças nas proximidades das lagoas, que utilizam os mesmos espaços onde são jogados os esgotos domésticos, lixos e entulhos para realizar atividades de lazer.

As condições de vida gerais das populações pesquisadas apresentam alguns reflexos da urbanização desigual ocorrida na cidade de Campos dos Goytacazes. As condições de insalubridade das moradias, exposição de riscos à saúde - seja pela proliferação de insetos ou pela ausência de saneamento básico adequado -, há também problemas relacionados com a falta de infra-estrutura dos bairros pesquisados, sendo estes aspectos, alguns casos que evidenciam situações de

injustiça ambiental em todas as áreas de estudo, decorrentes da construção residencial em áreas inadequadas para tal finalidade, como resultantes do processo de segregação sócio-espacial da cidade ao longo dos anos.

3.2 Os principais problemas sócio-ambientais existentes e a priorização de suas soluções

Para permitir uma análise mais completa dos resultados referentes aos principais problemas identificados, optou-se por usar uma abordagem espacializada (Tabela 3).

Tabela 3: Principais problemas existentes nos bairros segundo os moradores

Problemas dos bairros	Categoria de Injustiça Ambiental*	Vigário %	Sapo %	Prazeres %
Falta de saneamento	1	28,6	43,3	44,0
Precariedade da rede de saúde	1	21,4	16,7	24,0
Falta de asfaltamento e calçadas	1	20,0	23,3	30,0
Enchentes e seus riscos	2	18,6	36,7	14,0
Falta Iluminação pública	1	18,6	0,0	10,0
Poluição da lagoa	3	15,7	16,7	4,0
Acúmulo de lixo	3	14,3	6,7	6,0
Falta de Segurança / policiamento	1	12,9	0,0	20,0
Esgoto a céu aberto	1	10,0	20,0	6,0
Precariedade da rede de ensino	1	8,6	6,7	2,0
Linhas de ônibus	1	8,6	0,0	4,0
Poluição do ar	3	8,6	0,0	4,0
Insetos e roedores	2	4,3	0,0	8,0
Precariedade nas condições de vida e/ou moradia	2	1,4	6,7	8,0
Alagamentos após a retificação da lagoa	1 e 2	0,0	46,7	0,0
Ausência de coleta de lixo	1	0,0	23,3	0,0
Sem reclamações		14,3	0,0	10,0

*1) Falhas das instituições públicas; 2) Moradia em área de risco; 3) Exposição aos impactos ambientais.

Um primeiro aspecto a ressaltar é que o conjunto de problemas apontados estão diretamente relacionados com situações de injustiça ambiental, e em muitos casos, associadas à ausência do poder público nas áreas pesquisadas, o que reflete na falta de atendimento das necessidades básicas daquelas populações. Um segundo aspecto demonstra um reconhecimento tácito de que os moradores são capazes de enumerar problemas de diferentes ordens no momento de apontar os elementos que estão afetando sua qualidade de vida

No tocante à poluição do ar, esta questão foi apontada principalmente na Lagoa do Vigário, onde as fontes citadas para explicar a ocorrência deste problema foram à proximidade de um matadouro e a existência de uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETA) naquela localidade. É interessante notar que, neste último caso, o que inicialmente se apresentaria como solução de alguns problemas daquela região, a partir do tratamento do esgoto coletado, acabou contribuindo para agudizar o problema da poluição do ar, já que a população mais próxima da ETA, passou a conviver com o mau cheiro. Esse fato acaba potencializando a ocorrência de conflitos ambientais⁴, já que não houve uma avaliação prévia dos impactos indesejáveis pela implantação daquele empreendimento.

Os entrevistados ainda foram capazes de identificar diversos fatores que agudizam os impactos oriundos da proximidade de suas moradias com as lagoas, mas é significativo que a questão do saneamento tenha sido citada como um problema expressivo nas três regiões estudadas, o que é ainda mais significativo se for incluída a frequência com que a questão do esgoto a céu aberto foi citada, principalmente nos casos das lagoas do Vigário e do Sapo.

Por outro lado, é importante notar que os próprios moradores reconheceram que a proximidade com as lagoas, por si só não implicaria necessariamente num problema, se eles próprios não estivessem lançando lixo e esgoto, e até animais mortos dentro das mesmas. Isto é, em parte, causado pelo fato de que 70% dos moradores responderam que suas residências não estavam ligadas à rede de esgoto. Assim, o uso da fossa séptica apareceu como a principal forma de armazenamento de esgotos (Tabela 4).

⁴ De acordo com Acselrad (2004, p. 26) os conflitos ambientais se caracterizam como "...aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos."

Tabela 4: Destino final do esgoto residencial nas áreas estudadas (%)

Local de lançamento de esgoto	Vigário (%)	Sapo (%)	Prazeres (%)	Total (%)
Fossa séptica	28,6	26,7	68,0	41,3
Lagoa	42,9	3,3	24,0	28,7
Rede geral de esgotos	21,4	16,7	2,0	14,0
Direto na rua (esgoto a céu aberto)	0,0	40,0	0,0	8,0
Da galeria para a lagoa	5,7	0,0	2,0	3,3
Vala	0,0	3,3	2,0	1,3
Da manilha para um “piscinão”	0,0	6,7	0,0	1,3
Não sabe	0,0	0,0	2,0	0,7
Terreno baldio	1,4	0,0	0,0	0,7
Brejo próximo da casa	0,0	3,3	0,0	0,7

O lançamento de esgotos *in natura* diretamente nas lagoas apareceu como um fato significativo nas três áreas estudadas, ainda que a maior frequência tenha ocorrido nos bairros no entorno da Lagoa do Vigário. Já no entorno da Lagoa do Sapo, grande parte da população convive diariamente com o esgoto a céu aberto, devendo este fato à deficiência de infra-estrutura básica daquela região. De acordo com relato dos moradores, a questão do esgoto é um problema antigo, já que a umidade dos terrenos sempre dificultaram a construção de fossas sépticas para o recebimento do esgoto residencial. Contudo, o problema foi agravado quando a Prefeitura instalou a rede coletora de águas pluviais, que passou a ser utilizada pela população para o lançamento de esgoto. Com o entupimento das galerias da rede pluvial, o esgoto passou a ser lançado diretamente nas vias públicas, causando transtornos para os moradores da região, principalmente em períodos de chuva, quando o esgoto se mistura à água parada da chuva.

No que se refere à ordem de prioridades na resolução das demandas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, os resultados mostram que existem algumas diferenças marcantes nas três áreas estudadas (Figura 10).

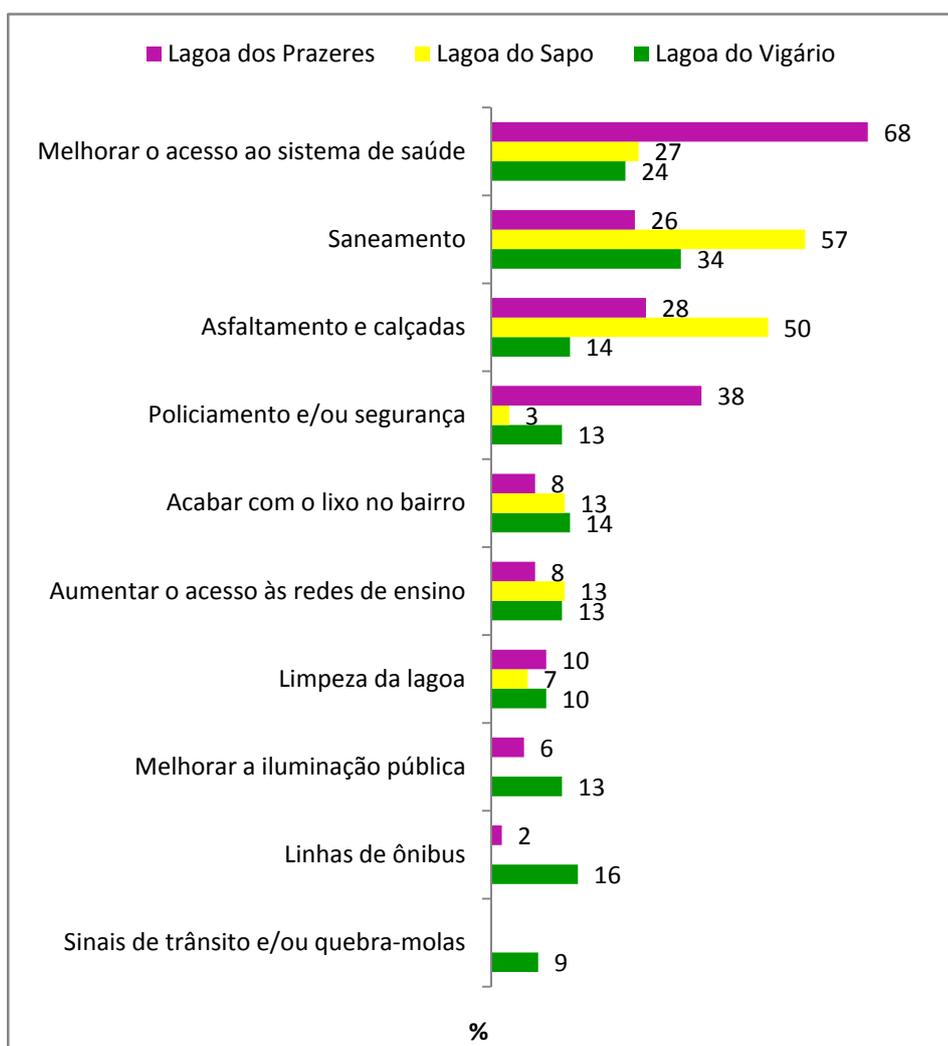


Figura 10: Mudanças necessárias para melhorar a qualidade de vida dos moradores

Na análise das prioridades fica explícito que há diferenças entre as regiões, com os moradores do entorno da Lagoa do Vigário apresentando padrões distintos em relação aos que os moradores das lagoas do Sapo e dos Prazeres elencaram. Não obstante estas diferenças, os resultados mostram que há uma coerência entre os problemas apontados e a definição das prioridades, pois a questão da melhoria das condições de saneamento apareceu como um fator significativo para a maioria dos moradores.

Além disso, ficou demonstrado que a existência de demandas relacionadas à melhoria da infra-estrutura urbana básica (i.e.; acesso a serviços públicos de saúde e educação, asfaltamento das ruas, coleta de lixo, provisão de iluminação pública, e melhoria do sistema de transporte público) se assemelha ao que é reclamado por moradores de toda a área urbana. Isso parece demonstrar que as demandas por

uma melhor infra-estrutura urbana estão presentes de forma universal, independente do nível sócio-econômico ou a da localização relativa dentro do espaço urbano.

3.3 Definindo responsabilidades na solução dos problemas existentes

Um aspecto investigado neste estudo referiu-se às relações estabelecidas entre a população das áreas analisadas com organizações comunitárias e os órgãos governamentais. O objetivo colocado era compreender o papel atribuído pela população e diferentes atores na formulação e execução de ações que visem, pelo menos em tese, melhorar o ordenamento e a infra-estrutura de serviços públicos nas áreas estudadas. Um primeiro aspecto que foi notado, já durante o trabalho de campo, relacionou-se à ausência de parcerias entre o poder público e a população, fosse diretamente ou através de organizações comunitárias, o que contribui para agravar os transtornos vividos por aquelas comunidades. Em função disto, observaram-se situações em que a própria população realizava intervenções visando amenizar os problemas existentes, especialmente nos períodos mais críticos de chuva, através da execução de serviços que seriam de responsabilidade do poder público municipal (Figura 11).



Figura 11: Aterramentos realizados pelos moradores na Rua Soldado Salvador Rosa, localizada nas imediações da Lagoa do Sapo

Por outro lado, algumas ações que a população poderia realizar voluntariamente, para melhorar a condição ambiental e sua qualidade de vida, eram claramente ignoradas (e.g.; evitar o despejo de lixo e entulhos dentro de corpos hídricos). O mais grave é que nas proximidades da Lagoa do Vigário, onde os serviços de coleta de lixo atendem à maioria da população, foi comum durante o trabalho de campo observar o despejo de entulho e lixo dentro do corpo aquático ou ao longo das ruas (Figura 12).



Figura 12: Lançamento de entulho na Lagoa do Vigário

A ausência de uma interação positiva entre a população e os órgãos municipais ficou também evidente na rua onde funcionou por muitos anos a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (e onde atualmente funciona a Secretaria Municipal de Defesa Civil) que foi observado o acúmulo de lixo em diversos pontos (Figura 13).



Figura 13: Despejo de lixo e entulhos nas proximidades da sede da Secretaria Municipal de Defesa Civil

Um aspecto que evidenciou o tipo de expectativa existente em torno da solução dos problemas, foi a identificação da Prefeitura Municipal como a principal responsável pelo encaminhamento das soluções (Figura 14).

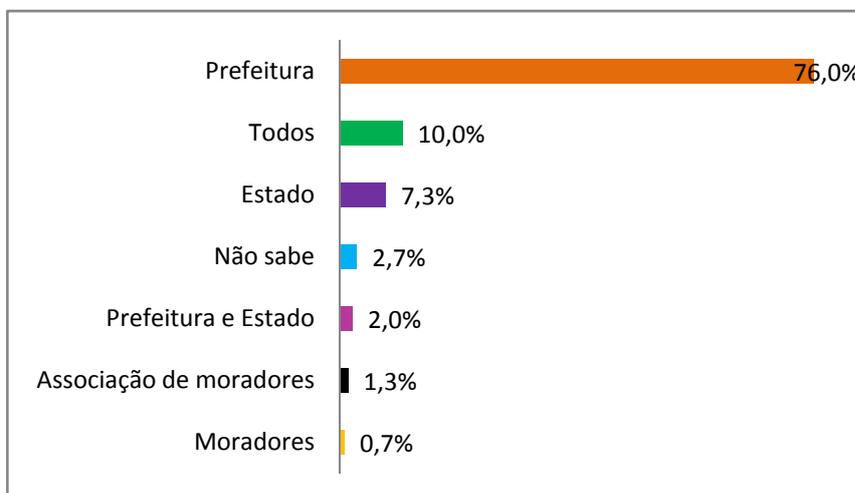


Figura 14: Responsáveis em realizar as mudanças no bairro

No entanto, é importante notar que 73% dos moradores se declararam dispostos a participar em esforços destinados a melhorar as condições dos bairros em que viviam. Um obstáculo para a materialização desta disposição é o baixo nível de engajamento nas associações de moradores. De maneira geral, apenas 4% dos moradores declararam ter participado de alguma reunião organizada pelas associações de moradores existentes em seus respectivos bairros. Este resultado não chega a ser surpreendente, visto que apenas 14% dos participantes do estudo declararam participar de algum tipo de organização social. Além disso, dentre as organizações citadas houve um destaque maior para entidades religiosas e grupos de terceira idade, cujas agendas normamente não incluem discussões relativas à luta pelas mudanças necessárias nos bairros. Estes resultados indicam que, apesar da população reconhecer a importância da participação para transformar a realidade de seus locais de moradia, a falta de organização política acaba levando-as a transferir a responsabilidade totalmente para o Estado (no caso a esfera local).

Um problema bastante significativo do ponto de vista da relação população-Estado local foi quando os moradores declararam que os contatos diretos com os ocupantes do governo municipal se restringem aos períodos de campanha eleitoral. Desta forma, não é difícil entender que existe um paradoxo de difícil solução no contexto em que este estudo foi realizado. Por um lado, a população desmobilizada

e despolitizada, o que compromete a sua capacidade de promover ações voltadas para obter soluções para seus próprios problemas cotidianos, deixando isso a cabo do Estado. Por outro lado, o Estado não estabelece canais de diálogo com a sociedade, o que acaba impedindo a existência de uma relação mais colaborativa e democrática que permitisse a criação de mecanismos de cooperação visando a solução dos problemas existentes.

3.4 Relação entre Ambiente e sociedade

Apesar de a questão ambiental estar muito em voga nos dias atuais, especialmente após sua difusão massiva através dos meios de comunicação, isto não significa necessariamente que a definição de seu significado seja consensual ou, tampouco, entendida como algo intrínseco à sobrevivência da espécie humana. Com base neste descompasso, Acselrad (2004) propôs que eventuais alterações nas condições ambientais sejam caracterizadas como um problema ambiental, quando sujeitos coletivos as definem enquanto tal.

Em função da caracterização proposta por Acselrad, neste estudo procurou-se identificar os mecanismos pelos quais as populações estudadas interagem com o ambiente, bem como os problemas de natureza ambiental nos locais onde vivem. Um aspecto de interesse específico relacionou-se a determinar se as populações entendiam a natureza da questão ambiental, a ponto de listar eventuais problemas ambientais ocorrendo em seu cotidiano. Neste sentido, o instrumento de coleta de dados inclui vários aspectos que objetivavam estabelecer o grau de entendimento da população acerca do conceito de meio ambiente, e a partir daí entender o que estes identificavam como sendo problemas ambientais, suas práticas e relações com o ambiente natural. Além disso, a pesquisa procurou identificar a forma pela qual as populações das três áreas estudadas resolvem, ou consideram mais adequadas para resolver os problemas ambientais que julgam existir em seus respectivos locais de moradia.

A análise dos resultados mostra que os moradores atribuem diferentes significados ao conceito de “meio ambiente”, o que na maioria dos casos englobam sentidos de natureza plural (Figura 15).

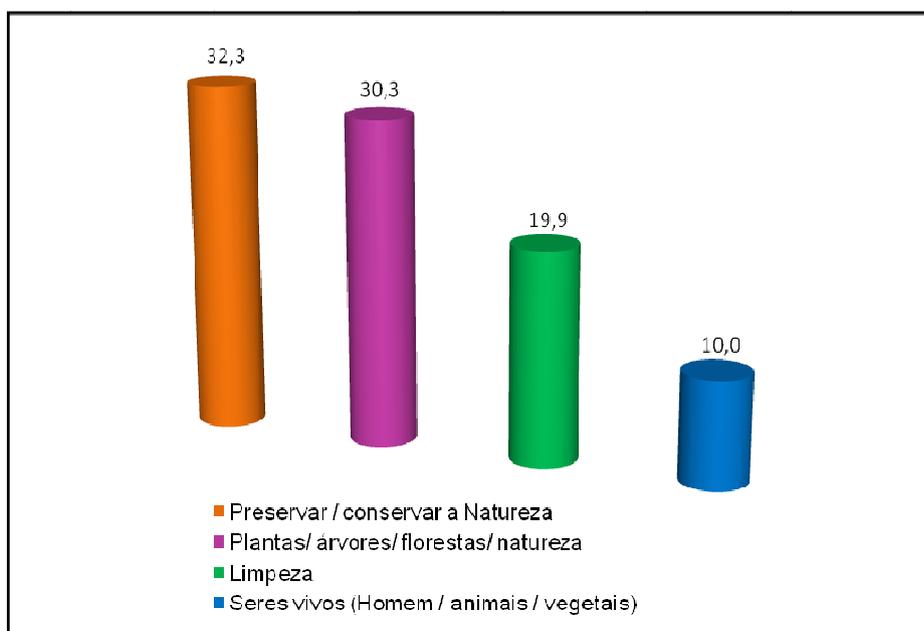


Figura 15: Significado da palavra “Meio Ambiente” para as populações pesquisadas

Assim, os moradores associaram “meio ambiente” tanto a elementos abstratos (e.g; Natureza, áreas verdes), como concretos (e.g.; plantas, florestas, árvores, lagoa). Por outro lado, entre as respostas não houve um reconhecimento direto de que o ambiente é um habitat socialmente criado, configurado enquanto um meio físico modificado pela ação humana, conforme o sugerido por Jacobi (2000). Por outro lado, é importante notar que mesmo vivendo em áreas, cuja degradação ambiental interfere diretamente no seu cotidiano, muitos moradores relacionaram a proteção do meio ambiente, principalmente àquelas regiões mais abordadas pela mídia (e.g.; Amazônia). Neste sentido, a associação da necessidade de esforços que garantam a proteção ambiental com os problemas que ocorrem em regiões distantes da sua realidade, parece revelar uma dificuldade em tratar as áreas em que vivem como espaços ambientalmente relevantes. No entanto, ao associarem meio ambiente ao “cuidado e/ou preservação da Natureza”, manifestado em seu cotidiano com a necessidade de aumentar a limpeza e resolver as questões de infraestrutura que contribuam para a degradação ambiental, os moradores estavam efetivamente se inserindo como partes integrantes do meio ambiente.

O padrão de tratar as questões ambientais de uma forma que incluía elementos mais abstratos com manifestações mais concretas e, assim, diretamente relacionadas à realidade imediata também apareceu quando os moradores identificaram os principais fatores de degradação ambiental (Tabela 5).

Tabela 5: Principais fatores que têm contribuído para degradação ambiental

FATOR	Região		
	Vigário (%)	Sapo (%)	Prazeres (%)
Despejo de lixo	23,3	21,4	25,0
Desmatamento	8,7	12,5	5,4
Poluição do ar	6,8	1,8	4,3
Poluição	6,8	3,6	3,3
Jogar lixo nos rios e lagoas	6,8	10,7	8,8
Poluição da água	5,8	1,8	3,3
Lançamento de esgoto na Lagoa	5,8	1,8	4,3
Queimadas	5,8	5,4	16,3
Sujeira	3,9	8,9	2,2
Jogar lixo no entorno da lagoa	2,9	3,6	0,0
Cortar árvores	2,9	5,4	8,7
Jogar animais mortos nas lagoas e rios	0,0	3,6	3,3
Não sabe	6,8	1,8	3,3

Por outro lado, ao destacarem práticas cotidianas com sendo geradoras de problemas ambientais, os moradores demonstraram ser capazes de reconhecer a relação entre práticas sociais e degradação ambiental, bem como os impactos que estes fatores provocam nas suas vidas. Tanto isto é verdade que a questão da disposição inadequada de lixo apareceu sob várias formas como sendo a principal causa de geração de problemas ambientais nas áreas estudadas. Além disso, ao listarem elementos relacionados à infra-estrutura urbana, demonstraram reconhecer a importância que esta exerce na sua qualidade de vida.

O padrão dual entre elementos gerais e específicos manteve-se quando os moradores foram solicitados a elencar as atitudes que consideravam adequadas para preservar o meio ambiente, bem como a centralidade da resolução da problemática associada ao despejo inadequado do lixo doméstico (Tabela 6).

Tabela 6: Atitudes adequadas para contribuir com a preservação ambiental

ATITUDE	Região			
	Vigário (%)	Sapo (%)	Prazeres (%)	Total (%)
Jogar o lixo em locais adequados	17,4	22,6	23,5	20,6
Não jogar lixo e/ou esgoto na Lagoa	14,8	9,4	17,6	14,6
Não desmatar	9,6	13,2	11,8	11,1
Não poluir rios e lagoas	7,8	1,9	3,5	5,1
Não poluir o ar	6,1	0,0	0,0	2,8
Cuidar do ambiente	6,1	1,9	4,7	4,7
Manter as lagoas e seu entorno	6,1	11,3	2,4	5,9
Não poluir	5,2	1,9	0,0	2,8
Manter as ruas limpas	4,3	5,7	2,4	4,0
Evitar queimadas	3,5	1,9	5,9	4,0
Preservar a natureza	3,5	5,7	4,7	4,3
Reflorestamento/ Plantio de árvores	2,6	13,2	4,7	5,5
Saneamento básico	1,7	0,0	5,9	2,8
Coleta seletiva de lixo	1,7	1,9	2,4	2,0
Não sabe	4,3	1,9	3,5	3,6

Um fato significativo que pôde ser observado no conjunto das respostas é que houve um reconhecimento de que certas atitudes poderiam ser importantes para preservar o meio ambiente. Esses resultados indicam que há uma capacidade efetiva, mesmo em populações pobres, de identificar ações que poderiam melhorar a qualidade ambiental urbana. Por outro, isto também reforça o papel da organização política (ou da ausência desta) na perpetuação de práticas que conduzem à degradação ambiental, visto que está demonstrado que a existência de uma consciência sobre problemas, e suas possíveis soluções, não se reflete necessariamente na modificação das práticas sociais que os geram.

3.5 As conseqüências sócio-ambientais da proximidade das áreas urbanas com as lagoas

Um primeiro aspecto abordado na relação urbanização e degradação ambiental do entorno das lagoas buscou determinar se os moradores eram capazes de estabelecer uma relação de causa e efeito neste processo. Neste sentido, 80,7% dos moradores entrevistados apontaram que a ocupação urbana das áreas de

entorno implicou na ocorrência de uma série de eventos ambientalmente negativos, destacando-se as ações que implicaram no desmatamento e aterramento, bem como o despejo de esgoto *in natura*, seja pela população habitante na faixa marginal ou por moradores de regiões mais próximas (Figura 16).

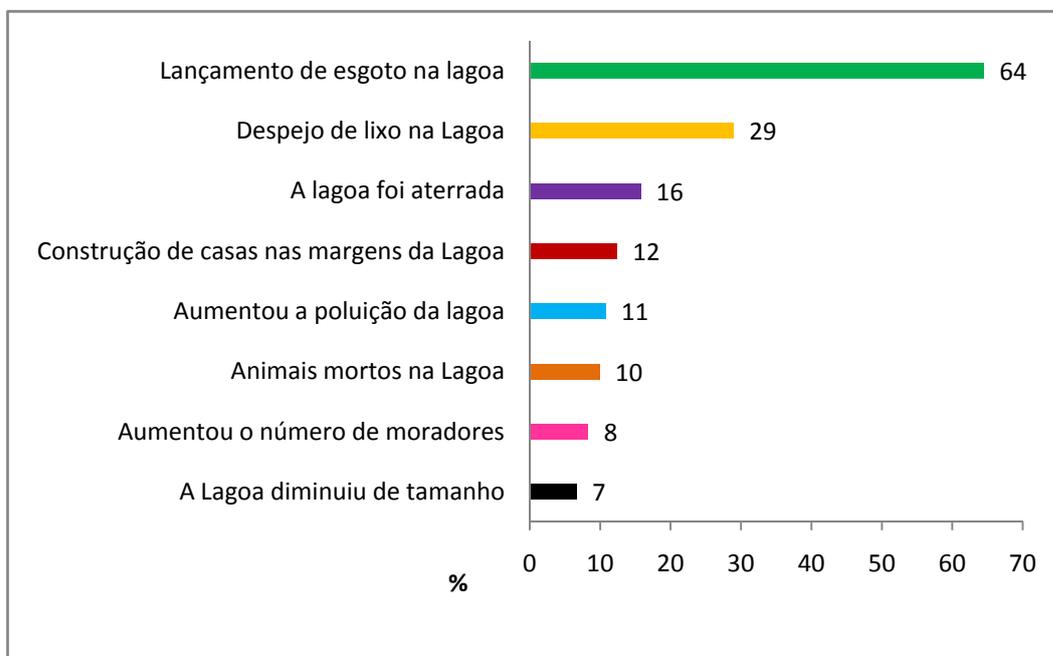


Figura 16: Principais mudanças ocorridas nas proximidades das lagoas a partir do processo de formação dos bairros

Por outro lado, os moradores foram capazes de associar os efeitos da proximidade espacial com as lagoas sobre sua qualidade de vida. Mas neste aspecto houve uma distinção entre as três regiões estudadas. Afinal, enquanto 90% da população vivendo no entorno da Lagoa do Sapo indicaram ter a sua qualidade de vida prejudicada pela proximidade com o espelho d'água, no caso dos habitantes do entorno da Lagoa dos Prazeres, apenas 54% declararam sentir algum tipo de impacto negativo em função desta proximidade com a lagoa. Além disso, 50% dos moradores do entorno desta região reconheceram que a lagoa possui importância na definição da sua qualidade de vida, ainda que em 16% dos casos isto fosse relacionado ao despejo de esgotos doméstico.

Este quadro foi ainda mais distinto nas proximidades da Lagoa do Vigário, onde 68,5% dos moradores associaram aspectos positivos decorrentes da proximidade com aquele ecossistema. Dentre os aspectos positivos citados, destaca-se que para 35,4% dos moradores, o fato da lagoa ainda abrigar peixes que

servem de sustento para famílias mais pobres é um elemento que demonstra sua importância. Além disso, 50,4% consideram que a Lagoa do Vigário possui valor no sentido natural, estético e cultural e que, por isto, deveria ser melhor preservada. Ainda que reconhecendo os benefícios que estão associados à vida nas proximidades da lagoa, 50% dos moradores daquela região declararam se sentir negativamente afetados em vários aspectos de seu cotidiano pelas condições em que o ecossistema se encontra (e.g.; risco de doenças, problemas com a proliferação de insetos e roedores e mau cheiro).

Assim sendo, de modo geral os moradores reconhecem que a proximidade espacial com as lagoas tem contribuído para piorar a sua qualidade de vida, enquanto reconhecem que as condições em que se estabeleceu na malha urbana do entorno das mesmas teve um impacto direto no processo de degradação ambiental de seus ecossistemas. Por outro lado, o processo de degradação das lagoas ao longo dos anos contribuiu para que as mesmas deixassem de ser usadas pelas suas respectivas populações. Neste sentido, 77,3% dos moradores entrevistados acreditam que as lagoas atualmente não estão em condições de oferecer quaisquer tipos de serviços ambientais, ainda que 8% tenham declarado que ainda pescam nestes ecossistemas.

A explicação em torno do processo de degradação que ocorreu nas lagoas envolve a análise de uma série de questões, muitas das quais podem ser relacionadas à ausência do Estado, tanto no que se refere à execução de obras de recuperação de áreas degradadas, ao estabelecimento de serviços urbanos, e especialmente em ações voltadas para a educação ambiental das populações vizinhas. Também é importante notar que a ausência de organização comunitária acabou se expressando diretamente na baixa participação dos moradores na solução dos problemas existentes em suas respectivas comunidades, inclusive naqueles assuntos de natureza ambiental. Isto ficou demonstrado na análise dos resultados, quando foi possível constatar a inexistência de formas concretas de engajamento da população na solução dos problemas ambientais. Também neste aspecto há um aparente paradoxo entre o nível real de participação e o interesse potencial de participação nas ações voltadas para a preservação das lagoas. Cabe ainda observar que pequenas ações são realizadas de forma espontânea pela população, mas cujo alcance é limitado.

Um aspecto mais simbólico que foi tratado nesta pesquisa referiu-se à determinação do nível de satisfação dos moradores em relação à proximidade

espacial de suas moradias em relação às lagoas. Apesar das dificuldades e problemas socioambientais que foram apontados, 63% dos entrevistados se declararam felizes por morar no entorno das lagoas. Do ponto de vista desta relação de proximidade, os moradores destacaram aspectos como a beleza cênica e ar fresco que lhes são proporcionados. Por outro lado, fatores como a tranquilidade dos bairros, as relações de boa vizinhança e o tempo em que vivem nos respectivos locais também apareceram como elementos locacionais significativos na definição da satisfação.

Finalmente, quando inquiridos sobre a possibilidade de serem removidos das regiões de entorno das lagoas para possibilitar uma melhora na conservação e/ou preservação de seus ecossistemas, 69% dos moradores responderam que concordariam com a remoção, fosse esta para garantir a melhoria da qualidade ambiental das lagoas, como para melhorar sua própria qualidade de vida. Esta segunda razão vislumbrava a possibilidade de que eles seriam reassentados em locais que não possuíssem os mesmos aspectos negativos (tanto ambientais quanto estruturais) dos locais em que habitavam no momento em que a pesquisa foi realizada. Este aspecto é muito relevante, pois revela uma compreensão por parte dos moradores de que a simples remoção de áreas afetadas por processos de degradação ambiental não assegurará necessariamente uma melhoria na sua qualidade de vida.

3.6 Abordagem qualitativa das entrevistas realizadas com os diferentes atores pesquisados

3.6.1 Objetivo das entrevistas

A aplicação dos questionários permitiu identificar que, dentre as principais demandas das populações pesquisadas, muitas estavam relacionadas com a precariedade das condições de vida dos moradores e com a falta de qualidade ambiental das regiões pesquisadas. As medidas necessárias para mudanças na melhoria das condições de vida e do ambiente dessas populações dependem, no entanto, da ação conjunta de diferentes atores, o que inclui a população pesquisada, movimentos sociais organizados e o poder público. Neste sentido, esta pesquisa procurou identificar as perspectivas de diferentes segmentos que podem influenciar

direta ou indiretamente na formulação e execução de políticas públicas das áreas de estudo.

3.6.2 A questão do saneamento básico aos olhos da Águas do Paraíba: o enfoque no problema no aspecto cultural

Como já explicitado na análise dos dados obtidos durante a pesquisa com os moradores das três áreas estudadas, uma das questões considerada como premente em termos de solução é a falta da rede de coleta e tratamento de esgotos. Como o oferecimento deste serviço, apesar de ser público, se concentra sob concessão da Águas do Paraíba, no levantamento das visões dos diferentes atores envolvidos nesta questão a empresa foi procurada para fornecer sua perspectiva acerca deste assunto.

De acordo com o Sr. Adelfran Lacerda de Matos, jornalista e porta voz da empresa Águas do Paraíba, a cidade de Campos possui atualmente cerca de 50 a 55% de sua área contemplada por redes de coleta e tratamento de esgoto. Segundo o Sr. Matos, a meta da Águas do Paraíba é que este valor atinja mais de 80% nos próximos cinco anos, contudo, ele afirmou que a empresa considera que o objetivo de se chegar a 100% de cobertura é uma meta inatingível, visto que a cidade cresce continuamente, e justamente nas bordas e periferias onde a população residente é mais pobre.

Ao levarmos em consideração que para um domicílio possua um saneamento básico adequado, é necessário que se tenha, além de coleta direta ou indireta de lixo, acesso à água canalizada de rede geral, deve possuir também rede coletora de esgoto, observamos nas populações pesquisadas um déficit neste último item, que é justificado pela empresa Águas do Paraíba, como um problema, acima de tudo, cultural. De acordo com o Sr. Matos uma das principais dificuldades encontradas pela Águas do Paraíba para expandir a rede de esgoto em Campos seria a falta de adesão da população à ligação de suas residências às redes que passam próximas das residências. Ao tratar da problemática existente na questão do saneamento nas áreas que abrangeram esta pesquisa, o Sr. Matos afirmou que:

“A população é muito pobre e carente, e na verdade a maior parcela que é carente, é carente de tudo, mas o que é impressionante é que eles não se dispõem a pagar de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 por mês de coleta de esgoto,

pagam seus telefones celulares, comprando cartões de celulares e pagam por cada minuto que é utilizado. Então a gente percebe que é um problema cultural realmente. Esse mesmo morador carente que reclama em pagar ou se conectar ao esgoto, você pode ter certeza que ele está com seu celular ativo. Claro que a comunicação é muito importante, porque ela veio para acelerar todos os processos de relacionamento, mas a água e esgoto são muito mais importantes, e a população carente acaba não assumindo isso, porque além de pedir o esgoto, quando ele é colocado não querem assumir suas responsabilidades. Ela fica achando que é uma obrigação do poder público que deve dar isso de graça para ela, e a gente sabe que na sociedade capitalista não existe nada de graça, alguém está pagando para você ter sua gratuidade.”

Segundo o que pode se depreender da fala, a questão cultural se referiria à falta de conscientização acerca dos benefícios trazidos pelo tratamento de esgotos. Porém ao observarmos que a ausência de rede de esgoto nos bairros pesquisados afeta 45,3% dos entrevistados e que outros 14,0%, mesmo tendo a rede no bairro, não são contemplados pela mesma, uma vez que ela ainda não passa em suas ruas, tendo ainda 11,3% dos entrevistados que desconhecem a sua existência. Neste sentido observou-se que totalizaram 70% da amostra que não têm cobertura da rede de esgoto (seja pelo fato da mesma não passar pelo bairro ou na rua onde moram, ou simplesmente por desconhecer sua existência). É notório que a questão do esgoto, longe de ser um problema cultural, está relacionada a outros, inclusive à ausência de prioridade de investimentos voltados para esta área específica.

Dentre outros fatores que têm dificultado a ampliação da cobertura da rede de esgotos na área urbana estão: a comercialização de loteamentos em áreas sem qualquer infra-estrutura básica prévia, a falta de condições financeiras dos moradores para ligar a estrutura interna das residências à rede, bem como a dificuldade estrutural encontrada para a construção de fossas sépticas para armazenar o esgoto residencial. Este último fator é de particular importância, uma vez que o lençol freático por encontrar-se muito próximo da superfície terrestre acaba dificultando a construção de estruturas enterradas.

O Sr. Matos também indicou que a Águas do Paraíba realiza freqüentemente ações nas diferentes partes do município, que incluem a participação em reuniões de associações de moradores, que tem como objetivo, informar a população acerca das vantagens e benefícios da rede de esgoto, bem como a necessidade de autorizar suas ligações, conectando assim aos interceptores. No entanto, cabe salientar que na análise das entrevistas com os presidentes das Associações de

Moradores esta informação não obteve corroboração, pois estes desconheciam a realização de tais reuniões.

3.6.3 A atuação dos movimentos sociais nas áreas de estudo

A pesquisa também procurou identificar a dinâmica de organização e atuação de organizações comunitárias nas áreas estudadas, e sua possível contribuição na formulação e execução de políticas públicas. Neste sentido, foram realizadas entrevistas com a Presidente da Federação das Associações de Moradores de Campos – FAMAC (Ângela Maria Barbosa de Souza), e com os Presidentes das Associações de Moradores dos bairros Jardim Carioca (João Acácio Filho), do bairro Parque Prazeres (Amilson de Lima Rangel), e do bairro Santa Rosa (Tatiana Cristina Nunes Guedes), que doravante serão tratados aqui pelo último sobrenome.

A FAMAC, que se caracteriza como uma das organizações comunitárias mais tradicionais da cidade de Campos, tendo sido fundada em 1985, a partir de um protesto contra o aumento dos valores do Imposto Territorial Urbano (IPTU). Segundo dados fornecidos pela FAMAC, hoje existem 64 associações de moradores filiadas, que se mantêm com os recursos obtidos através da contribuição de 1% do salário dos associados. A FAMAC recebe recursos da empresa Votorantim do Brasil através de uma parceria num projeto social elaborado e realizado pela mesma. A presidente, Sra. Souza, fez questão de esclarecer que a FAMAC não recebe verbas da Prefeitura Municipal de Campos, ou de qualquer outra instituição governamental, o que, no seu entendimento contribui para a manutenção de uma atuação independente em relação ao poder público.

De acordo com a Sra. Souza, a principal função cumprida atualmente pela entidade seria o encaminhamento de demandas oriundas das associações de moradores ao poder público municipal, como também estaria atuando na formulação de políticas públicas através da participação de seus representantes em diferentes conselhos municipais, tais como: Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança Pública.

No entanto, a Sra. Souza afirmou que falta de capacidade técnica dos membros da FAMAC que compõem os Conselhos tem impedido que tenham uma participação mais efetiva nas discussões realizadas. Desta forma, sua participação acaba se restringindo ao voto, quando necessário, acerca da aprovação de determinados assuntos discutidos dentro destes Conselhos. Um problema adicional

que a Sra. Souza referiu-se, está na atuação de grupos de pressão que, através de uma boa capacidade de argumentação acabam influenciando no processo decisório. O fato das votações não serem secretas foi apontado como outro fator negativo, devido o poder de coerção daqueles que lideram as reuniões que, muitas vezes, são representantes do poder político local ou indivíduos que detém maior grau de conhecimento técnico e científico sobre os assuntos colocados na pauta das reuniões dos Conselhos municipais.

Entre os sete bairros abrangidos nesta pesquisa, apenas três possuíam formalmente associações de moradores: Jardim Carioca, situado nas proximidades da Lagoa do Vigário; Santa Rosa, localizado no entorno da Lagoa do Sapo, e Parque Prazeres, localizado no entorno da Lagoa dos Prazeres. A desmobilização dessas Associações pôde ser constatada, tanto pelo reduzido número de associados, de modo que em duas das três associações, o corpo associativo se restringia aos membros eleitos para a diretoria⁵, como também no que se refere ao seu poder de ação, que muitas vezes é limitado, seja pela falta de conhecimento da diretoria em saber onde e como conduzir as demandas da população, como também pela falta de poder político dessas junto aos governantes que estão no poder.

Em todos os casos, a participação da comunidade junto às Associações é praticamente nula, uma vez que a grande maioria dos moradores, nem mesmo sabe de sua existência. O baixo nível participação dos moradores pode estar relacionada a uma série de outros fatores, que incluem a ausência cotidiana destes movimentos sociais no atendimento das demandas das comunidades. Além disso, a falta de recursos para que as associações possam adquirir uma sede própria acaba inviabilizando a participação da população nas reuniões, que normalmente ocorrem nas próprias residências dos membros da diretoria.

Outro problema recorrente tem a ver com os laços dos dirigentes das associações com a política partidária. Um exemplo disto foi observado no bairro Jardim Carioca, onde o Sr. João Acácio Filho assumiu a presidência da associação de moradores em 2005, após uma candidatura frustrada à Câmara Municipal nas eleições de 2004. A eleição do Sr. Acácio filho foi apoiada na meta de reabrir o Lar Cristão, uma entidade filantrópica que atuava no bairro há 60 anos. O objetivo foi alcançado, pois no decorrer da gestão do Sr. Acácio Filho, o Lar Cristão passou a

⁵ De acordo com os presidentes de associações de moradores entrevistados nos bairros Parque Santa Rosa e Parque Prazeres, suas organizações não possuem associados que não sejam os membros da diretoria. Já no Jardim Carioca, a informação indica que a associação possui cerca de 100 moradores filiados.

ser administrado pela associação de moradores. Neste sentido, é interessante destacar que a associação de moradores ao se apresentar praticamente como uma extensão do Lar Cristão, acaba deixando de cumprir outros papéis igualmente importantes para a comunidade como, por exemplo, apresentar as demandas existentes aos órgãos competentes por sua solução.

No Parque Prazeres, o Sr. Rangel também assumiu a presidência da associação em 2006, após ter sido derrotado nas eleições realizadas em 2000. Vivendo no Parque Prazeres há 15 anos, o Sr. Rangel afirmou que assumiu a presidência da associação de moradores com o intuito de contribuir com algum tipo de melhoria para o seu bairro. A gestão anterior foi presidida pela Sra. Souza, atual presidente da FAMAC. O Sr. Rangel afirmou que desde sua posse tem procurado os órgãos públicos municipais para apresentar as demandas existentes no bairro. Uma das principais realizações da atual gestão, teria sido a remoção de moradores que viviam no entorno da Lagoa dos Prazeres para a o conjunto habitacional construído pela PMCG nas proximidades do Hospital Geral de Guarus⁶.

O Sr. Rangel argumentou que em função de ter tido lideranças bastante ativas ao longo do tempo, a associação logrou obter a construção de um posto de saúde e garantir o funcionamento de duas creches municipais no Parque Prazeres.

Enquanto isto no Parque Santa Rosa, a Sra. Tatiana Cristina Nunes Guedes, explicitou seu desejo de envolver a associação de moradores na realização de um projeto social de sua autoria. Apesar de ser a mais jovem entre os presidentes de associações entrevistados nesta pesquisa (tendo apenas 25 anos), a mesma pareceu estar determinada a realizar este projeto social para aumentar a credibilidade da associação junto à população residente no Parque Santa Rosa, mesmo porque isto representaria o cumprimento de seu principal compromisso eleitoral. Enquanto os outros presidentes de associações já passaram por candidaturas frustradas para cargos políticos, este não é o caso da Sra. Guedes. Sobre suas pretensões políticas ela afirmou que:

“eu acho que pra gente se candidatar, primeiro a gente tem que fazer um trabalho, se eu cumprir com as metas do que eu prometi as pessoas nesse meu projeto..., e se eu ver que eu tenho a capacidade de devido o trabalho

⁶ Oliveira (2009) entrevistou moradores do Conjunto do HGG que haviam sido removidos do entorno da Lagoa dos Prazeres, observou que a maioria da população declarou ter sido removida contra sua vontade. A materialização simbólica da área em questão por parte da Prefeitura (que tem o intuito de urbanizar o entorno da lagoa e transformá-la numa área de lazer) representa a materialização de um conflito ambiental naquela região, dada pela imposição da retirada da população para outra localidade, alicerçado pelo discurso da proteção ambiental.

que eu consegui realizar e a maioria das pessoas estiver me incentivando, que se eu me candidatar, de repente, se eu me tornar alguém, né? Me tornar uma pessoa pública, isso venha ajudar o meu bairro”.

A principal proposta de campanha apresentada pela diretoria presidida pela Sra. Guedes foi a realização de um projeto social intitulado “Santa Rosa – Um lugar melhor para se viver”, voltado especificamente para atender demandas na área educacional. Apesar da fase de formulação já ter sido concluída, até o momento da entrevista o seu início prático ainda não havia ocorrido. Neste sentido, a Sra. Guedes indicou que não tinha idéia de como iria conseguir iniciá-lo, visto que a sua associação não dispunha dos recursos financeiros necessários para a execução.

Por outro lado é interessante notar que a Sra. Guedes informou que a pauta das reuniões mensais realizadas ao longo dos nove meses em que presidia, era voltada para o esforço em torno da execução do referido projeto. Além disso, a mesma reconheceu que ao longo deste período não foi organizada nenhuma reunião com os moradores do Santa Rosa, o que de fato implicou na inexistência de discussões entre a associação e seus representados para tratar dos problemas que afetam cotidianamente o bairro.

Ela ainda apontou que não estava familiarizada com os trâmites burocráticos necessários para encaminhar as demandas da comunidade, tanto para a FAMAC ou para os órgãos municipais. Contudo, a Sra. Guedes mostrou desprendimento durante o período crítico das chuvas que causaram inundações no bairro Santa Rosa, ao utilizar a mídia para sensibilizar os órgãos municipais sobre a necessidade de apoiar as famílias desabrigadas.

A presidente da FAMAC, Sra. Souza, indicou que as dificuldades organizativas existentes nas associações são aprofundadas pela interferência da político-partidária dentro das comunidades. No caso da PMCG, existem pessoas contratadas e pagas com recursos públicos para realizar funções que caberiam às associações de moradores. Esses contratados, chamados de agentes comunitários, cumprem o papel de mediadores entre o governo municipal e a população, realizando ainda pequenos serviços que incluem a troca de lâmpadas em vias públicas e pequenos serviços de recapeamento. Segundo a Sra. Souza este tipo de estratégia acaba criando um vínculo paternalista entre a população e os políticos a quem os agentes comunitários estão vinculados, o que dificulta a ação autônoma das associações.

Neste sentido, o poder público municipal, que deveria trabalhar em conjunto com as Associações de Moradores para atender às demandas dos bairros, é para muitos presidentes dessas associações um grande rival, fazendo com que a vinculação dessas organizações populares a partidos políticos seja a forma mais fácil de atendimento de suas necessidades. Quando essas possuem participantes envolvidos com partidos de oposição ou não tem qualquer vinculação política, são na maioria das vezes ignoradas, tornando muito mais difícil conseguir alguma benfeitoria para o bairro. Diante de uma situação como esta, as associações vão perdendo sua função e, principalmente, seu poder de atuação, uma vez que, dependem de estar diretamente atreladas aos interesses particulares de alguém que esteja no poder, como forma de barganha para conseguir realizar alguma melhoria para os bairros.

3.6.4 A inserção das questões ambientais na pauta de discussões: os diferentes olhares sobre o problema

No tocante aos representantes das organizações comunitárias, a análise das entrevistas mostrou que apesar da FAMAC e das associações possuírem agendas voltadas para demandas que não priorizam a problemática ambiental, e ainda sofrerem com dificuldades financeiras e organizativas, os seus líderes demonstraram estar preocupados com a questão. No caso das associações, a partir do contato com os presidentes durante as entrevistas, ficou evidente que alguns deles compreendem a importância dos problemas ambientais sobre o cotidiano de suas comunidades.

De acordo com o Sr. Rangel, durante a gestão anterior da associação de moradores do bairro Parque Prazeres foi realizada uma pesquisa para levantar a situação dos moradores do entorno da lagoa, mediante uma parceria entre a UFF e CEFET. A partir daí foi elaborado um projeto para elevar o nível de conscientização dos moradores sobre as questões ambientais, juntamente com a Secretaria de Limpeza Pública e a de Meio Ambiente, contudo, o mesmo não foi colocado em prática. O Sr. Rangel acredita que na gestão atual, a principal contribuição da associação para as questões ambientais tem sido a retirada das populações residentes no entorno da lagoa para outras localidades. Além disso, sempre que

possível solicitam a SEMMA a limpeza da lagoa e seu entorno, o que nem sempre é atendido.

No bairro Santa Rosa a Sra. Guedes considera que a atuação mais concreta da associação, no que se refere às questões ambientais, foi quando houve uma campanha da PMCG sobre a dengue naquele bairro e a associação organizou um grupo de divulgação que entregou panfletos e orientou a população para não acumular lixo em seus lotes e na rua. Além disso, os agentes recolhiam dos quintais recipientes plásticos e orientavam a população quanto à necessidade de não deixar água parada para evitar a proliferação do mosquito da dengue. A Sra. Guedes considera que o trabalho realizado pela associação naquele momento esteve direcionado à maior conscientização e educação ambiental da população.

Por outro lado, no bairro Jardim Carioca, o Sr. João Acácio afirmou que quando funcionava uma creche infantil no Lar Cristão, as crianças realizavam desfiles tratando da temática ambiental, mas ele acrescentou que a associação ainda não realizou nenhum trabalho específico sobre educação ambiental. Apesar disso, ele reconhece toda a problemática ambiental que envolve aquele bairro, destacando os problemas vivenciados pelas populações que residem nas proximidades da Lagoa do Vigário como a principal. Contudo, ele acredita que, devido à falta de comunicação entre a associação e o poder público local, o problema continuará persistindo por tempo indefinido.

Já em relação à FAMAC, esta assumiu uma cadeira no Conselho Municipal de Meio Ambiente, sendo representada pela Sra. Souza, que parte do entendimento de que é importante seu envolvimento na formulação destas políticas, ainda que sua capacidade efetiva de intervenção seja restrita, devendo este fato à inexistência de quadros técnicos da FAMAC que ofereçam a orientação necessária para que os seus dirigentes políticos possam intervir de maneira mais concreta nos diferentes Conselhos municipais em que entidade possui assento.

Já do ponto de vista do poder público municipal, as atribuições relativas à atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente foram recentemente modificadas através da Lei Orgânica Municipal de Campos, nº 7.899, de 04 de abril de 2007, que extinguiu a antiga Secretaria Municipal de Ambiente e Defesa Civil, colocando suas atribuições em duas novas Secretarias: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e a Secretaria Municipal de Defesa Civil.

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Carlos Ronald Macabu Areas, indicou que apesar da legislação municipal ser clara em relação às funções que

deveriam ser cumpridas pela SEMMA, o alcance de suas ações está bastante limitado em função da sua estrutura insuficiente, especialmente no que se refere ao seu corpo técnico. Segundo o Secretário, a SEMMA deveria atuar em consonância com as decisões do Conselho Municipal de Meio Ambiente, mas este manteve-se desativado por um longo período, retomando suas atividades somente a partir da formulação do Plano Diretor Urbano de Campos em 2007. Acrescentando ainda que, até meados de 2008, o Conselho ainda estava em fase de reestruturação, o que implicava dizer que, na prática, a SEMMA não podia contar, de fato, com as contribuições de suas câmaras técnicas na formulação e execução de políticas públicas de cunho ambiental.

Segundo o Sr. Areas, a falta de uma fiscalização atuante é outro fator que estaria contribuindo para agravar os problemas ambientais existentes no município. Neste sentido, ele afirmou que a falta de atuação do poder público para preservar os ambientes naturais existentes no município, teria resultado na destruição da vegetação ciliar em rios e lagoas, e na supressão de áreas ambientalmente importantes. No tocante às lagoas urbanas trabalhadas nesta pesquisa, o mesmo informou sobre a existência de um plano voltado para a criação de Unidades de Conservação no entorno das mesmas.

Além disso, o Secretário adiantou que na maioria das lagoas onde devem ser criadas as Unidades de Conservação, haveria a necessidade de se realizar intervenções corretivas, que incluiriam inclusive, a retirada de populações vivendo em áreas de risco social e ambiental, o que tornaria o processo bastante oneroso. Diante dessas dificuldades, o Sr. Areas informou que, antes de transformar efetivamente as lagoas urbanas de Campos em áreas protegidas para fins de conservação ambiental, a SEMMA teria que desenvolver atividades voltadas para a educação ambiental, com intervenções voltadas para eliminar o lançamento de esgoto *in natura* diretamente nas lagoas através da construção de elevatórias.

Ao falar especificamente sobre as populações que vivem atualmente no entorno das lagoas urbanas do município, o Sr. Arêas indicou que:

“Quando uma família ocupa a margem de uma lagoa, a margem de um rio, o desejo deles num primeiro momento não é a recuperação desse corpo hídrico, já que quando há o aumento do volume dessas águas, eles se sentem prejudicados por que têm as suas casas invadidas, quando na verdade eles que invadiram essas lagoas. Então, há toda uma reivindicação dessa população mais próxima de rios e lagoas, que tem sido no sentido de intervenções que beneficie a condição de moradia deles e não a recuperação ambiental. Por isso que a gente não observa um apelo maior

da sociedade em relação a recuperação das lagoas, porque as pessoas que estão mais distantes, não se sentem diretamente afetadas e não tem a sensibilização para recuperação desses ambientes, e as pessoas que estão mais próximas, muitas vezes sentem mais interesse em secar essas lagoas e aterrar essas lagoas para que eles possam estar imunes ao efeito das cheias, do que propriamente a recuperação desses ambientes.”

A análise da posição expressa pelo Sr. Areas indica um elemento recorrente na relação entre o Estado e os segmentos que são empurrados para o entorno de áreas ecologicamente sensíveis, que é o da culpabilização dos últimos pelos agentes públicos. Desta resposta pode-se depreender que os moradores do entorno das lagoas não só são responsáveis pelos problemas ambientais que vem ocorrendo nestes ecossistemas, mas também como certa inconveniência na apresentação que fazem de demandas voltadas para melhoria na infra-estrutura urbana e serviços; como se a coleta e tratamento de esgotos, coleta do lixo, e melhoria nas condições das moradias, por exemplo, fossem elementos antagônicos com a busca de melhoria da qualidade ambiental.

3.6.5 Principais mudanças ocorridas nas áreas pesquisadas e a atuação do poder público no agravamento dos problemas socioambientais

Ao longo do tempo, as ações antrópicas resultaram em mudanças significativas na qualidade ambiental e de vida dos moradores das regiões pesquisadas. A partir de uma entrevista realizada com o Prof. Aristides Soffiati, que possui um grande conhecimento sobre as modificações ocorridas na área urbana de Campos, observamos que os problemas sócio-ambientais do município são antigos, e que as diferentes administrações municipais contribuíram de maneira decisiva para o agravamento desses problemas através da realização de várias obras de engenharia.

Dentre os projetos realizados nas áreas incluídas nesta pesquisa, e que provavelmente contribuíram para agravar a problemática sócio-ambiental hoje existente, o Prof. Soffiati destacou a ampliação da Lagoa do Sapo e a urbanização do entorno da Lagoa do Vigário, que teve grande impulso a partir da construção da Avenida Tancredo Neves, que implicou na divisão da Lagoa do Vigário e no processo de ocupação urbana do seu entorno.

Para melhor entendimento do que representou cada uma dessas políticas públicas, será apresentada uma breve exposição dos casos envolvendo as lagoas, destacando as principais mudanças ocorridas em cada região ao longo do tempo, e o papel cumprido pela PMCG nessas mudanças, bem como suas conseqüências.

3.6.5.1 A Lagoa do Vigário: fracionamento e degradação acelerados por uma intervenção urbanística da PMCG

No caso da reconstrução dos eventos que levaram à fragmentação em duas partes do ecossistema da Lagoa do Vigário, essa pesquisa utilizou os relatos de dois residentes antigos do entorno da Lagoa do Vigário, os Senhores Salvador da Costa Onório e Odemir Francisco Pereira. A análise destes relatos permitiu a reconstrução das principais mudanças ocorridas no local, bem como o papel cumprido pela PMCG neste processo.

Segundo o relato do Sr. Onório (que reside no entorno da Lagoa do Vigário há 59 anos), quando sua família passou a residir naquele local, existiam poucas casas, e que grande parte do entorno era utilizada para o plantio de cana-de-açúcar e para a criação de gado. Ele ainda acrescenta que a ocupação do entorno da lagoa foi intensificada quando os antigos proprietários rurais resolveram vender suas propriedades na forma de pequenos lotes. Por outro lado, destacou que o processo de ocupação ficou mais intenso há cerca de três décadas em função da segmentação da Lagoa do Vigário em duas porções para a construção da Avenida Tancredo Neves. O próprio Sr. Onório foi contratado para participar da obra e, em função disto, lembrava claramente que a realização daquela obra ocorreu de forma mais lenta do que o previsto, pois a maior parte do material que era usado para aterrar a superfície hídrica da lagoa acabava cedendo devido ao grande volume da água que ali existia.

Ainda segundo o relato do Sr. Onório, a construção da Avenida Tancredo Neves foi justificada pela PMCG como sendo necessária para facilitar o acesso dos moradores a diferentes pontos do entorno da Lagoa do Vigário, e também ao centro da cidade de Campos. No entanto, considera que o principal efeito daquela obra foi a aceleração da ocupação do entorno da lagoa, principalmente por famílias de baixa renda.

Já no caso do Sr. Pereira, este explicou que seu pai havia comprado um lote do proprietário de uma fazenda que fazia limites com a Lagoa do Vigário, mas que, no entanto, teve que resistir às ações de despejo realizadas pela Polícia Militar. Segundo ele, a presença ostensiva da PM durou cerca de seis meses, e logo após a sua saída a população passou a erguer edificações com um mínimo de infraestrutura. Em relação às agressões que o ecossistema da Lagoa do Vigário teria sofrido desde que foi intensificado o processo de ocupação do seu entorno teriam sido inúmeras. Entre as principais conseqüências, Sr. Pereira citou a realização de aterros e o lançamento de esgoto *in natura* no interior da lagoa. Ele também citou o aterramento da parte central para a construção da Avenida Tancredo Neves como um fator fundamental na aceleração da ocupação do entorno da lagoa.

Mas além de citar a ocupação da área por famílias pobres como havia feito o Sr. Onório, o Sr. Pereira também indicou que representantes da elite econômica da cidade também se apropriaram de terras localizadas no entorno, ali construindo edificações de alto padrão econômico. Dentre os membros da elite campista que teriam ocupado áreas no entorno da Lagoa do Vigário estaria o Sr. Zezé Barbosa, ex-prefeito de Campos.

3.6.5.2 A Lagoa do Sapo: de loteamento clandestino a canteiro de obras da PMCG

O resgate histórico da ocupação da Lagoa do Sapo foi possível a partir da leitura de um parecer confeccionado pelo Prof. Aristides Soffiati Netto em 17 de Outubro de 1998. A partir da leitura do parecer foi possível estabelecer que a construção do Parque Santa Rosa ocorreu numa área que antes era ocupada por atividades rurais. Neste sentido, o Prof. Soffiati afirmou que:

“(...) as primeiras casas localizaram-se nos pontos altos do tabuleiro, visto que as depressões eram ocupadas por lagoas e brejos, como é comum acontecer nesta unidade geológica da região norte fluminense, sendo claros os traços da Formação Barreiras: terreno com baixas altitudes onduladas, depressões entre as ondulações, drenagem lenta ou inexistente por barramento dos vertedouros por sedimentos. Numa das bordas da depressão em que se construiu a comunidade, há a retirada de terra, mostrando um perfil típico de tabuleiro”. (p.1)

Em seu parecer, o Prof. Soffiati destacou ainda que, segundo relato dos próprios moradores, o entorno da Lagoa do Sapo teria sido loteado de forma irregular, havendo um ponto de venda de terrenos no local, e que após a construção das casas, o loteamento acabou sendo legalizado pela PMCG. A expansão urbana que ocorreu naquela região deu-se sob a forma de ruas estreitas e tortuosas, o que contribuiu para transformar a área num lugar insalubre, não apenas em função da umidade, mas também devido à inexistência de infra-estrutura básica.

Mas uma intervenção da PMCG, através da SEMMA, acabou contribuindo para agravar ainda mais este cenário. Isto se deu a partir do processo de retificação de um ecossistema de brejo que foi realizado ao longo de 1999, na área onde hoje se localiza a Lagoa do Sapo. De acordo com o parecer do Prof. Soffiati e o relato de um morador antigo da região, Sr. Silvano Santos, a lagoa foi formada a partir da ampliação de um pequeno alagado, que era totalmente coberto por vegetação, até que a SEMMA resolveu transformar a sua configuração física, com o intuito de transformá-lo numa área de lazer. De acordo com Sr. Silvano Santos, esta intervenção teria sido inicialmente bem recebida pela população, pois a transformação do brejo numa lagoa aparentemente eliminaria o problema do alagamento das ruas que ocorria anualmente, como resultado das chuvas sazonais. Após a conclusão da obra, a SEMMA lançou peixes no interior da lagoa, construindo ainda quiosques no seu entorno.

Ainda segundo o Sr. Silvano Santos, inicialmente o empreendimento pareceu ter resolvido os problemas, mas após um breve período de tempo, passou a ser necessário dragar o interior da lagoa que havia se formado, pois sua profundidade se mostrou insuficiente para abrigar todo o volume d'água que passou ali a se concentrar, transformando aquele espaço num verdadeiro campo minado. Além disso, o fato da Lagoa do Sapo estar situada numa posição mais baixa em relação ao nível das ruas que foram construídas no seu entorno implicou no aporte de uma grande carga de sedimentos nos períodos de chuva, incluindo o material proveniente do esgoto residencial.

Assim, não chegou a ser surpreendente que no trabalho de campo tenham sido colhidos depoimentos de que os problemas existentes no Parque Santa Rosa agravaram-se com a construção da Lagoa do Sapo, cujo efeito principal teria sido o aumento dos alagamentos das ruas. Segundo os moradores, mesmo em períodos secos, as ruas mais próximas da lagoa são inundadas pelo afloramento do lençol freático, fato que é agravado no período chuvoso.

Este caso parece exemplificar um perfeito contraponto entre o que experimentam cotidianamente as populações de áreas urbanas próximas a corpos aquáticos, e os gestores públicos que realizam obras como a que foi executada na Lagoa do Sapo. O fato é que, ao ser indagado sobre esta obra específica, o Sr. Arêas, Secretário Municipal de Meio Ambiente, não apenas indicou ter participado ativamente do processo de urbanização da Lagoa do Sapo, mas que considerava o saldo daquele trabalho como positivo. Neste sentido, o Sr. Arêas afirmou que:

“Foi um empreendimento que deu certo porque evitou o aterramento da lagoa e novas construções como aconteceu em outras áreas como na Lagoa do Vigário na década de 1980. Mas como na maioria das intervenções voltadas para a proteção ambiental, alguns moradores voltaram a praticar ações como despejo de lixo e entulhos, criação de animais (bois e cavalos), que contribuem para a retomada de um estado de degradação anterior.”

O interessante é notar que outras obras de urbanização do entorno da Lagoa do Sapo foram realizadas durante o governo do ex-prefeito Alexandre Mocaiber (2005-2008), e mais recentemente outra obra da mesma natureza foi anunciada no sítio oficial que a PMCG possui na rede mundial de computadores⁷.

É importante ressaltar que os empreendimentos realizados ao longo do tempo pelo poder público nas diferentes áreas pesquisadas, contribuíram para diversos fatores, dentre os quais destacam o próprio ordenamento espacial daquelas regiões, como também de maneira decisiva para desenvolver uma série de problemas naqueles bairros, que eram apenas latentes. Observa-se ainda que, por mais que hoje em dia esteja sendo fortalecida a idéia de que o Homem e a Natureza interagem o tempo todo, sendo praticamente impossível pensar em ambos separadamente, pelos relatos dos diferentes atores entrevistados, podemos identificar que algumas situações ocorridas ao longo da história de Campos, as questões sociais e as ambientais foram, na maioria das vezes, pensadas separadamente, sendo este um dos principais motivos que refletiram no surgimento

⁷ Na notícia postada no link <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=16962>, é informado que “a prefeita Rosinha Garotinho, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), vai investir cerca de R\$ 10,5 milhões na urbanização da Lagoa do Sapo e em projetos que trazem melhorias na qualidade de vida para centenas de famílias hoje vivendo em situação de risco em quadro de ausência (sic!) de intervenções deixado pela administração passada” O mesmo posting informa que a PMCG irá construir mais 210 unidades habitacionais nas imediações da Lagoa do Sapo.

e posteriormente, no agravamento dos problemas sócio-ambientais atuais das populações pesquisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados nesta dissertação, ficou demonstrado uma relação direta entre os principais fatores que sujeitam as populações vivendo em áreas urbanas periféricas às condições de existência caracterizadas por dificuldades sócio-ambientais. Além disso, ficou também claro que a dinâmica da expansão urbana, e particularmente de ecossistemas naturais existentes no interior das cidades, não está relacionada aos interesses e necessidades dos segmentos cuja condição econômica e organização política são frágeis. Assim, as disparidades sociais acabam tendo conseqüências diretas no desenvolvimento de processos de degradação ambiental e segregação sócio-espacial. Neste sentido, o agravamento destes problemas está associado a outros fatores, tais como a ausência de políticas públicas municipais que possam ligar a solução da desigualdade social a esforços em torno da proteção e conservação do ambiente. Isto ficou demonstrado através da análise das dificuldades enfrentadas pela população e por suas organizações para apresentar demandas ao poder público municipal. Esta dificuldade ficou expressa na ausência de canais formais de diálogo entre o poder público, as organizações sociais e o público que elas procuram representar. O fato é que a inexistência destes canais tende a agravar os problemas sócio-ambientais, visto que os esforços de planejamento e intervenções no espaço urbano terminam ignorando as demandas e necessidades existentes nas áreas mais pobres da cidade.

Por outro lado, é interessante notar que, ainda que os problemas sócio-ambientais vivenciados por aquelas populações, como uma das conseqüências negativas trazidas pela urbanização periférica, seja reconhecida por parte dos entrevistados, ao identificarem que os problemas decorrentes da falta de qualidade de vida afetam diretamente o ambiente natural em que se encontram inseridos, as autoridades públicas são chamadas a liderar os processos de mudanças desejadas pelas populações, demonstrando a ausência de predisposição destas em buscar reverter essas situações de injustiça para maior equidade social e justiça ambiental.

Os resultados deste estudo também indicam que a persistência de comportamentos sociais que agravam os riscos criados pela exposição a ambientes degradados, não advém necessariamente da falta de conhecimento sobre as conseqüências que estes trazem para o espaço urbano. Assim, a falta de reações coletivas a existência de comportamentos está relacionada ao baixo nível de organização política e à fragilidade das organizações comunitárias, e não

simplesmente à falta de capacidade de entendimento de cada indivíduo. Esta fragilidade, contudo, não decorre apenas de fatores internos às comunidades, mas também em função das diferentes estratégias do poder político municipal para impedir a organização autônoma das comunidades, como no caso do trabalho dos agentes comunitários.

Finalmente, a partir dos resultados obtidos neste estudo é possível afirmar que a solução dos problemas que caracterizam a vida dos segmentos mais pobres da população, sejam estes, de cunho social ou ambiental, requererão um esforço coletivo de diferentes atores, estatais e não-estatais, na criação e consolidação de canais que aumentem a participação da sociedade no processo decisório que controla a expansão das cidades, especialmente em países caracterizados por profundas desigualdades sócio-ambientais como é o caso do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.
- _____. “**As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**”. In: Henri Acelrad. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.
- _____. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002., v. 5.
- ALVES, Heloíza de Cacia Manhães. **Reformas Urbanas e Poder Público: Os empresários e o Projeto de Modernização da Cidade de Campos dos Goytacazes (1890/1930)**. Dissertação curso de História da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prfa. Dra. Lana Lage da Gama Lima. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 1995.
- BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. In: XXIV IUSSP General Conference, 2001. Salvador: Anais XXIV General Conference, 2001. v. 1.; p. 168-184.
- BULLARD, R.D. **Confronting Environmental Racism in the 21st Century**. Paper presented at the Colóquio Internacional Sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro; September 24-28, 2001.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). Prefeitura Municipal. **Campos dos Goytacazes: perfil 2005/Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Instituto Superiores de Ensino do CENSA, FUNDENOR, 2006.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Orgânica Municipal nº 7.899, de 04 de abril de 2007**. Disponível em:
<<http://www.campos.rj.gov.br/leis2007/Lei%20Municipal%207.899%20de%202007.pdf>>. Acesso em 30/03/2009.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Orgânica Municipal nº 7.972/2007, de 11 de Dezembro de 2007**.
- CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (Orgs.). **As Cidades no tempo**. Franca: UNESP, São Paulo: Olho d'Água, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1999.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura; PEIXOTO, Mônica Campolina Diniz. **Dinâmica imobiliária e regulação ambiental: uma discussão a partir do eixo-sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Rev. Bras. Estudos Políticos. São Paulo, v. 24, nº 2, p. 317-336, Jul./Dez. 2007.

- DULLEY, Richard Domingues. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais**. Agric. São Paulo, São Paulo. V. 51, nº 2, p. 15-26, jul/dez. 2004.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**; trad. Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.
- FARIA, Teresa Peixoto. **As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O Plano de 1944: Uma nova ordem social e urbana**. CD-ROM dos Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Natal - RN, 2000.
- _____. **Gênese da rede urbana da Região Norte e Noroeste Fluminense à luz do relatório engenheiro Henrique Luiz Niemayer Bellegarde**. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003.
- _____. **Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.
- FREITAG, Barbara. **Utopias Urbanas**. Conferência realizada no X Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, Fortaleza, 3 a 7 de Set. 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/utopias.pdf>>. Acesso em: 31/01/08
- FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. **A produção desequilibrada do meio ambiente urbano de Fortaleza e o papel do movimento ambientalista**. In: II Encontro Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba. Anais do II encontro da ANPPAS, 2004.
- FURTADO, Celso. **Análise do "modelo brasileiro"**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GARCIA, Romay Conde. **Fim da linha ou luz no fim do túnel? A tensão ordem/desordem e o urbanismo contemporâneo**. Rev. Agenda Social do PPGPS/ UENF, Campos dos Goytacazes, v. 2, nº 1, Jan./Abr./2008, p. 17-31, ISSN 1981-9862.
- HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Trad. Flávio Villaça. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Jun/Set. 1982: Cortez, 1982.
- _____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 6ª ed., 1996.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).
- HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. In: I Encontro Nacional da ANPPAS - Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002, Indaiatuba, SP. CD do I Encontro Nacional da ANPPAS. Campinas: ANPPAS, 2002.
- _____. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006.
- _____. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. v. 3, nº 1 Jan/Abr, 2008. Disponível em:

http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113.
Acesso em: 08/01/09.

- HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- IANNI, Octávio. **A idéia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- IBGE/Censo 2000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Brasileiro, 2002.
- JACOBI, Pedro Roberto. **Do centro à periferia- meio ambiente e cotidiano na cidade de São Paulo**. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, v. III, nº 6/7, p. 145-161, 2000.
- LAMEGO. **O homem e o brejo**, 1974.
- LATOUCHE, Serge. A ocidentalização do mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEITE, Marcos Esdras; PEREIRA, Anete Marília. **Os Reflexos Espaciais da Heterogeneidade Socioeconômica na Área Urbana de Montes Claros**. In: Anais do I Simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmica econômica e produção do espaço regional. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2005.
- LIMA, Myrian Del Vecchio de; RONCAGLIO, Cynthia. **Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº. 3, p. 35-63, jan./jun. 2001. Belo Horizonte: Editora da UFPR, 2001.
- MANFREDO Maria Teresa. **População e desigualdade: uma discussão sobre produção do espaço urbano**. Trabalho apresentado no Seminário "População, Pobreza e Desigualdade", realizado em Brasília/DF, 05 a 07 Nov. 2007. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1045.pdf . Acesso em: 31/01/08.
- MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Fapesp, 1999.
- MARICATO, Ermínia. **Política urbana, exclusão social e violência**. Revista Caramelo nº. 8, São Paulo: GFAUUSP, 1995.
- _____. **Habitação e cidade**. Revista Espaço e Debate, São Paulo: Atual, 1997.
- _____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 14, nº. 4, 2000.
- _____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Revista de Estudos Avançados, nº. 17, 2003.
- _____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. **Estado e espaço urbano - Revisitando criticamente as explicações correntes sobre as políticas estatais urbanas**. Revista de Sociologia e Política, v. 16, nº. 16, p. 9-28, 2001. Disponível em: http://www.centrodametropole.org.br/pdf/curitiba_marques_bichir.pdf. Acesso em: 31/01/08.

- NAVES, Flávia Luciana. Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais. In: Organização Rurais e Agroindustriais, v. 6, nº 2, jul/dez 2004. p. 121-133.
- OLIVEIRA, Sonia. **A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro**. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Relação Homem/Natureza no modo de produção capitalista**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 119 (18), 1 de agosto de 2002.
- OLIVEIRA, J. C.P. **Estado Local como Produtor e Modelador do Espaço Urbano. Um Estudo de Caso das Políticas Municipais de Habitação em Campos dos Goytacazes - RJ**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes, 2009.
- PEDRON, Fabrício de Araújo (et. all.) Utilização do sistema de avaliação do potencial de uso urbano das terras no diagnóstico ambiental do município da Santa Maria - RS. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v. 36, nº 2, p. 468-477, Mar./Abr., 2006.
- REZENDE, Aldo. **Bolhas Urbanas: na contramão do direito a cidade, o paradoxo da segregação socioespacial institucionalizada**. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE VIVENDA SOCIAL, 2007, SANTIAGO. Bolhas Urbanas: na contramão do direito a cidade, o paradoxo da segregação socioespacial institucionalizada. Santiago-Chile : Instituto de La Vivenda, 2007. Disponível em: <http://www.invi.uchile.cl/derechociudad/ponencias/Jornada/Panel%203/10.%20Rezende,%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 31/01/08.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Fapesp, 1999. Coleção cidade aberta.
- _____. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____; NAKANO, Kazuo. **Cidade e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios**. In: Henrique Rattner. (Org.). Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SABATINI, Francisco. **Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades Latino-americanas e o caso de Santiago do Chile**. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). Demografia da Exclusão Social. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- SANTOS, Milton. **“O Estado, os Monopólios e a Macroestruturação do Espaço”**. In: _____. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: Segregação urbana e racial em São Paulo**. 1ª ed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

- SILVA, Willian Ribeiro da. **“Reflexões em torno do urbano no Brasil”**. In: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arhur Magon (Orgs.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 65-80.
- SOGAME, Maurício. **Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial**. *Revista Geografares*, Vitória, nº 2, Jun. 2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **“A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”**. In: _____, WHITACKER, Arhur Magon (Orgs.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. **Capitalismo e Urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- TCE-RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudo socioeconômico 2004**. Campos dos Goytacazes: Secretaria Geral de Planejamento, Outubro de 2004.
- TORRES, H. da G. **Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990**. RBCS, vol. 19, nº 54 Fev/2004.
- VEYRET, Yvette (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 63-79; 275-317.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Linconlin Institute, 1998.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. - Brasília, DF: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

ANEXOS
Anexo 1: Questionário

**LABORATÓRIO DO ESTUDO DO ESPAÇO ANTRÓPICO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM (CCH)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
CAMPOS DOS GOYTACAZES, R.J.**

**A questão ambiental e seu uso como instrumento de organização do espaço no município de
Campos dos Goytacazes**

1. **Data:** ____/____/____
2. **Questionário Nº:** _____
3. **Nome do entrevistado:** _____
4. **Endereço:** _____ **Bairro:** _____
5. **Idade:** _____
6. **Sexo:** (1)F (2)M
7. **Local de nascimento?** _____
8. **Grau de escolaridade**
Analfabeto : (0)
Ensino fundamental : (1) incompleto (2) completo (3) cursando
Ensino médio : (4) incompleto (5) completo (6) cursando
Superior : (7) incompleto (8) completo (9) cursando
9. **Ocupação:**
(1) estudante (4) aposentado (7) outros: _____ (10) Soldador (13)
Exército
(2) funcionário público (5) pescador (8) dona-de-casa (11) Vigia (14)
Fachineira
(3) empresa privada (6) desempregado (9) costureira (12) Pintor (15)
Professor
10. **Número de pessoas morando no domicílio:** _____

11. Composição familiar

Nome	Relação de parentesco com o dono	Relação de parentesco com o dono	Sexo	Idade	Ocupação profissional	Escolaridade
	(0) próprio;					
	(1) marido					
	(2) esposa					
	(3) filho					
	(4) irmão					
	(5) mãe					
	(6) pai					
	(7) neto					
	(8) cunhado					
	(9) genro					
	(10) nora					
	(11) afilhado					
	(12) enteado					
	(13) padrasto					
	(14) madrasta		(1)F;(
	(15) amigo		2)M			

10. Qual é a renda total da sua família mensalmente: _____

11. Há quanto tempo reside no Bairro (anos)? _____

12. Tamanho do lote em que a casa está localizada: _____

13. Única casa no lote: (1) Sim (2) Não

14. Existe associação de moradores no seu bairro?

(0) não sabe (1) sim (2) não

14.1. Caso SIM, você é associado?

(1) sim (2) não

14.2. Participa das reuniões?

(1) sim (2) não

15. Participa de algum tipo de grupo organizado?

(1) sim (2) não

15.1. Caso SIM, qual? _____

16. Cite os 3 principais problemas encontrados no seu bairro:

1) _____ 2) _____ 3) _____

17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida na sua comunidade? (NÃO LER – ASSINALAR AS DUAS PRINCIPAIS)

(0) nada/ sem reclamação

(1) saneamento

(2) lixo

(3) hospitais

(4) escolas

(5) postos de saúde

(6) postos policiais

(7) segurança

(8) iluminação pública

água

Outros 1. _____ 2. _____

(9) asfaltamento e calçadas

(10) áreas de lazer

(11) quebra-mola

(12) sinais de trânsito

(13) linhas de ônibus

(14) mais emprego

(15) Limpeza da Lagoa

(16) Diminuir taxa de esgoto e

- 18. Quem deveria executar essas mudanças?**
 (1) Prefeitura (2) Estado (3) associação de moradores (4) Empresários (5) todos estes Outro: _____
- 19. Estaria disposto a participar dessas mudanças?**
 (1) sim (2) não
- 19.1. Caso SIM, como?** _____
- 19.2. Caso NÃO, gostaria de fazer parte de algum movimento social que pudesse ajudar a resolver os problemas de sua comunidade?**
 (1) sim (2) não
- 19.2.1. Caso SIM, como poderia ajudar?**

- 20. Residência:**
- 20.1. Tipo de Imóvel**
 (1) Casa (2) Apartamento (3) Cômodo
- 20.2. Condição do Imóvel**
 (1) Próprio – pago (4) Cedido
 (2) Próprio – pagando (5) Outros: _____
 (3) Alugado
- Número de cômodos: _____ Distância da rua: _____
- 20.3. Casa está:**
 com pintura em boas condições (1) Sim (2) Não
 Rebocada (1) Sim (2) Não
 com telhado (1) Sim (2) Não
 infiltrações aparentes (1) Sim (2) Não
- 20.4.**
 Quintal (1) Sim (2) Não
 Árvores dentro do lote (1) Sim (2) Não
 Jardim (1) Sim (2) Não
- 21. O banheiro de sua residência está ligado a que tipo de escoadouro?**
 (1) rede geral de esgoto (5) córrego, rio
 (2) fossa séptica (6) lagoa
 (3) passa pela manilha e vai p/ lagoa (7) não tem
 (4) vala
- 22. Tem rede de esgoto no seu bairro?**
 (0) não sabe (1) sim (2) não (3) sim, mas não passa na rua onde mora
- 23. O esgoto da sua residência está ligado a esta rede?**
 (0) não sabe (1) sim (2) não
- 23.1. Se NÃO, o esgoto de sua residência é tratado?**
 (0) não sabe (1) sim (2) não
- 24. Há lançamento de esgoto das casas diretamente na lagoa?**
 (0) não sabe (1) sim (2) não

25. **Tem algum tipo de esgoto de sua residência que vai para a Lagoa?**

(0) não sabe (1) sim (2) não

26. **Em sua opinião, a Lagoa tem algum tipo de importância para você e seus vizinhos?**

(0) não sabe (1) sim (2) não

26.1. **Caso SIM, qual (is)?**

27. **Você considera que a lagoa está poluída (suja)?**

(0) não sabe (1) sim (2) não

27.1. **Caso SIM, a que atribui esta poluição (sujeira)?**

28. **Para você o que significa a palavra “meio ambiente”?**

29. **Quais atitudes que considera que possam contribuir para preservar o meio ambiente?**

30. **Quais as atitudes que considera que possam contribuir para degradar (destruir) o meio ambiente?**

31. **Você acredita que a forma como ocorreu o processo de criação do seu bairro contribuiu para preservar (1) ou para degradar (2) a Lagoa do Vigário? Por quê?**

32. **A Lagoa é utilizada por algum membro da sua família para:**

(0) Nada

- (1) Pescar
- (2) Retirar Água de Consumo dentro da Casa
- (3) Tomar Banho
- (4) Jogar Lixo
- (5) Jogar o Esgoto da Casa

33. Você acredita que a Lagoa está em condições de fornecer :

- (0) Nada (1) pescado (2) água para uso doméstico (3) lazer () outros
-

34. Houve alguma mudança na área de entorno da Lagoa próximo a sua residência nos últimos dez anos?

- (0) não sabe (1) sim (2) não

34.1. Caso SIM, quais foram essas mudanças?

35. Quais foram os principais impactos dessas mudanças na vida da sua família?

36. Sabe se há participação da comunidade, empresários ou outras instituições, no que se refere à preservação da lagoa?

- (0) não sabe (1) sim (2) não

36.1 Caso SIM, quais seriam os tipos de participação?

37. Você considera que de alguma forma contribuiu para a PRESERVAR () ou para DESTRUIR () a Lagoa?

- (0) não sabe (1) sim (2) não

Como?

38. Quais alternativas que melhor representam atitudes que prejudicam a qualidade ambiental do seu bairro?

- (0) não sabe (3) fazer aterros
(1) poluir a lagoa (4) pescar fora de época

(2) jogar lixo na rua/quintal

(5) jogar esgoto a céu aberto

() Outro _____

39. Em sua opinião, como você pode contribuir para melhor preservação da lagoa?

40. Em sua opinião, quem deve ser o responsável em cuidar da Lagoa

(0) Todos

(1) Prefeitura

(2) Estado

(3) Moradores do bairro

(4) Ninguém

41. Em relação ao tratamento atual da lagoa você considera que:

(0) não sabe

(1) ela está abandonada pelos moradores da região

(2) ela está abandonada pelo poder público (Prefeitura, Órgãos ambientais)

(3) ela está abandonada pelos moradores e pelo poder público

(4) ela está muito bem cuidada pelos moradores da região

(5) ela está muito bem cuidada pelo poder público

(6) ela está muito bem cuidada pelos moradores e pelo poder público

() Outro: _____

42. Assinale as duas alternativas que melhor representam as atuais condições da Lagoa:

(1) suja por lixo doméstico

(2) despejo de esgoto

(3) apropriada para banho

(4) apropriada para pesca

(5) não serve para nada

(6) depósito de lixo, deveria ser aterrada

43. Considera feliz morando no entorno da Lagoa?

(0) não sabe (1) Sim (2) Não

Por quê?

44. Você acha que a forma como a lagoa se encontra hoje, prejudica a sua vida de alguma forma? Como?

45. Em relação à lagoa e seu entorno, como gostaria que fossem usados?

(1) esportes aquáticos

(2) passeios de barco/vela/caiaque

(3) criação de peixes

(4) pesca

(5) lazer

() Outro (especifique): _____

46. **Você concordaria em ser removido daqui para outra localidade para melhorar as condições da Lagoa?**

(0) não sabe (1) Sim (2) Não

Por quê?

47. **Você acha justo retirar/remover a comunidade da beira da Lagoa para melhor preservá-la?**

(0) não sabe (1) Sim (2) Não

Por quê?

48. **Se fosse obrigado a sair do entorno da Lagoa, em que parte da cidade de Campos gostaria de ser assentado?**

49. **Que tipo de compensação gostaria de ter se fosse removido de onde mora atualmente?**

(1) Financeira na forma de uma indenização

(2) Construção de uma nova moradia

(3) Recebimento de um lote de terra

(4) Todos estes acima

() Outro (Especifique): _____

50. **Existe algo importante em relação a sua vida aqui na região da Lagoa que eu não perguntei e que considera importante falar?**

ESPAÇO PARA COLOCAR OBSERVAÇÕES ADICIONAIS OBTIDAS DURANTE E APÓS A REALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

ANEXOS

Anexo 2: Roteiro de entrevistas

Roteiro de Entrevista: Secretaria de Planejamento de Campos dos Goytacazes

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

1. A Secretaria de Planejamento já fez alguma intervenção e/ou projeto nos bairros próximos das Lagoas do Vigário, Lagoa de Cima, Parque Prazeres ou Lagoa do Sapo em Santa Rosa? Se sim, quais foram os tipos de intervenções e/ou projetos, e quais ainda estão por ser realizados?
2. Existe algum planejamento de mudanças urbanísticas e paisagísticas nos entornos destas Lagoas? Se sim, quais?
3. Ao fazerem o planejamento para melhoria de alguma localidade, há algum mecanismo previsto para ouvir as demandas da população local? Se sim, quais?
4. Quais são os principais problemas enfrentados hoje para realizar o planejamento urbano de localidades situadas no entorno das lagoas existentes no município de Campos?
5. Quais são as demandas comuns que vêm da população dos bairros próximos dessas lagoas à Prefeitura?
6. Dentre essas reivindicações apresentadas pelos moradores, quais a Prefeitura atendeu até o momento?
7. Quais foram as principais ações da sua Secretaria nestas localidades no decorrer de sua gestão como Secretária?
8. Existe algum tipo de mecanismo de interação entre o poder público municipal e as comunidades que residem no entorno das lagoas? Se sim, como funciona?
9. Como é feita a seleção dos beneficiados pela entrega de residências dentro dos programas da prefeitura de Campos que tem removido populações do entorno das lagoas?
10. Que diferença existe no planejamento urbano das áreas próximas de lagoas para outras áreas do município?
11. No caso de remoção de famílias que vivem próximas das Lagoas para conjuntos residenciais construídos pela Prefeitura, quais são os critérios para a entrega de unidades residenciais?
12. Além da entrega das residências, existe algum outro tipo de compensação para as famílias removidas do entorno das lagoas?
13. Quando uma dada comunidade é selecionada para remoção do entorno de uma lagoa, como são definidos os locais de onde devem ser removidos ?
14. Qual é a cobertura da rede de esgoto nos bairros da área urbana de Campos?

15. No tocante à preservação e limpeza destas lagoas, quem, em sua opinião, deveria estar envolvido nestes processos, seja do ponto de vista do governamental ou da sociedade?
16. Quais são os planos da Prefeitura quanto à expansão da rede de esgotos para a área urbana do município?
17. Rede de esgoto do Parque Santa Rosa. Na Rua Soldado Salvador Rosa os moradores reclamam de uma obra de recuperação da rede geral de esgoto que não foi concluída e a antiga está entupindo toda vez que chove fazendo com que o esgoto vá direto para a rua. Qual foi a obra realizada naquele local até o momento? E o que ainda resta fazer?

Roteiro de Entrevista Secretaria Secretário de Meio Ambiente:

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

1. Quais são as funções cumpridas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente?
2. Quantos servidores estão alocados diretamente em atividades relacionadas às lagoas existentes no município?
3. Existe alguma verba específica para a proteção e conservação das lagoas? Se sim, quanto?
4. Quais são em sua opinião os principais problemas sendo enfrentados pelos ecossistemas lacustres existentes no município de Campos?
5. A Secretaria mantém algum tipo de programa de monitoramento da qualidade ambiental destas lagoas? Se sim, de que tipo?
6. A Secretaria já realizou algum tipo de trabalho voltado para educação ambiental em áreas próximas às lagoas? Se sim, poderia descrevê-lo de uma forma geral?
7. Existe algum tipo de reivindicação dos bairros próximos essas lagoas que está sendo atendido pela SEMMA? Se sim, quais?
8. Existe algum plano de mudanças urbanísticas e ambientais no entorno das Lagoas para melhorar a qualidade ambiental delas? Quais?
9. Quais foram as principais ações dessa Secretaria nas localidades no entorno das lagoas no decorrer de sua gestão como Secretário?
10. Que tipo de interação existe entre o poder público e essas comunidades?
11. Quem você considera como responsável em preservar e manter limpas as Lagoas que existem no município?
12. Quais são as principais ações da Secretaria nos bairros Santa Rosa, Parque Prazeres, especificamente no entorno da Lagoa do Vigário e Lagoa de Cima?
13. O Sr já trabalhava nesta Secretaria quando foi feita a urbanização da Lagoa do Sapo “ou Lagoa Azul” em Santa Rosa? Participou de alguma forma deste programa de urbanização? Se sim, de que forma?
14. O Sr. acredita que a urbanização da Lagoa Azul foi um empreendimento que deu certo?
15. Quais são os planos da SEMMA para aquela Lagoa neste momento?

16. O senhor sabe se a Prefeitura possui com planos de remover moradores do entorno da Lagoa do Vigário? Se sim, por que isto será feito? E quando começará?
17. Por que a PMCG está adotando o processo de remoção de moradores de entorno das lagoas, e quais seriam os critérios que seriam utilizados para definir a remoção destes moradores?
18. Existe alguma diretiva de se aplicar a política de remoção para outras áreas como a da Lagoa de Cima? Por quê?
19. A Prefeitura tem planos de remover todos os moradores que vivem no entorno de outras lagoas? Se sim, quais?

Roteiro de Entrevista: Representante da empresa Águas do Paraíba

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Função na empresa:
5. Quanto tempo trabalha na empresa?
6. Desde quando a empresa assumiu a responsabilidade de cuidar do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto da cidade de Campos?
7. Como era a situação do esgoto em Campos antes de iniciar os trabalhos da empresa Águas do Paraíba?
8. O que mudou?
9. Qual é a cobertura da rede de esgoto do município?
10. Quais são foram os investimentos realizados pela empresa até hoje para a melhoria do saneamento básico do município?
11. Quais as principais dificuldades encontradas pela empresa para expandir a cobertura de coleta de esgoto no município?
12. Quais os investimentos realizados pela empresa na área de saneamento no entorno das lagoas do Vigário, dos Prazeres e do Sapo?
13. Quais os principais problemas enfrentados naquelas regiões?
14. A empresa mantém algum elo de comunicação com as populações? De que maneira?
15. Existe algum tipo de investimento por parte da empresa de trabalhos voltados para a educação ambiental ou outros relacionados com questões ambientais?
16. Algum trabalho é realizado pela empresa com as populações que vivem em áreas que não são servidas com a coleta e tratamento de esgoto?
17. De que maneira você acha que a empresa tem contribuído na melhoria das condições de vida da população campista?
18. O que deve fazer para melhorar ainda mais?
19. A empresa está subordinada ao poder político local? De que maneira?

20. Mudanças na política local tem afetado o trabalho da empresa? Como?
21. A empresa mantém algum vínculo com as Associações de Moradores existentes no município? Como?
22. Existe alguma parceria entre a empresa com as Associações de Moradores e as populações? Como?
23. Existe demandas das populações junto à empresa na solicitação de trabalhos? Quais?
24. As solicitações são normalmente atendidas?
25. Qual é a principal forma de interação entre a empresa com a sociedade?
26. A empresa tem encontrado algum tipo de entrave na realização de seus trabalhos? Quais?
27. Acha que a empresa tem algum tipo de responsabilidade na melhoria das condições de vida da população e do meio ambiente? De que maneira?
28. A empresa tem contribuído de alguma forma para solucionar algum problema ambiental do município? Qual? De que maneira?

Roteiro de Entrevista: Presidente da Associação de Moradores

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

1. Qual sua idade?
2. Há quanto tempo mora no bairro?
3. Sabe quantos habitantes o bairro tem?
4. Quando foi criada esta Associação de Moradores?
5. Desde quando o senhor é presidente da Associação de Moradores?
6. Quanto tempo dura o mandato?
7. Já teve alguma outra função na direção da Associação de Moradores?
8. Você hoje é vinculado a algum partido político? Já foi em algum outro momento?
9. Todos do bairro têm direito a votar para a diretoria da associação, ou somente quem é associado?
10. Quantos associados contribuem financeiramente mensalmente com a associação?
11. Existem reuniões regulares da diretoria da Associação com a comunidade? Se sim, com qual periodicidade?
12. Qual é o nível de participação da comunidade em atividades promovidas pela Associação?
13. Quais são os principais problemas do seu bairro?
14. Quais são as principais demandas da Associação para o poder público neste momento?
15. Quando foi a última reunião da Associação com a comunidade? O que foi discutido?
16. Quais foram as principais conquistas que a Associação já teve?
17. Como você avalia a atuação da Associação na comunidade? Ela tem atendido todas as demandas? Está se esforçando para atender as demandas?
18. O senhor poderia dizer quais foram, em sua opinião, as principais mudanças ocorridas no bairro desde que mora aqui. Sejam as mudanças para melhor ou para pior, informando ainda quem foram os principais responsáveis por elas.
19. Essas mudanças mudaram a vida dos moradores em que sentido?

20. O senhor saberia informar qual porcentagem do bairro tem cobertura de rede de esgotos, e qual seria porcentagem de casas que possuem apenas fossas ou que jogam esgoto diretamente na lagoa?
21. O que você entende por “meio ambiente”?
22. O que você considera um problema ambiental?
23. Quais são os cinco maiores problemas ambientais do seu bairro? Relatando na ordem dos mais graves para os mais leves.
24. Quem deveria ser os responsáveis em cuidar das questões ambientais do seu bairro? Prefeitura, Estado, moradores, todos, ninguém?
25. O senhor sabe se existe algum tipo de projeto da Prefeitura para mudanças nas proximidades da Lagoa?
26. Qual seria a função que caberia a Associação de Moradores na solução dos problemas ambientais do bairro?
27. Em algum momento já foi incluído nas pautas das reuniões questões relacionadas com a lagoa ou questões ambientais do bairro? Se sim, que assunto foi tratado?
28. A Associação já teve alguma iniciativa para tratar de questões de cunho ambiental aqui dentro do bairro?
29. Quais as atitudes que a Associação poderia tomar para melhorar a qualidade ambiental do bairro?
30. Você e sua família se sentem afetados de alguma maneira pelos problemas ambientais do seu bairro?
31. Você ou algum membro de sua família utiliza a Lagoa para alguma coisa?
32. A Associação já fez algum trabalho de Educação Ambiental no bairro? Se sim, de que tipo?
33. Em sua opinião, o que a Prefeitura já fez no bairro em relação ao meio ambiente?
34. Qual é o nome do Secretário de Meio Ambiente atualmente? O senhor o conhece pessoalmente?
35. Já foi feita alguma reivindicação da Associação dos Moradores ou da comunidade do bairro com a Prefeitura para preservação da Lagoa ou de alguma questão ambiental do bairro?
36. Quais foram as solicitações feitas da Associação até hoje junto à Secretaria de Meio Ambiente?
37. Antes de existir a Defesa Civil próximo da Lagoa, como se encontrava a área de entorno da Lagoa?

38. As pessoas que moram muito próximas da Lagoa comparecem na Associação para fazer algum tipo de queixa? SE sim, de que tipo?
39. Em períodos de chuva os moradores do entorno da Lagoa comparecem na Associação solicitando algum tipo de ajuda? Qual?
40. O senhor considera que a existência da Lagoa é um problema para o bairro? Por quê?
41. Em relação aos moradores que moram próximos da Lagoa, o que você acha que a Prefeitura deveria fazer com eles?[]
42. O senhor sabe está havendo remoção de moradores que vivem em áreas de risco aqui no bairro pela Prefeitura?
43. Já fizeram alguma reivindicação junto aos órgãos competentes quanto às condições dos moradores que vivem próximos da Lagoa?
44. Você acha que as casas populares que a Prefeitura tem construído, atende as famílias que vão morar nelas?
45. Acha que deveria ampliar o programa de construção das casas populares para atender todos os moradores que vivem próximos da Lagoa? Por quê?
46. A Associação tem tomado algum tipo de iniciativa para combater as invasões no em terrenos localizados entorno da lagoa? Por quê?
47. A Associação de Moradores tem tido algum tipo de ação em relação ao problema das construções irregulares no entorno da Lagoa?
48. O senhor sabe se existe algum outro grupo organizado no bairro para tratar de problemas sociais ou ambientais?
49. Que tipos de medidas você acha que deveriam ser adotados para prevenir problemas ambientais?
50. Quais são os principais prejuízos que você acredita que os moradores daqui estão tendo com relação aos problemas ambientais em geral?
51. Quem você são os principais responsáveis pelos problemas ambientais existentes aqui no bairro
52. O que você gostaria de realizar até o final do seu mandato?
53. Quais são seus planos políticos para o futuro? Continuar como líder comunitário, pleitear um cargo eletivo?
54. Tem alguma coisa que considera importante que não te perguntei quando sua vivencia no bairro e com a Lagoa?

Roteiro de Entrevista: Presidente da FAMAC

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

1. Nome
2. Idade
3. Profissão
4. Há quanto tempo trabalha na FAMAC?
5. Quais os cargos já exerceu na FAMAC?
6. Qual é a periodicidade das eleições para diretoria?
7. Quanto tempo existe a FAMAC?
8. Porque ela foi criada?
9. Quais os atuais projetos desenvolvidos pela FAMAC?
10. Como ela se mantém financeiramente?
11. Qual é a função da FAMAC em relação às Associações de Moradores filiadas?
12. De que maneira a FAMAC tem colaborado com as Associações de Moradores?
13. Existe participação da FAMAC na elaboração e execução das políticas públicas do município? De que maneira?
14. Existe alguma forma de participação da FAMAC no poder decisório das políticas públicas municipais? Como?
15. A FAMAC hoje tem algum envolvimento com alguma política voltada para as questões ambientais?
16. De que maneira a FAMAC tem contribuído na melhoria da qualidade ambiental do município?
17. Já foi realizado algum projeto da FAMAC voltado para as questões ambientais?
18. Quais são as principais demandas da FAMAC atualmente?
19. Dessas demandas, o que tem conseguido junto ao poder público municipal?
20. Como é a relação da FAMAC com o poder público?
21. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela FAMAC atualmente?

22. Os presidentes dessas Associações de Moradores já procuraram a FAMAC por algum motivo? Quais?
23. Quais as principais demandas das Associações de Moradores dos bairros Parque Prazeres, Santa Rosa e Jardim Carioca?
24. Quais os principais problemas dessas Associações hoje?
25. Possui vinculação com algum partido político?
26. O poder público tem interferido na atuação da FAMAC? De que maneira?
27. Já fez parte de algum movimento social organizado? Quais?
28. Existe algum canal de comunicação entre a FAMAC e a sociedade em geral? De que maneira?
29. A população procura a FAMAC por algum motivo? Para quê?
30. O que pretende cumprir até o final do seu mandato enquanto presidente da FAMAC?

Roteiro de Entrevista: Moradores antigos

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

1. Nome:
2. Idade:
3. Endereço:
4. Profissão:
5. Grau de escolaridade:
6. Quantos membros tem na família:
7. Renda mensal:
8. Há quanto tempo mora no Bairro?
9. Porque veio morar aqui?
10. Poderia contar um pouco da sua vida desde que chegou/nasceu aqui no bairro?
11. O lote onde mora foi comprado?
12. A casa onde mora já existia quando chegou? Se não, quando foi construída?
13. O seu lote teve que ser aterrado para a construção da casa?
14. Quando veio morar no bairro, como era a lagoa em relação ao que é hoje?
15. Já utilizou da lagoa para alguma coisa? Pra quê?
16. E Hoje em dia, para que utiliza da lagoa?
17. Qual é a melhor lembrança que tem da lagoa? E a pior?
18. Em sua opinião, aumentou a quantidade de casas próximas da Lagoa desde a época em que veio morar aqui?
19. Em sua opinião, a área coberta por área da lagoa diminuiu de tamanho? Por quê?
20. Quais as principais mudanças que ocorreram no bairro desde que veio pra cá?
21. Em sua opinião, quem foram os principais responsáveis por essas mudanças?

22. Em sua opinião, como foi a evolução da condição de vida dos moradores daquela época até os dias de hoje (melhorou, piorou, ficou na mesma)? Por quê?
23. Poderia descrever como era a lagoa antigamente? Quais foram as principais mudanças que notou ao longo do tempo?
24. Em sua opinião, quem foram os responsáveis pelas mudanças acontecidas na lagoa?
25. Já pescou na lagoa? Que peixes eram mais comuns? E quanto aos pássaros, o que havia no passado em relação à hoje? Qual foi o maior animal selvagem que já viu na área da lagoa?
26. E hoje, continua pescando? E quais os peixes que são pescados hoje na lagoa?
27. Você acha que a evolução do bairro foi feito à custa da área da lagoa? Se sim, de que forma?
28. Como avalia a condição da lagoa neste momento?
29. Tem alguma informação sobre o que a Prefeitura já fez ou tem feito para melhorar a qualidade da lagoa?
30. Acha que a remoção dos moradores do entorno da Lagoa pode melhorar a situação da lagoa?
31. Quais são os benefícios e malefícios de ter uma lagoa aqui no bairro?
32. Quem você considera que deveria ser o responsável por cuidar da lagoa? Por quê?